



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 39

Sessão Ordinária de Dezembro

3.ª Reunião de 22-12-1999

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal João José Ferreira da Maia na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Maria Teresa Fidélis da Silva, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lucas Amaro Rodrigues, António Sousa Dinis Correia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Rogério Mário Madaíl da Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado Maia.

Foram apresentados os pedidos de justificação de faltas os vogais, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Armando Manuel Dinis Vieira e Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa.

Estiveram presentes os seguintes membros da Câmara Municipal: Presidente da Câmara, Alberto Souto de Miranda, e os Vereadores Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Jaime Simões Borges, José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo e Domingos José Barreto Cerqueira.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa:

“Gostava de vos dar uma explicação. Faltei às duas reuniões, a primeira porque havia a entrega do prémio Sakharov ao comandante Xanana Gusmão, e eu tinha o empenho e interesse, e até o direito de estar presente no Parlamento Europeu. E na segunda-feira, tinha um exame médico marcado em Bruxelas. Razão de ser das minhas ausências. Há aqui da Associação dos Municípios do Carvoeiro, o Plano de Actividades e Orçamento para 2000. Diz que se trata de documentos aprovados por unanimidade na Assembleia inter-municipal no dia dezanove de Dezembro. Não fiz circular aos grupos, de qualquer maneira dou notícia disso, se alguém quiser cópia fará o favor de pedir aos serviços.”

Entraram na sala os vogais Henrique Manuel Morais Diz, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira e Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa.

PONTO N.º 2 - CÂMARA MUNICIPAL - OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO 2000.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal de Aveiro, na reunião extraordinária de 29/11/99, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Senhor Presidente. Uma vez que o Plano foi distribuído, vou muito sinteticamente por em relevo apenas algumas acções. Há duas notas que eu diria que caracterizam o Plano deste ano: por um lado naturalmente a continuidade de grandes e estratégicos projectos que foram desencadeados no ano anterior e portanto, cuja execução física e financeira, este ano, esperamos começar a concretizar; por outro lado eu tenho dito isto este ano, uma vez desencadeados estes projectos, digamos que é o ano das freguesias. Há uma série de investimentos e de programas e de projectos que estão especificamente orientados para as freguesias não urbanas, porque de facto há condições este ano para fazer isso.

No capítulo do desporto, eu lembraria que é o ano em que esperamos poder começar a avançar com a pista de remo, com o pavilhão MultiUsos que está neste momento adjudicado e em fase de projectos, com o novo estádio municipal, na sequência do sucesso da candidatura portuguesa e de Aveiro ao Euro 2004. É o ano em que teremos que começar a fazer despesa forte nesta matéria.

O ano dois mil é também o ano em que as obras de recuperação do Teatro Aveirense terão o seu início. É o ano, assim o esperamos, em que as unidades de saúde, há que reconhecê-lo, têm sofrido alguns atrasos e serão também construídas e estou a referir-me concretamente à unidade de saúde de S.^{ta} Joana, ao centro de saúde de Esgueira, e à unidade de saúde de Cacia. São três importantes equipamentos que esperamos poder concretizar este ano, porque estão criadas as condições para tal, uma vez que no caso de Cacia foi possível encontrar o terreno e o projecto está a ser desenvolvido. No caso de Esgueira foi também possível com uma opção diferente em relação à original, encontrar uma solução para o terreno. No caso de S.^{ta} Joana estão a chegar ao fim as dificuldades que foram encontradas ao nível do projecto. Portanto, penso que será um ano que nesse capítulo, as obras serão concretizadas.

Na habitação social também esperamos que seja um ano forte, está pendente nesta Assembleia a apreciação de um protocolo que prevê a construção de quarenta e sete habitações sociais através do recurso aos Contratos de Desenvolvimento de Habitação (CDH), a custos controlados, que é uma modalidade que não resolve todos os problemas naturalmente, mas que pode ser desenvolvida e se for desenvolvida no sentido de permitir que a Câmara fique com a opção de compra de apartamentos que depois coloca no mercado a rendas sociais, vai ser uma forma muito mais rápida de construirmos a habitação social que necessitamos.

É também o ano, assim o cremos, em que alguns dos planos em curso chegarão à sua fase terminal, serão aprovados, é o caso dos planos de pormenor de que falámos nas últimas reuniões: o Plano de Pormenor do Centro, o Plano de Pormenor da Baixa de S.^{to} António e o Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, o Plano de Urbanização também, que tem vindo a ser objecto de importantes trabalhos e progressos.

Ao nível das obras, relevo para a segunda fase da construção dos muros. A partir de Janeiro, começará a obra que está adjudicada da segunda fase dos muros, quer dizer, entre aqui o lago e a zona do mercado, o canal de S. Roque e a zona próxima do pavilhão do Beira Mar.

Esperamos também que seja o ano das infraestruturização viária, designadamente de toda esta zona do PP do Centro, para corresponder às expectativas e aos nossos objectivos, de que toda esta zona do PP do Centro seja rapidamente urbanizada e infraestruturada.

Temos também adjudicado, e contamos que possa ser possível, estamos a fazer tudo por isso, o novo parque de feiras e exposições, faltam-nos apenas alguns terrenos. Mas temos a obra adjudicada e portanto, logo que essas negociações terminem a obra do novo parque de feiras e exposições pode arrancar e está adjudicada.

Já aqui falámos nos mercados na última reunião, mas serão os dois mercados: o mercado de José Estevão e o mercado Manuel Firmino, objecto de remodelação e também o de Cacia. Mas sobretudo é o ano em que vai entrar em funcionamento o novo mercado de Santiago e portanto, todo o sistema, todo o conjunto de mercados, vai ser objecto de profunda remodelação.

No que toca às vias de comunicação, temos inscrita uma verba importante de trezentos e trinta mil contos, para arruamentos diversos nas freguesias e o desnivelamento de todos os cruzamentos que nós gostaríamos de ter conseguido fazer o ano passado na cento e nove, não foi possível, mas vai prosseguir este ano. Esperamos de facto conseguir no ano dois mil desnivelar o cruzamento de Esgueira, cuja obra estamos à espera que comece por estas semanas. Temos adjudicada já a rotunda que será construída na zona da policlínica. Queremos construir no ano dois mil a célebre alameda que é uma obra que de facto se tem vindo a atrasar ano após ano. E vamos também na zona de Cacia, construir duas rotundas na cento e nove, no cruzamento com a Vale Caseiro e com a Vasco da Gama do lado norte; e do lado sul, se for possível concretizar uma negociação de prédios que há no cruzamento de Verdemilho; fazer também uma rotunda na zona do Botafogo e com isso ficaremos com todos os cruzamentos da cento e nove que passam em Aveiro, ou desnivelados ou com rotundas e é de facto uma melhoria em termos de segurança fantástica. É também o ano em que vamos começar as obras para o desnivelamento do cruzamento da Sé. Todos reconhecem creio eu que é um dos grandes estrangulamentos que temos em Aveiro. Temos a obra concursada, está na fase final da selecção dos concorrentes e portanto, a decisão da adjudicação deverá ir à Câmara numa das próximas reuniões e portanto, durante o próximo ano, o trânsito ficará um pouco mais difícil nessa zona; contamos com a imaginação dos engenheiros para que as alternativas funcionem, mas é outra obra importante, porque vai desfazer um dos principais estrangulamentos já existentes.

Parques de estacionamento, uma referência também muito rápida para lembrar que o parque subterrâneo da Marquês de Pombal, estão todas as sondagens feitas, não há problemas desse ponto de vista, já temos também o parecer do IPPAR que era necessário por força do Convento das Carmelitas que está ali ao lado, e portanto, a obra deverá também começar muito em breve.

No quadro da Protecção Civil, achou-se conveniente e necessário criar um pólo em S. Jacinto para atender às especificidades e ao isolamento que são conhecidos e logo que a lei o permitir e que seja regulamentada, criar a Policia Municipal. Todos nós temos um pouco a sensação e a experiência de que a nossa fiscalização é insuficiente para atender às múltiplas situações que delas estão carecidas quer pela insuficiência dos meios humanos, quer pela formação específica que é necessária nalguns casos. De facto o nosso corpo actual de fiscalização, como sabem, tem de fazer tudo, desde fiscalizar obras, publicidade, mercados, e não têm formação específica para isso, são poucos, e a consequência desta falta de correspondência entre as necessidades da fiscalização e os meios ao dispor, é flagrante. Cremos que a Policia Municipal, pode ser uma via para sermos mais eficazes nessa matéria.

O ano dois mil também é o ano em que vai concluir-se a obra do edifício dos Paços do Concelho, vale a pena referir isso também.

De resto, eu diria, como comecei por referir à pouco, é o ano das freguesias por várias razões que eu gostaria de sublinhar aqui, porque creio que é muito importante fazê-lo.

Já falei nos arruamentos, é certo que não se fizeram todos, há que reconhecê-lo, mas grande parte dos arruamentos que não se fizeram estão todos concursados e portanto além disso, ainda

este ano foram acrescentadas todas as pretensões manifestadas pelos senhores Presidentes de Junta e que agora serão depois objecto de concursos específicos. Mas por exemplo, temos um programa que achamos muito interessante, que introduz um salto qualitativo no nível dos equipamentos desportivos que é um programa de arrelvamento dos campos de futebol. Estamos na cidade do Euro, estamos com um nível de vida e de equipamentos desportivos que já não está em correspondência com alguns campos de futebol e com alguns balneários que encontramos no nosso concelho. E portanto, decidimos fazer uma aposta muito séria nessa matéria equipando cinco ou seis freguesias com campos relvados, bons balneários e iluminação. São as três componentes fundamentais para que o desporto - futebol neste caso, e os nossos jovens tenham condições equivalentes a que os nossos jovens encontram em suas casas, nas escolas, etc. E portanto, temos aqui identificadas algumas freguesias, como Eixo, S. Bernardo, Cacia, Aradas, Bonsucesso, Taboeira, Esgueira, S.^{ta} Joana, Oliveirinha e S. Jacinto, em que nuns casos é o próprio campo de futebol já existente, noutros casos, sempre que os nossos técnicos do planeamento chegarem à conclusão que não se justifica fazer um investimento naquele local, porque foram campos que nasceram encravados, nasceram nos locais errados, por razões históricas; às vezes até há problemas de titularidade desses terrenos onde esses campos estão situados, mas depois de identificados esses problemas a aposta é de facto, neste programa que nos parece aliciante e como digo, introduzir um salto qualitativo muito importante.

Depois além disso temos todo o programa de modernização e de requalificação dos polidesportivos. Há freguesias que de facto, ou não têm um clube activo, ou isso de facto não se justifica, mas que têm polidesportivos que merecem também essa requalificação. Estamos a pensar por exemplo, em Eirol, Requeixo, Nariz.

No capítulo de desporto gostava ainda de lembrar os dois pavilhões: um em S.^{ta} Joana, porque é uma freguesia que cresceu imenso e que tem um défice de equipamentos desportivos, de facto que contrasta com a população residente e N.^a Sr.^a de Fátima.

No que toca às piscinas, são também pretensões antigas, S. Bernardo, Eixo, Esgueira e S.^{ta} Joana. Não estamos a falar de piscinas olímpicas naturalmente, mas estamos a falar de equipamentos que vão permitir que a aprendizagem e o lazer se faça em exemplo do que fizemos já noutros casos, estou a lembrar-me de Cacia, em que se fez um bom trabalho de reabilitação da piscina existente. Ou seja, há ao nível do desporto de facto uma aposta forte nas freguesias, de modo a que todo o território do concelho fique dotado de uma rede de equipamentos de boa qualidade.

Depois um outro programa que é também útil, sentido como uma necessidade pelas populações e que vai de encontro à qualificação do território que queremos promover, que é um programa de parques de lazer. Começámos com Eirol no ano passado e o parque foi um sucesso, temos agora a ambição de pegar nesse exemplo, para estendermos esse programa. E portanto, temos aqui previstas um equipamento e a criação de condições para parques de lazer ou parques de merendas como queiram chamar-lhe, junto à Pateira de Requeixo, há até já terrenos previstos para esse efeito; em Esgueira, em Nariz, em Oliveirinha, em Vilar e em S.^{ta} Joana.

Um grande esforço noutro capítulo: nos Centros Sociais e de Dia. Vão ter fortes apoios os Centros Sociais e de Dia, de Nariz, de Cacia, S.^{ta} Joana, de Requeixo, as Quintãs, Eirol, Eixo e da Taipa.

Mais quatro sedes de junta vão ser objecto de trabalhos importantes. E estamos a falar da sede de Aradas que finalmente vai ser concluída, após as vicissitudes que são do conhecimento de todos; estamos a falar de Cacia que vai ser objecto de obras de recuperação importantes, porque de facto em dias de chuva, chove lá dentro como na rua, é caso para dizer-se; A sede da junta está com problemas graves a esse nível. Eixo e Oliveirinha vão ter a sua sede inaugurada.

A habitação social, já falei sobre o CDH, mas vale a pena referir também que temos além de Aradas, Cacia e S.^{ta} Joana, em que as obras estão já concursadas e serão objecto de construção se esta Assembleia aprovar o protocolo com CDH que está pendente. Além disso estamos em

condições de abrir concurso, não são apenas promessas, porque já temos os terrenos em Eixo, em Requeixo, em Nariz, em S.^{1a} Joana e em N.^a Sr.^a de Fátima.

Depois deixem-me recordar também ao nível da cultura, que vai entrar em obras este ano, o Centro Cultural de Esgueira - uma ambição antiga também - na Casa da Carvoeira. Vamos proceder à segunda fase do centro Cultural de Eixo e o centro de Aradas também será objecto de obras de recuperação que está também com problemas graves.

Uma outra componente também relativa às freguesias e por isso eu tenho dito e não é retórica (como estão a ver), que é um Plano de Actividades muito virado para as freguesias.

Zonas industriais; sendo certo eu as nossas zonas industriais clássicas, as grandes zonas estão lotadas, há poucos terrenos já e há dificuldade em adquiri-los, e correspondendo também ao sentimento de alguns senhores Presidentes de Junta de que a criação de pequenos núcleos industriais é uma forma de revitalizar o tecido económico e a vida na freguesia. Temos de facto em estudo a instalação de núcleos industriais em S. Bernardo, em Eirol, em Oliveirinha, Nariz e em Eixo.

Depois temos o pré-escolar; há um enorme esforço que todo o concelho tem que fazer na construção de salas no pré-escolar e temos previstas quinze novas salas no pré-escolar, um pouco disseminadas por todas as freguesias (eu vou abster-me de repetir o que vem no Plano de Actividades), e como lembrava o senhor Vereador Domingos Cerqueira, se aparecerem instituições privadas de solidariedade social a querer assumir essa responsabilidade, óptimo. Mas a verdade é que sentimos carências nessas freguesias todas que estão identificadas.

Depois temos aqui projectos importantes, que se calhar são polémicos, mas que é o ano de os estudar a sério. A Variante a Eixo, é um projecto para o qual neste momento estamos a analisar o traçado e que me parece muito interessante. Consegue desviar todo o trânsito do centro de Eixo, e todos nós que conhecemos Eixo bem, estou certo que ficaríamos contentes com essa possibilidade porque Eixo tem um núcleo histórico de casas antigas de que todos nos orgulhamos e que poderia ganhar um outro enquadramento e uma outra vivência se conseguíssemos desviar o tráfego. Neste momento temos estudado em traçado que é de facto muito interessante e que nos parece exequível; acompanha a linha do Vouga e que a ser concretizável vai resolver o problema do trânsito em Eixo, de uma forma que eu diria fantástica - assim seja possível fazê-lo.

Depois o segundo grande projecto que temos vindo a estudar, creio que já aqui se falou nisso também e que também aparece aqui inscrito, é o prolongamento da alameda que vai sair à tal rotunda que falei agora há pouco e da rotunda da cento e nove da policlínica, até ao centro da freguesia de S.^{1a} Joana. É uma nova avenida que tem vindo a ser estudada e que gostaríamos que fosse tão larga como a Avenida Lourenço Peixinho; tem um quilómetro de extensão, e resolve ou pelo menos dá um empurrão decisivo no ordenamento viário da freguesia de S.^{1a} Joana, porque de um lado haverá essa avenida, do outro lado haverá o Eixo Estruturante. E portanto, ficaremos com o sistema viário em S.^{1a} Joana, que todos sabemos, nasceu de forma caótica e continua assim, infelizmente. Essas duas avenidas, uma de cada lado, vão permitir criar um sistema viário muito ordenado e até julgo eu com grandes perspectivas de planeamento. Com o sacrifício de duas ou três casas, ou cinco ou seis, nas duas versões dos traçados que estamos a estudar, é talvez a última oportunidade enquanto não se constrói mais, de traçarmos essa grande avenida.

Finalmente, um outro projecto que julgamos que é o ano para o estudar, com serenidade, porque não há eleições à porta, vale a pena estudar e vem inscrito aí no Plano de Actividades - é o estudo de viabilidade da ponte para S. Jacinto, que sabemos que é uma questão quente, que sabemos que é uma questão que sempre foi polémica, que há opiniões a favor e contra. Queremos estudar isso com serenidade e libertos de constrangimentos políticos (que existem sempre, é evidente). Mas vamos estudar a viabilidade, porque tecnicamente temos que ver se é possível; do ponto de vista ambiental temos que ver se é possível; é preciso estudar o impacto e

a carga que S. Jacinto recebe com a ponte e depois desses estudos todos feitos então tomaremos uma decisão de avançar ou não.

Eu ficaria por aqui no que toca ao Plano, gostava muito rapidamente sobre o Orçamento de explicar que de facto este orçamento representa um aumento em relação ao orçamento do ano passado, mas não é muito significativo, estamos em catorze milhões, seiscentos e oitenta e quatro, que pode parecer um número impressionante, mas significa em relação ao orçamento do ano passado, revisto, já era de treze milhões e muitos, apenas um aumento de um milhão e tal. E este aumento, se se lembrarem daquilo que eu comecei por dizer, ou seja, que é o ano que entram em obras cinco ou seis projectos de grande envergadura, só por si fica explicado. De facto, se entrar em obra o Teatro Aveirense, se entrar em obra o MultiUsos, se entrar em obra a Pista de Remo, se entrar em obra o Parque de Feiras e se entrar em obra o novo estádio de futebol, seguramente nós vamos ter aí o tal milhão e meio a justificar a despesa acrescida. E é isso que sobretudo explica o aumento da despesa.

Do lado da receita, eu gostava de frisar, com toda a sinceridade e julgo que é uma incerteza que neste momento acompanha todos os presidentes de câmara do país, tivemos que elaborar o orçamento em condições de alguma particularidade que é o facto de não sabermos com exactidão, até porque não temos o orçamento de estado aprovado e portanto, não conhecemos ainda as verbas do Fundo Geral Municipal e por outro lado não conhecemos também a taxa de participação dos diferentes fundos e designadamente aqueles que dizem respeito ao III Quadro Comunitário de Apoio. E portanto, há aqui alguma margem de incerteza com que temos que lidar, mas um orçamento é isto mesmo, é uma estimativa e assumimos um risco, assumimos essa estimativa com prudência e chegamos a estes valores.

Também não vos escondo que há aqui outra vez uma aposta forte na receita proveniente da venda de terrenos e nas receitas fiscais que estão associadas à venda de terrenos como são a SISA e a Contribuição Autárquica.

Por exemplo, temos aqui uma verba de um milhão duzentos e cinquenta a transferir para os Serviços Municipalizados, em que temos a expectativa de obter financiamentos no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Claramente não temos esse dinheiro e não o vamos tirar da cartola. Temos essa expectativa porque candidatámos através da AMRIA, a resolução de todo o saneamento em baixa para todos os municípios da Associação e portanto, contamos com a nossa parte, digamos assim, para que durante o próximo ano se possa tornar a fazer um investimento muito forte ao nível do saneamento.

Depois em relação às Juntas de Freguesia, eu gostava de dizer que se efectuou mais uma vez a delegação de competências e reforçaram-se os meios. As áreas são as mesmas, estamos a falar portanto, das valetas, da verba para a reparação das salas de aula, para espaços verdes e para passeios, mas reforçaram-se significativamente as verbas; por exemplo, triplicou-se a verba que estava delegada para a manutenção de espaços verdes e duplicou-se a verba relativa à pavimentação de passeios. Ou seja, chegamos a um total de verbas transferidas através da delegação de competências que é de cento e setenta e seis mil contos, o que deve ser comparado, como eu aí digo, com os cento e quarenta e oito do ano anterior. Além disso mantivemos sem que nada obrigasse, sem que a lei o obrigue, na sequência da nova lei de financiamento das autarquias, mantivemos a transferência para as Juntas do equivalente a dez por cento do Fundo Geral Municipal corrente, o que dá pelas nossas estimativas, mais oitenta e cinco mil contos. Por agora ficava por aqui. Muito obrigado senhor Presidente.”

Entretanto entraram na sala os vogais: Raúl Ventura Martins, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre e saiu da sala o vogal António Sousa Dinis Correia.

Presidente da Mesa:

“Vamos prosseguir. Eu propunha que o debate sobre o Plano como está apresentado por objectivos - doze objectivos, nada obriga a que se discuta por objectivo mas era cómodo que os intervenientes se referenciassem tanto quanto possível aos objectivos, para haver alguma disciplina de discussão.”

Entrou na sala a vogal Maria João Santos Pais.

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, a fim de evitar surpresas acerca das interpretações dos regimentos e das leis, gostaria que o senhor Presidente me informasse, se possível, que metodologia é que se propõe seguir no que diz respeito às inscrições. De facto eu não gostaria de ser confrontado com surpresas como fui no último dia.”

Presidente da Mesa:

“Comigo nunca há surpresas, porque isto é duma transparência absoluta, e na dúvida a favor da palavra - isto é um parlamento.

O presidente fez a sua exposição, ser-lhe-ão feitas perguntas, críticas, sugestões e ele responderá. Se for cabal o esclarecimento e o demandante se der por satisfeito “morre” aí a questão, se não, naturalmente lhe darei a palavra, ainda que por curto prazo, para um apontamento complementar. É esta a minha opinião, embora os membros da Mesa sejam mais restritos.”

Vogal António Salavessa:

“É que nós já tivemos aqui vários modelos de discussão e era bom que de facto, ficássemos a saber como é que a discussão vai ser feita hoje, para que não fique, por pouco mérito que tenha, não fique nada por dizer. Já tivemos momentos em que foi tudo “a monte” e ao que me parece, de alguma forma o senhor Presidente está a sugerir que assim seja, que não haja nenhuma apreciação global geral e depois por objectivos, enquanto que em meu entender seria benéfico que assim fosse.

Quer dizer, que houvesse uma discussão geral sobre o Plano e Orçamento, e que fosse depois dada a oportunidade, objectivo a objectivo, para aqueles membros da Assembleia que porventura se pretendessem debruçar de forma mais pormenorizada sobre alguns desses objectivos, que o pudessem fazer. Eu juro senhor Presidente que não tenciono intervir em todos, mas pelo menos há um ou dois em que gostaria de forma particular abordar, independentemente de uma intervenção genérica inicial.

Eu sustentava um pouco isto, senhor Presidente, no seguinte: a lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, retirou de facto alguns poderes concretos à Assembleia, mas aumentou a sua capacidade fiscalizadora, a sua capacidade de apreciar os actos da Câmara e sobre eles se pronunciar. E não é por acaso que o número de reuniões permitidas por cada sessão ordinária aumentou substancialmente. Portanto, não há um entendimento por parte do legislador de que isto tem que ser feito de afogadilho ou à pressa.

Nesse sentido eu solicitava à Mesa que adoptasse esta metodologia. Não é preciso parar a discussão, em meu entender não é necessário separar de uma forma muito grande os capítulos do Orçamento, não ia para esse lado, mas no que diz respeito ao Plano de Actividades, dar a possibilidade independentemente de uma primeira intervenção genérica, podermos ver depois, objectivo a objectivo, ver se alguém tem intervenções.”

Presidente da Mesa:

“Tomo nota. É evidente que essa sua sugestão é mais eficaz, mais rigorosa, só que é aquela que vai implicar o maior alongamento. Porque a experiência ensina, se abrir uma “rodada” de

intervenções na generalidade, sem os intervenientes terem logo que abordar os pontos específicos, quando se fizer a segunda ronda já no entretanto as pessoas se lembraram de temas que até aí não tinham pensado. Cada um quando vem para aqui já deve trazer de antemão pensado aquilo sobre o que vai intervir. Daí que sem prejuízo, sou a favor das intervenções, e foram alargadas as reuniões, só não foram alargadas as senhas de presença, mas isso é outra conversa.

A proposta que faço é: que quem intervier, intervenha na generalidade e se possível logo abordando temas específicos. Se o não quiser fazer, se quiser quedar pela generalidade e guardar para uma segunda fase os temas específicos, também pode ser. Mas é mais cómodo que cada um possa logo abordar, além da análise genérica que queira fazer, temas pontuais destes doze que aqui estão - é mais eficaz e mais rápido. Mas não vai haver de certeza cerceamentos de intervenção.

Em matéria de disciplina esta é em si uma virtude, mas também contém os seus defeitos.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Senhor Presidente. Senhores Deputados. Em primeiro lugar eu quero-me congratular pelo facto de se ter discutido minimamente uma metodologia para o debate, porque efectivamente o que se passou nas duas últimas reuniões a meu ver foi triste. Eu diria que a isenção da Mesa, a meu ver, ficou de facto manchada. Começámos por um período em que se disse que mais do que três minutos e meio de discussão era impossível, e eu fui o primeiro a debater algo nesse período, acho que utilizei quatro ou cinco minutos e já foi um exagero, segundo foi dito, depois as coisas foram-se alterando de tal forma que na segunda feira quando o senhor Presidente da Câmara falou, parece que regimentalmente tinha vinte minutos para apresentar os seus argumentos e deram-lhe uma hora e meia. O que quer dizer que o rigor em determinado momento deixou de existir. Passado pouco tempo depois, e logo a seguir, quando por uma razão de mal entendimento na minha bancada, se admitiu que o Dr. Rogério Madaíl, que é o nosso especialista para se discutir os assuntos económicos, pudesse estar presente e verificámos que não poderia estar, eu pedi à Mesa que se alterasse a data, e aí novamente a rigidez “meus caros amigos, as bancadas já disseram que era quarta feira, é quarta feira”; a rigidez voltou. Acho que isto revela pouca isenção e lamento imenso que tenha acontecido, mas aviso que para uma próxima vez porei uma moção de censura à Mesa.

Senhor Presidente da Câmara, eu quando li este Plano de Actividades, devo dizer que à primeira vista fiquei triste por uma razão que vou explicitar: é que é natural que partidos políticos defendam princípios, defendam valores e os queiram expressar na prática. O que quer dizer que é natural que os partidos políticos gostem de exercer o poder e naturalmente o PSD pensa que a nível do município tem de ser poder. Mas, gostamos de ganhar de facto, com credibilidade, isto é, gostamos que o adversário tenha a estatura própria para o debate. Eu quando li este Plano de Actividades e Orçamento, depois de ver o que se pretende fazer, as verbas que se pretendem ir buscar, achei de facto isto tão fantasioso, as responsabilidades financeiras ficam tão grandes, que eu cheguei a pensar o seguinte: possivelmente o nosso actual Presidente da Câmara, o Dr. Alberto Souto, quer fazer de facto um vistaço nestes últimos tempos, que depois as consequências podem ser tão graves, que ele não se vai recandidatar. Eu disse: é pena que ele se não recandidate; nós gostamos de ganhar a pessoas que têm credibilidade e força, como o senhor tem.

Depois continuei a ler isto, continuei a ler outras informações e descobri que a execução da Câmara anda um bocado por baixo. E então cheguei a outra conclusão - afinal a minha interpretação estava errada. Afinal trata-se só de fazer demagogia e não obra. E, pela nossa terra, fiquei de novo triste.

Já agora, não há dúvida nenhuma que os documentos nos são entregues dentro dos prazos legais, a Comunicação do Presidente, é o último documento que se recebe. Perante aquilo que

acabo de descrever atrevo-me apenas a pedir um favor, que é o seguinte: todos nós não somos políticos profissionais, temos as nossas vidas e portanto, digamos, que muitas vezes precisamos de um pouco mais de tempo para poder participar, participar no sentido positivo do termo, nos debates, nos estudos que nos são postos, um Plano de Actividades é uma coisa grande, temos também depois pedidos de empréstimos e tudo isto exige uma reflexão, que se por acaso quisesse ter a amabilidade de não usar os tempos legais e desse mais um pouco de tempo, seria bem vindo, creio eu, que para todos nós.

Olhando para este Plano de Actividades e Orçamento, a primeira coisa que se nota é um aumento bastante grande do que se pretende fazer, tanto dos investimentos como das receitas, mas no entanto há alguns cortes. E olhando para os cortes, eu verifico que os cortes existem, por exemplo, no Ensino Técnico e Recorrente. De facto a verba desce em relação aos anos anteriores. E eu fico preocupado porquê? Porque não há dúvida nenhuma que muito se tem criticado, muito se tem falado em ensino técnico e da falta do ensino técnico e as consequências que existem para este país pela falta de ensino técnico e o ensino recorrente. E o ensino recorrente faz-me pensar, nomeadamente, em muitos dos escritos de um autor que está convidado para as conferências do milénio, refiro-me a Alvin Toffler, ele preocupa-se bastante com o aspecto da recorrência. Ele o que diz é que “com a aceleração da mudança o que sucede é que uma profissão já não serve para toda a vida, a recorrência tem de ser considerada, a contínua adaptação à mudança tem de ser pensada”, e quando estamos a falar no novo milénio e da preocupação da Câmara em discutir o novo milénio, diminuir as verbas para o ensino técnico e o ensino recorrente, acho complicado.

Por outro lado, no ensino superior mantêm-se, aparecem só aqueles quinhentos contos que é para o prémios Município de Aveiro, e eu continuo a perguntar e tantas vezes o tenho feito, se não seria bom a sociedade civil de Aveiro, através do seu município, desafiar a Universidade para algo mais. Procurar promover uma interacção entre a Universidade, entre o município, e se por isso não valeria a pena pôr aqui mais alguns escudos, para incentivar esse tipo de trabalho.

Vejo um Conselho Local de Educação do Município de Aveiro, em que se refere que tem de ir além do objectivo e diz que o grande objectivo “de modo a que a acção do executivo municipal possa ser cada vez mais eficiente” o que me parece ser muito vago, portanto, pode servir para tudo.

Eu gostaria de facto que algo mais importante surgisse nestes termos da educação, porque não há dúvida nenhuma que se há uma área que por um lado é conflituosa, por outro lado é muito abrangente, é a da educação. Eu diria que toda a população portuguesa é afectada pelo problema da educação, se não é o filho é o neto, se não é o pai é o avô, e portanto, isto é algo muito importante e significativo para o futuro deste país. A participação é fundamental. A ideia inclusivamente de sugestão de alterações curriculares, de conteúdos programáticos que possam inserir ou não certos aspectos relacionados com uma região, isso é discutível, pode-se debater. Mas este tipo de debate, este tipo de situação, este tipo de colaboração com o próprio Ministério da Educação que tantas vezes procura este tipo de debate, vê-se pouco, quer dizer, a pretensão parece-me relativamente curta no que diz respeito a este problema. Reparem também, que ainda no outro dia quando falámos nas conferências do milénio, algo que eu disse a propósito foi que seria necessário pensar que para além dos temas que ali se discutem, era bom levá-los a todos os cidadãos, a todos os munícipes. Talvez, se estamos a discutir o milénio, seja importante discutir novas formas de actuação dos mass média, e portanto, eu cheguei a sugerir porque não discutirmos possibilidades de debates interactivos utilizando outros meios? O que me foi dito é que de facto a participação não tinha sido muito grande, mas não foi assim tão má como isso, quer dizer, a preocupação que eu tenho quando falo de educação, quando falo das conferências do milénio e destes problemas, é dizer que o que aqui se propõe é o cumprimento de algumas formalidades - mas eu diria que é um pouco cinzento!! Eu gostaria que o Município de Aveiro

fizesse mais do que isso. Eu diria que era preciso que desse o golpe de asa, para utilizar enfim, a expressão do Mário Sá Carneiro “é preciso golpe de asa”, acho tudo muito cinzento, muito pardo, muito limitante. Não tenho dúvidas que nós PSD faríamos melhor.

No que diz respeito à Cultura, Desporto e Tempos Livres e Juventude; verificamos um crescimento de verbas para a Cultura, verificamos que crescem verbas para o Desporto e Tempos Livres e que baixam as verbas para a Juventude. Tenho algumas preocupações com isto e mais uma vez lembro que talvez valesse a pena pensarmos na tal interacção com a Universidade, com a tal Cidade Universitária que nós somos e que efectivamente, talvez não receba um carinho específico em termos de Juventude.

Embora não esteja orçamentado naturalmente, há uma referência ao estádio de futebol futuro e fala-se em seis milhões de contos. Até para salvaguardar a Câmara de posteriores críticas, eu penso que seria bom que nos fosse informado, gostaria de saber se está garantido o retorno deste investimento? Mas a que prazo? Seria bom que quando nós dizemos que temos que fazer investimento para o futebol 2004, não seja só uma expressão qualitativa: ai que bom que isto vai ser! Temos investimentos, mas temos que ter retorno. Era bom que soubéssemos qual é o retorno. Isso defende o próprio executivo camarário se o expressar.

Quando olhamos para a acção social, continuamos a ver que as verbas continuam a descer. Já no ano passado referi este aspecto e continuo a verificar que isso sucede. Eu penso que um dos vectores que nós social democratas defendemos, é um espirito de solidariedade e portanto, não podemos deixar de focar este aspecto, como falta de solidariedade entre as pessoas. Tenho de criticar. Aliás, note-se que só para protocolos com colectividades desportivas nos propomos gastar duzentos e cinquenta mil contos, enquanto que para a rubrica da acção social se prevêem cento e onze mil e seiscentos contos.

Em mil novecentos e noventa e nove a verba para a acção social, correspondia a um virgula trinta e oito por cento do orçamento. Em dois mil corresponderá a um virgula dezoito por cento. Eu diria que pouco falta para que daqui a nada ser apenas uma verba simbólica.

Na saúde verificamos que em noventa e nove a percentagem de verbas para a saúde era de um virgula quinze por cento, agora é zero virgula sessenta e um por cento.

Na Habitação e Urbanização, eu leio na página vinte e quatro, que a construção social vai conhecer este ano um novo impulso e depois como é que é esse impulso: verifico que em mil novecentos e noventa e nove uma verba de quinhentos e sessenta mil e quinhentos contos, que corresponderia a seis virgula oitenta e cinco por cento. Em dois mil vejo duzentos e setenta e cinco mil contos que corresponde a dois virgula nove por cento. Não estou a perceber bem este impulso.

No Saneamento e Salubridade, a rede de esgotos que em noventa e nove era de cento e onze mil e quinhentos, baixa para quarenta e dois mil e quinhentos; passa-se de um virgula trinta e seis por cento, para zero virgula quarenta e cinco por cento. Eu lembro-me que o senhor Presidente prometeu que no ano dois mil tinha noventa por cento do saneamento básico no concelho de Aveiro executado - e eu disse que o cumprimentaria se isso fosse verdade; continuo à esperara que de facto estejamos tão avançados que de facto se possa diminuir desta forma a verba para rede de esgotos. Mas eu diria que já agora, se é possível reduzir desta forma porque já estamos a noventa por cento, nada impede que tenhamos cem por cento. Porque o cidadão que fica nos dez por cento de fora também tem direito de reclamar um bocadinho.

Verifico na rubrica relativa ao Serviço Municipal da Protecção Civil, que vai haver aumento de verbas para a Policia Municipal; isto é um aspecto que talvez ultrapasse o próprio Município. Eu lamento que seja necessário haver policias municipais. Eu penso que o Estado devia efectivamente propiciar condições para que haja meios policiais suficientes e necessários para não precisarmos agora de mais policias municipais. Isto ultrapassa-me, mas há uma critica ao Estado aqui envolvida.

No desenvolvimento económico e abastecimento público refere-se a Europa dos Pequenitos e aqui novamente eu trago à baila uma situação que é: quando aqui isto pela primeira vez foi posto, lembro-me muito bem que esta bancada discutiu o assunto e disse claramente “nós queremos a Europa dos Pequenitos!” E quando aqui se disse no outro dia que havia perigo de ela ir para outros lados, conte senhor Presidente da Câmara, contem todas as bancadas que nós nos uniremos, da forma que for necessária para reivindicarmos que a Europa dos Pequenitos venha para aqui. Mas não nos esqueçamos que nessa reunião eu tive o cuidado de dizer que era bom que se estudasse primeiramente se era possível ou não implantar a Europa dos Pequenitos naquele local. Eu disse que aquela era Reserva Ecológica Nacional, disse que era também uma zona de protecção de certas espécies de aves e disse que poderia haver o perigo de não ser ali possível essa construção, e seria mau se isso sucedesse, porque podia inviabilizar o projecto. Na altura de facto não fui atendido, foi comprada uma marinha onde algo se vai fazer, que pelo que eu ouvi, pelo que eu conheço do preço das marinhas é um preço absurdo por ser muito elevado, e as informações que nós vamos colhendo, é que não será possível mesmo, utilizar essa marinha para a construção. Gostaria que me dissesse se é verdade?

Quando se fala em formação profissional, em mil novecentos e noventa e nove tínhamos vinte mil contos para gastar e agora temos zero!?

Portanto, olhando para um aumento deste orçamento verifico contudo que os cortes surgem em aspectos relacionados com: acção social, com ensino técnico e recorrente, com a formação profissional, com a juventude, com a saúde, com a habitação social, com o saneamento, com o ambiente, o que dá a meu ver, uma visão da perspectiva política de quem propõe este Plano de Actividades e de Orçamento.

Por nós, iríamos investir mais no homem e na mulher, numa perspectiva de solidariedade e de dignidade humana.

Olhando para as receitas temos dúvidas sobre as garantias de se conseguirem de facto algumas receitas, mas isso será referido posteriormente. Vejo uma taxa de execução que se diz num documento que é de sessenta por cento, alguns dos elementos que nós colhemos dizem-nos que é menos e depois também na última reunião nos foi dito que cinquenta por cento ou sessenta por cento não é mau relativamente às outras autarquias. Eu devo dizer que com o mal dos outros posso eu muito bem. Eu tenho alguma experiência de direcção e de presidência de instituições públicas, posso garantir-lhe que no último ano em que estive no Instituto Nacional de Investigação Científica, a execução financeira foi de noventa e oito por cento e penso que na verdade é uma responsabilidade que a pessoa tem que assumir, não é só orçamentar - é cumprir. E ia eu dizendo, que a propósito das receitas uma coisa que eu peço é o seguinte: é que se analise o que uma pessoa paga para o Estado das mais variadas formas a nível dos impostos, das contribuições, das taxas e de tudo o resto. Eu de facto olho para o meu ordenado e vejo o IRS que me descontam, vejo a Caixa Geral de Aposentações, aí logo quarenta e cinco por cento vai-se embora. Depois o indivíduo se considerar as contribuições autárquicas, sempre mete gasolina ..., sempre que compra um carro, quanto paga? Sempre que compra qualquer coisa tem dezassete por cento de IVA. Depois de tudo isto, se o indivíduo tiver uma empresa e se tiver lucros, vai logo quarenta por cento embora, com derramas e tudo; se receber dinheiro em sede de IRS vão-lhe buscar lá mais dinheiro. O que eu quero dizer, é que para cada cidadão sessenta por cento do seu ordenado vai-se embora para os mais variados fins - para os cofres do Estado. É evidente que face a uma situação destas não nos venham dizer que quem quer serviços pagos, porque nós já pagamos muito e portanto, não nos venham pedir, efectivamente, mais aumentos de contribuições, de taxas, de derramas e de outras coisas desse género.

Já agora, e finalmente quero só dizer-lhe o seguinte: outra coisa que me permite dizer que falta a esta Câmara o tal “golpe de asas” a que se refere o Mário Sá Carneiro; é que verificamos que temos aqui uma Universidade com prestígio nacional e internacional, onde se formam pessoas categorizadas, e conseguem a conservação de massa cinzenta neste concelho é fundamental. E

para isso é preciso dar condições para que as pessoas cá fiquem. E para isso é preciso criar novas empresas. É preciso arranjar meios para que haja possibilidade de haver trabalho. Depois de tudo isto, exige-se uma instituição que permita uma incubação de empresas. Porque não fazê-lo em associação com a Universidade, porque não ter departamentos de inserção na vida activa, porque não baixar as derramas para se conseguir a fixação de mais indústria aqui - não me digam que já há tanta gente a pedir!... Se não temos capacidade temos de a encontrar. Precisamos de fixar massa cinzenta aqui.”

Entretanto entrou na sala o vogal Fernando Vieira Ferreira.

Vogal Virgílio Nogueira:

“Eu permitia-me começar a intervenção com uma analepse à última reunião e para referir que o senhor Presidente da Câmara ao contrário daquilo que é habitual - e eu já o conheço há alguns anos, foi um poucos descortês comigo, não por aquilo que me respondeu, mas é por aquilo que não ouviu da minha intervenção. Porque se tivesse ouvido tenha respondido com o tino que o caracteriza.

Agora vou dizer mais uma coisa que se calhar vai suscitar alguma piada, mas é isto que eu vou dizer: de facto o imperativo categórico Kantiano impregnou-me a alma, o espírito, e eu obviamente terei que dizer coisas que se calhar não gostaria de dizer, pois para mim às vezes é uma violência ter que fazer algumas críticas a pessoas que eu prezo e que sei que tentam fazer o seu melhor na sua actividade, caso dos ilustres vereadores e do senhor Presidente da Câmara. Mas por esse imperativo categórico, eu obviamente tenho que me pronunciar. E vou-me pronunciar para já na questão cultural, e tenho que referir aquilo que referi numa intervenção anterior para começar. A recente iniciativa tomada pela Câmara Municipal de Aveiro, de fretar o transporte para acartar espectadores para um festival de teatro no Porto, é claramente demonstrativa de provincianismo. Crê que reside nas grandes cidades o brilho cultural e artístico que nos fará sair do bocejo da nossa terra. Aliás foi essa a crença que Eça de Queirós caricaturou na capital. Afinal a capital da frivolidade.

Sobre o Plano e Orçamento, o que eu desejo e penso que é um desejo colectivo, é que a autarquia seja um verdadeiro agente da vida cultural no Concelho de Aveiro: que tenha ideia e iniciativas, como tem, mas que tenha mais e melhores, que apoie as associações e os artistas locais e que faça com que nós entremos nas rotas dos grandes acontecimentos culturais, das quais estamos alheados.

Posso agora inumerar alguns exemplos para ilustrar aquilo que referi, por exemplo: o último filme do João César Monteiro “As bodas de Deus”, um filme bastante consagrado em Portugal e no estrangeiro, não foi ainda exibido em Aveiro. Mas como este filme muitos outros não foram. É preciso que a Câmara, obviamente não tem todas as atribuições e competências, mas que consiga que na nossa cidade nós tenhamos acesso à boa filmografia que se faz em Portugal e no Estrangeiro. Isto não tem acontecido, se calhar devemos apoiar mais o cineclube, se calhar devíamos articular com o cineclube uma política cultural de exibição cinematográfica, que nos permita vislumbrar esses filmes, isso é importante. Como é importante também, que nós num concelho com tantas instituições ligadas à música, à prática e ao ensino, era importante que tivéssemos um relevante festival de música e não o temos. E ainda mais, eu podia falar em algo mais que gostaria que nós tivéssemos, e não querendo ser muito audaz, nem demasiado ambicioso, nós devíamos ter uma temporada de ópera.

Seguidamente, eu tinha que voltar à questão da Orquestra. Obviamente, eu gostaria se me fosse permitido, se calhar de fazer uma marina no Parque Municipal D. Pedro V, ou construir uma urbanização, poderia resolver os problemas que a Orquestra possa vir a ter e se calhar vai ter. A verdade é esta, senhor Presidente da Câmara, nós que somos cidadãos bafejados por uma Orquestra regional e se calhar neste momento é a única região que tem uma Orquestra,

devemos fazer tudo para que esta Orquestra se mantenha e sobreviva ao contrário do que aconteceu com a orquestra mais a norte, e se calhar não o temos feito. E é importante que o façamos, porque senão temos também que ir de excursão ao Porto um dia destes, para assistir a um concerto de música clássica, e é isto que eu tenho a dizer.

Quanto à política da Juventude, o Prof. Britaldo já referiu a pequenez da verba, se calhar no próximo ano as coisas poderão ser diferentes, esperamos que não, mas de facto a mediocridade da verba é eloquente quanto a algum desinteresse que a autarquia tem perante a política de Juventude, embora o senhor vereador Eduardo Feio seja uma pessoa bastante compreensiva e atendível às preocupações das Associações Juvenis.

Na questão da Acção Social, eu gostava só de referir aquilo que já venho referindo há algum tempo, era importante estendermos a acção social a outras zonas com muitas dificuldades que há no nosso concelho, sob pena de estarmos a criar alguns guetos que no futuro nos poderão trazer problemas a todos. Porque se apostamos numa Policia Municipal e estamos a apostar também, e bem, na repressão, devemos apostar por outro lado, em evitar que haja problemas de segurança. E o caminho para evitar isso, é apostando claramente nas questões sociais. Muito obrigado.”

Vogal António Vinagre:

“Muito obrigado senhor Presidente. Permite-me começar por saudar o regresso do Dr. Candal à Mesa desta Assembleia e condenar alguma prepotência e arrogância da Mesa anterior, nas duas últimas sessões.

Começava por dizer acerca deste Orçamento, senhor Presidente da Câmara, que é bonito, cheio de boas intenções, já o era o do ano passado e viu-se que houve muita coisa que não levou à prática. Certamente que o mesmo vai acontecer com este. Houve coisas que transitaram do outro para este, deste vão certamente transitar mais coisas para o próximo e por aí fora.

Queria abordar apenas dois pontos deste Plano de Actividades: página dezanove - Apoio a actividades desportivas e associativas. Apoio aos agentes desportivos sessenta mil contos. Protocolos com colectividades desportivas duzentos e cinquenta mil contos. Isto na prática dá trezentos e dez mil contos aos clubes desportivos da cidade e eu gostava de saber como é que vai dividir estas verbas e quanto é que vai atribuir ao Aveiro Basket, particularmente tão bem gerido pelo super vereador José Gonçalves. Contudo não se esqueça das classes de formação dos clubes. Senhor Presidente da Câmara, um dos seus filhos pratica basquetebol nos Galitos é colega do meu que também pratica basquetebol e sabe quão importante é o apoio às classes de formação dos clubes.

Para variar; Protecção Civil/Bombeiros. Eu não sei o que é que hei-de dizer deste Plano de Actividades para os Bombeiros; quarenta e dois mil contos que é uma verba inferior àquela que atribuiu no ano passado!? Eu sei que a Câmara até há pouco tempo ainda não tinha cumprido com os compromissos que assumiu no ano de noventa e nove, que está a acabar. Passou de quarenta e quatro para quarenta e dois mil contos no apoio às corporações, vinte mil às duas corporações, portanto dez mil a cada uma e eu lembro que esta atribuição parece igual mas não é, isto é virtual. Se virmos que há uma corporação que tem cento e vinte bombeiros e outra tem sessenta, façamos as contas e esta atribuição não é equitativa. Continua o seguro aos bombeiros de seis mil contos - é igualzinho ao do ano passado. Participação às corporações com as entradas nas feiras, dezasseis mil contos. Vamos ter novamente os bombeiros à entrada das feiras - a missão principal deles não é essa. Isto não é uma participação, isto é, dezasseis mil contos é oito mil para cada corporação, mas isto é em troca do serviço, se os bombeiros querem dinheiro vão para a entrada das feiras.

Eu lembro também que na última reunião, ou na penúltima o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, referiu mais uma vez, e devemos ser as duas pessoas aqui nesta Assembleia que se referem mais vezes isso, que continuam a haver pontos sensíveis nesta cidade

- verdadeiros barris de pólvora, que não foram inspeccionados, não foram vistoriados, estão em condições péssimas e lembro também que a cidade está a crescer: há novas superfícies comerciais, há novos edifícios, os bombeiros precisam de mais material, mais viaturas, precisam de ser actualizados em termos operacionais. E a Câmara precisa, e lamento que para si a segurança nesta cidade valha apenas quarenta e dois mil contos. E era só muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Senhor Presidente. Senhores Deputados. Em relação à Educação eu gostava de saber como é que a Câmara chega às verbas que inscreve no Orçamento. Isto é, quando diz que são cinco mil contos para aquisição de equipamento ou para reparação, chegaram à mesma verba para as reparações e manutenção e para o equipamento? Está feito ou não o levantamento das necessidades, junto das escolas, da educação pré-escolar e do ensino, relativamente às carências que têm e àquilo que querem ver resolvido durante o ano dois mil? E portanto, se há alguma relação entre as verbas que são apresentadas, e entre as necessidades que são apresentadas caso o tenham sido e as verbas que estão orçamentadas? Gostava também que fosse informado, qual o calendário que está a ser previsto para a criação, para a implementação do Conselho Local de Educação: quando é que tencionam que ele seja criado? E se já é para ter alguma intervenção por exemplo, na planificação do próximo ano lectivo, o que obriga a que ele seja planificado desde já.

Também me parece pouco, com o crescimento urbano, demográfico, que está a acontecer no nosso concelho, a criação de apenas uma escola do primeiro ciclo de raiz. Portanto, parece-me pouco para aquilo que me parece ser as necessidades do concelho.

No que diz respeito ao objectivo desporto, faço minhas as palavras já aqui citadas pelo Prof. Britaldo, da verba que é dispensada aos protocolos com entidades desportivas - duzentos e cinquenta mil contos, aos quais eu juntaria mais sessenta mil para apoio aos agentes desportivos. Portanto, trezentos e dez mil contos neste orçamento com este objectivo, de apoios directos, que nós sabemos que existem outros apoios indirectos que não são pouco importantes, parece-me exagerado para a situação financeira que existe no concelho.

No que diz respeito ao objectivo Habitação/Urbanismo, folgo por ver tantos PMOT's a caminho do seu encerramento, é que tenho a certeza que no próximo ano vamos ter muito trabalho aqui na ratificação e na decisão em relação a esses Planos. Espero bem que não. Folgo que assim seja, e espero que quando fizermos a discussão do Relatório de Actividades do ano dois mil, que não venhamos a constatar que a final não foi isso que se passou.

Agora, ó senhor Presidente?! Ponte de S. Jacinto?! Estudo de viabilidade cem contos?! Cem contos, cem mil contos, bem é parecido. O que é que isto significa? Significa que a Câmara tomou a opção política de construir a ponte para S. Jacinto? Tomou essa opção, e está a caminhar para ela? Que outra viabilidade é que está a entender? A viabilidade se é ou não possível construir a ponte? Tenho a certeza que é viável construir pontes para S. Jacinto, até já o digo, podem-me dar os cem contos. Eu digo: é viável a construção da ponte. Agora, é a viabilidade económica - estão a pensar numa ponte com portagens? Se compensa ou não compensa o investimento? É a viabilidade ecológica? Enfim, eu até penso que a Câmara nem tem que estudar isto. Isto é um projecto que nunca será um projecto municipal (...) o senhor Presidente diz que é? Então gastem os cem contos e depois digam-nos as conclusões. Acima de tudo aquilo que queria deixar claro é isto, a Câmara Municipal de Aveiro, esta que aqui está presente, decidiu construir a ponte, decidiu avançar para a construção? É só isso, e o senhor Presidente me dará a resposta a esta pergunta, que é uma pergunta simples e directa. Mais tarde irei a outro aspecto deste objectivo, mas por elegância para com um dos vereadores fico por aqui.

Objectivo seis - Saneamento e Salubridade. No preâmbulo da parte escrita deste objectivo, lê-se “que os elevados custos da prestação de serviços de recolha e transporte a destino final dos

resíduos sólidos, bem como do tratamento dos mesmos, e a qualidade acrescida que todos estão empenhados em manter, obrigará a repensar o respectivo suporte de financiamento”. Ora cá está: que financiamento é que a Câmara está a pensar? Eu acho que é aquilo que nós chumbámos, portanto, as taxas pelos resíduos sólidos, indexadas à água daquela maneira espantosa. Mas isso já lá vai. Já lá vai, mas ao que parece já lá volta. Só isto obriga-me a votar contra o Plano e Orçamento - eu já quero antecipar a votação; mas querer meter aqui de forma explícita uma coisa que foi rejeitada há meia dúzia de meses pela Assembleia, é um risco político que a Câmara assume. Creio que se vote contra. Da minha parte, tenho muita dificuldade em votar de outra maneira. E o que me espanta é que a Câmara só esteja a olhar para o bolso dos munícipes, chamo-lhe à atenção para os números que tive o cuidado de estar a ver. Fui buscar o contrato assinado entre a Câmara e o consórcio o Mota & Companhia, na altura, em noventa e cinco, um contrato por sete anos, começou em mil novecentos e noventa e seis e cujo valor global se estimava e está escrito no contrato, em um milhão quatrocentos e setenta e nove mil contos. Mas no ano passado, em noventa e oito gastaram-se trezentos e setenta mil contos. Admito que no ano passado, em noventa e nove - não temos os números ainda, que sejam também trezentos e setenta mil - serão mais. No orçamento para o próximo ano estão inscritos quatrocentos e vinte e dois mil e admitindo por baixo para os primeiros dois anos, duzentos e cinquenta mil em cada ano. Isto significa que neste ano que vai entrar, ano dois mil, se não está já cumprida a totalidade da verba do contrato, então é neste ano dois mil que ela vai ser atingida e ultrapassada. Quer dizer, faz-se um contrato, vê-se que esse contrato se continuar pelos anos que falta irá custar ainda mais oitocentos mil a um milhão de contos daquilo que foi estabelecido. Não é para vinte anos, é para um período curto de sete anos. Um erro de previsão deste tipo? É muito não pode ser? Não sei se sabem fazer contas ou não; não sei se há fiscalização ou não àquilo que é debitado e àquilo que é pago. Portanto, esta é a dúvida que me inquieta e acho que a Câmara deveria olhar para outros lados que não apenas para o bolso dos munícipes.

No objectivo do desenvolvimento económico e abastecimento público, temos as nossas obras de S.^{ta} Ingrácia, o novo Mercado Municipal de Santiago - será mesmo do próximo ano ou não? Agora o que me preocupa senhor Presidente, é o encerramento provisório do Mercado Manuel Firmino. Se o encerramento provisório do Mercado Manuel Firmino significa os mesmos anos que tem demorado a entrada em funcionamento no Mercado de Santiago, senhor Presidente, arranje outra solução, façam as obras, deixem lá uns cantinhos para as pessoas de idade não terem de fazer grandes deslocações, não terem que ir a Santiago fazerem as suas compras e poderem continuar a sua rotina, no bom sentido, de compras no Mercado Municipal da Fruta - tal como é conhecido.

Seguidamente queria perguntar ao senhor Presidente: vinte mil contos de novas máquinas de parómetros num ano? Porquê? Vão aumentar assim tanto a área de estacionamento num ano, que se justifique vinte mil contos em máquinas de parómetros? E a variante a Eixo que o senhor Presidente citou: então é uma obra isolada ou vamos ter ou não a variante Aveiro/Águeda de que esta variante é uma parte? Isto é um segmento de algo que está a ser planificado; o senhor Presidente depois dará a resposta a esta interrogação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores. Senhor Presidente. Senhores Deputados. Acabou o detalhe, agora o geral.

Ora, bem vindos à “Roda dos Milhões”. Milhões para aqui, milhões para acolá, é uma ilusão de fartura mas que a realidade me parece ser bem diferente. Há uma ilusão perfeita, é-nos apresentado um conjunto de receitas e despesas que teoricamente ultrapassam os catorze virgula seis milhões de contos no ano dois mil. Mas qual é a realidade? A realidade é que em noventa e oito se recolheram pouco mais de seis milhões de contos. Em noventa e nove as perspectivas optimistas e por comprovar, porque há a versão dos sessenta por cento, há a versão dos cinquenta por cento, a optimista aponta para sete virgula oito milhões. Por isso, o

que o senhor Presidente e a Câmara estão a propor não é um salto de um milhão de contos entre o orçamento do ano passado e o orçamento deste ano. É um salto de sete virgula oito milhões previsivelmente a arrecadar, para catorze virgula seis milhões que são agora anunciados. Ora se isto não é a “Roda dos Milhões”, o que é que é “Roda dos Milhões”. Não vou dizer que é para rir, leve isto a sério, mas não acredito de forma alguma na possibilidade deste orçamento se concretizar.

Este é também o orçamento da minoria porque foi votado e aprovado apenas por quatro dos nove membros da Câmara. Se fosse aplicada na Câmara o mesmo processo que foi aplicado aqui para a votação de várias propostas, não havia Plano e Orçamento aprovados porque não tinha havido uma maioria que a tivesse levado para a frente. O senhor Presidente e o PS, não conseguiram mobilizar os restantes vereadores, alguns dos quais têm responsabilidades directas em áreas de gestão municipal, para uma elaboração participada a que ficassem posteriormente vinculados. Menos um ponto para o tal ranking da qualidade democrática do senhor Presidente que tem vindo a elaborar porque seria uma virtude democrática conseguir envolver o conjunto da sua vereação numa votação favorável dum Plano que fosse assumido e visto por todos. Aliás as declarações de voto de alguns dos senhores vereadores, são de tal forma incisivas que até admira como é que se abstiveram e não optaram pelo voto contrário. Acho que as declarações de voto da senhora vereadora Maria Antónia e dos senhores vereadores Belmiro Couto e Celso Santos são peças fundamentais para a apreciação da qualidade deste orçamento e das suas fragilidades. Seria até interessante se esses vereadores quisessem usar, eu não me importaria de requerer a sua intervenção para que a Assembleia se pudesse deliberar, porque tem essa possibilidade, seria interessante ouvir da boca dos senhores vereadores, as razões que os levaram à abstenção. Porque seria importante ouvir a senhora vereadora afirmar que são da ordem dos trezentos e oitenta mil contos ano, mais cem mil contos de encargos para o leasing, os encargos actuais da dívida da Câmara. Seria importante que nos trouxesse aqui a chamada de atenção para que em conjunto o meio ambiente, o saneamento e a salubridade, a acção social e a educação, atingem apenas dezoito por cento do Plano de Actividades. Seria interessante ouvir dizer, que as competências da educação são elevadas e que as carências são muitas e que aquilo que está apresentado é insuficiente. Seria interessante, os senhores vereadores Belmiro Couto e Celso Santos, dizer que a previsão de venda de terrenos é optimista e acima de tudo o seu alerta para o perigo de um orçamento sobredimensionado, parecem-me que são perigos evidentes. Disseram eles, os senhores deputados leram com certeza, que é um perigo por que as despesas autorizadas estão no orçamento, portanto, podem-se ir fazendo, mas como não se realizam as receitas que estão previstas, há um défice, há um risco permanente de rotura ao nível do município. De facto eles não estão cá mas de facto recomendo a leitura desses elementos.

Temos então um Plano de desorientação, um Plano de fuga para a frente, e este executivo em vez de consolidar uma situação existente demonstrando, projectando, aquilo que de uma forma sustentada pode vir a realizar, opta por algo completamente diferente. Tem uma grande apetência para o supérfluo, em vez do essencial, é de alguma forma uma apetência para o acontecimento, para o espectáculo, para o efémero, para a propaganda, em detrimento de outras áreas. Há uma permanente sobreavaliação das possibilidades. E perante um orçamento deste tipo e com compromissos que vão sendo assumidos sem um correspondente arrecadar de receitas, é evidente que haverá um momento de rotura e tenho muito receio de que essa rotura esteja mais próxima do que aquilo que parece. Portanto, não é possível uma gestão à “Dona Branca”, é necessário outro tipo de gestão.

Do orçamento respescava apenas alguns elementos que comprovam a forma como esta Câmara programa de forma irrealista e como pretende ir buscar o dinheiro ao bolso dos munícipes. Nos impostos indirectos a Câmara pensa ir buscar um milhão de contos na Predial Autárquica, quando à dois anos apenas arrecadou setecentos e seis mil. Na SISA pretende ir buscar um

virgula seis milhões de contos quando há dois anos arrecadou um virgula um milhão de contos. Pretende ir buscar nos mercados noventa mil contos, quando arrecadou quarenta e seis mil. Pretende ir buscar aos loteamentos e obras quatrocentos e setenta e nove mil contos, quando arrecadou vinte mil. Pretende ir buscar nos mercados e feiras cento e cinquenta mil contra noventa mil que realizou há dois anos. Pretende realizar quatro milhões virgula três na venda de terrenos, quando nem um milhão realizou há dois anos, e por aí fora. Pretende ir buscar participações do estado na ordem dos três milhões de contos, quando há dois anos se ficou pelo meio milhão. Quer dizer, é natural, senhor Presidente, que num ou noutro aspecto a Câmara venha a conseguir realizar algumas destas verbas. Mas agora, este conjunto tão diferente, tão sobreavaliado é manifestamente impossível.

O senhor Presidente fez uma elencagem de obras no início da sua intervenção, quem é que não vai estar de acordo com as obras. Vamos estar todos de acordo com as obras. Todos queremos as obras. Mas nós queremos também uma gestão que veja o que é possível, que sonhe um pouco, que ande um pouco além daquilo que é possível, não se pretende uma gestão ao tostão, mas uma diferença tão grande, entre aquilo que é realizável e aquilo que não é realizável, pode levar a situações muito complicadas, por isso não podemos estar de acordo com esta solução.”

Entretanto saiu da sala o vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para jantar.

2.ª PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal João José Ferreira da Maia na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Maria Teresa Fidélis da Silva, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Maria João Santos Pais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado Maia.

Retomados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade à Ordem de trabalhos prevista para esta Sessão.

Vogal Henrique Diz:

“Muito obrigado senhor Presidente. A minha primeira palavra é para assumir a derrota política resultante do facto de na discussão do que é possivelmente o documento mais importante que a

Câmara apresenta a esta Assembleia durante o ano, não ter sido possível ter presente uma parte substancial dos senhores deputados municipais.

Depois queria salientar a coragem do senhor Presidente da Câmara. E saliento a coragem porquê? Porque embora o senhor Presidente da Câmara tenha dado números que não correspondem àqueles que nós temos, a verdade é que a doze de Dezembro a situação da execução orçamental relativa a mil novecentos e noventa e nove apontava para um valor, que aliás o senhor Presidente da Câmara terá admitido, na ordem dos oito milhões de contos e, portanto, é fantástico que o senhor Presidente da Câmara perante isso traga a esta Assembleia um orçamento que se aproxima dos quinze milhões.

De facto, eu acredito que a Câmara Municipal de Aveiro tenha uma capacidade de movimentação de verbas substancial e que nos últimos dez dias, nos quais temos incluído o fim de semana, se tenha aumentado substancialmente a execução orçamental - nós vê-la-emos certamente com mais detalhe quando aqui for discutido o Relatório de Actividades de mil novecentos e noventa e nove - mas mesmo que assim tenha acontecido, estamos certamente longe do orçamentado. Poder-se-ia pensar, e eu não acredito, como é evidente, que o que estava aqui em causa era apenas um jogo de marketing. Quer dizer, nós somos uma cidade, um município muito importante, vamos ter um orçamento de quinze milhões de contos para o ano dois mil. Aliás isso dá umas parangonas muito interessantes nos jornais que me deu, faz bem ao ego de todos nós e faz bem até ao ego dos munícipes - não tenho dúvidas nenhuma. Sentir-se cidadão de uma cidade que tão rapidamente passe de execuções orçamentais baixas, para quinze milhões de contos, certamente fará bem a todos nós. Como o senhor Salavessa há bocadinho referiu, nós ao discutirmos o Relatório do ano dois mil, então certamente, talvez fiquemos menos orgulhosos.

Mas eu já agora atrevia-me a sugerir-lhe uma coisa senhor Presidente. É que para o ano apresentasse um orçamento ainda maior, porque aproximam-se as eleições autárquicas, portanto, talvez quarenta milhões de contos seja um número razoável e que possa de toda a forma satisfazer-nos. Ora, ao apresentar-se um orçamento desta natureza e dado que os senhores vereadores representantes do PP na Câmara Municipal não estão presentes, eu permitir-me-ia citá-los para dizer que «não podemos esquecer que o elevado optimismo nos montantes orçamentais quer da receita quer da despesa, são um motivo de descontrolo na execução orçamental, é fácil de realizar a despesa que está autorizada, mas não há quase controlo na execução da receita, pelo que o desequilíbrio no défice orçamental é um perigo constante no dia-a-dia da gestão municipal, como se tem verificado nestes últimos dois anos». Não são palavras minhas, são palavras dos senhores vereadores do PP. Eu devo dizer-lhe que perante um orçamento destes, espero e desejo que a gestão financeira seja extraordinariamente cuidada e que a gestão da capacidade de endividamento seja mais eficaz do que aquela que é previsível das palavras contidas no documento que nos foi distribuído. Aliás, penso mesmo que nós estamos talvez não na “Cidade Digital”, mas a caminho da “Cidade Virtual”; e oxalá eu me engane.

Por outro lado ainda, permita-me também senhor Presidente, que lhe diga que a melhoria da qualidade de vida de que o senhor Presidente fala tão frequentemente, no que diz respeito a Aveiro e que tem justificado vultuosos investimentos, a melhoria da qualidade de vida deve ser a melhoria da qualidade de vida para todas as pessoas e não apenas para algumas. Penso que não está em nenhuma linha deste Plano e Proposta de Orçamento, nada que de alguma forma possa satisfazer esta suposição. Por outro lado, deixe-me dizer-lhe outra coisa. A aplicação dos dinheiros públicos, dado que é da responsabilidade de todos nós, deve ainda se possível, ser mais criteriosa do que a aplicação que nós fazemos do nosso dinheiro próprio. E portanto, muito me espanta não ver no Plano que nos foi entregue e na Proposta de Orçamento, nenhuma referência à necessidade da contratualização dos subsídios que são distribuídos a colectividades, sejam elas de natureza desportiva, sejam elas de natureza cultural. De facto, eu

pensaria que seria importante que a atribuição dos subsídios fosse dependente da quantificação clara de objectivos. Para eu não ter que ouvir, como ainda recentemente ouvi, um dirigente desportivo desta terra, dizer que o “dinheiro que a Câmara entregava ao clube em causa, era plenamente justificado pelo retorno publicitário que esse clube trazia à Cidade”; eu gostaria de ver isso quantificado. Porque, é até muito fácil dizer que, dar cinquenta mil contos ou cem mil contos ou cento e vinte mil contos a um clube desportivo faz muito pela Cidade; tudo isso é quantificável, e aquilo que eu não vejo aqui neste Plano e neste Orçamento é quantificação. A não ser de facto nos números.

Agora como se chega aos números, isso são outras coisas - não há aqui explicação sobre essa componente. Ainda sobre a ponte de S. Jacinto e as preocupações do senhor António Salavessa, eu gostaria de o descansar e digo-lhe já porquê. Eu vou só citar: (senhor José Mota - Presidente da Federação Distrital do PS, num comício a seis de Dezembro em S. Jacinto, segundo o Diário de Aveiro de sete de Dezembro) «não mintam mais uma vez ao povo de S. Jacinto». O senhor Dr. Alberto Souto, idem, «por cima dessa ponte passa a demagogia e por baixo a maré baixa da política que fazem». O Senhor Alberto Souto a sete de Dezembro, admitia um acesso directo a S. Jacinto, mas apenas quando o Plano de Urbanização da Freguesia estiver aprovado - ainda não está! Na página vinte quatro do Plano e Orçamento diz assim: «novidades relevantes importa ainda assinalar em primeiro lugar o estudo de viabilidade da ponte para S. Jacinto, ultimado que está o respectivo Plano de Urbanização, a hipótese de ligação a S. Jacinto através de uma ponte rodoviária irá agora ser estudada.» Mas, e citando novamente o senhor Dr. Alberto Souto, (vinte e oito de Dezembro, Assembleia Municipal) «eu por precaução e porque conheço muito da vida autárquica, sei que não basta ter planos aprovados e sermos competentes, para que eles sejam respeitados». Portanto, senhor António Salavessa, não tem que ter preocupações relativamente à ponte de S. Jacinto.

Se me permitisse senhor Presidente, eu ia só rapidamente passar umas transparências do meu colega de bancada Dr. Rogério Madaíl.

Se o meu colega Rogério Madaíl pudesse estar presente teria dito que: da análise do Orçamento para o ano dois mil ressaltam os seguintes aspectos, que em nosso entender são os mais relevantes. Primeiro, um forte desajustamento entre as receitas orçamentadas e as cobradas nos últimos dois anos. Segundo, um aumento em cerca de duzentos e cinquenta por cento das receitas orçamentadas, em relação às cobradas no ano corrente e anterior, suportada essencialmente pelos aumentos dos impostos directos com elevado risco de execução, pelo aumento insustentável de mais de dois mil por cento das taxas de loteamento e obras, e pela introdução da taxa de resíduos sólidos, que eu penso que já terá sido reprovada nesta Assembleia.

Do lado de receitas de capital, o aumento é suportado essencialmente pelo aumento de venda de terrenos, que tem elevado risco de execução, como já tivemos ocasião de verificar e pelo aumento das transferências da Administração Central. Verifica-se ainda um aumento de cerca de sessenta por cento das despesas orçamentadas, sendo dezoito por cento despesas correntes - muito acima da inflação e traduzindo uma forte política de despesismo, e cinquenta e sete por cento de despesas de capital, que sendo um ponto relevante neste orçamento, coloca duas questões: o problema da garantia do seu financiamento, sem comprometer a capacidade financeira futura do município, e a problemática das escolhas dos investimentos mais úteis socialmente.

Se quisermos ver agora a documentação apresentada, podemos ver aqui neste mapa a evolução das despesas correntes. E o que é interessante verificar na evolução das despesas correntes, é que a doze de Dezembro estavam cabimentados quatro milhões de contos e os pagamentos efectuados até doze de Dezembro, eram oitenta e dois por cento do cabimentado - ou seja, oitenta e dois por cento da execução.

Em receitas correntes já é um bocado mais complicado, porque havia sessenta e cinco por cento àquela data realizado. Portanto, é um bocadinho mais difícil recebermos dinheiro do que gastarmos. Sempre foi assim.

Nos impostos directos podemos ver que em noventa e nove estavam orçamentados três milhões cento e noventa e três mil contos e que até à data em que nós temos números, estavam recebidos dois milhões trezentos e trinta e oito. No entanto, para o ano que vem, estamos a pressupor que vamos ter três milhões seiscentos e vinte e um.

Nas taxas, multas e outras penalidades, esse ainda é mais fantástico, esta é uma coisa que vale a pena, também é muito interessante, embora aqui os números sejam mais pequenos, mas a desproporção é bastante maior. É que, o orçamentado para noventa e nove eram setecentos e oitenta e nove, o realizado em noventa e nove até à data em que nós temos elementos e eu volto a frisar isso, era de cento e trinta e oito - daí se justifica a “policia municipal”.

Nas vendas de Serviços temos orçamentados quatrocentos e trinta, realizados duzentos e noventa e seis - estamos a falar de valores pequenos, para o ano também não têm grande aumento na previsão orçamental.

Despesas de capital: orçamentado oito milhões e quinhentos mil, cabimentado, cinco milhões e meio de contos. Efectivamente pago, quarenta e oito por cento - dois milhões, seiscentos e quarenta e nove - isto representa uma taxa de execução de trinta e um por cento.

Transferências para o sector público autárquico: orçamentado quatrocentos e oitenta e três, cabimentado cento e noventa e três, projectado um milhão, quatrocentos e quarenta e dois.

Receitas de capital (esta é uma questão interessante): orçamentado doze milhões e novecentos mil, realizado trinta e três por cento - seis milhões duzentos e cinquenta e um mil contos, orçamentado para dois mil, catorze milhões e novecentos mil.

Eu terminei aqui o que dizia respeito ao meu colega, mas deixem-me dizer-lhes o seguinte: o senhor Dr. Rogério Madaíl obteve estes dados de fonte que considera fidedigna e onde todos os senhores deputados municipais certamente os podem obter. Se estes dados são fidedignos, estamos claramente perante uma situação que faz antever que o ano de dois mil, seja claramente o ano do orçamento virtual e não o ano do orçamento real. Muitíssimo obrigado.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Em primeiro lugar, uns ligeiros apartes sobre a questão do risco que hoje corremos de falta de quórum e para que não digam que é só uma questão de gramática, que se distribua efectivamente a nova legislação aos senhores deputados municipais, porque é um risco que vamos deixar de correr, porque as pessoas que sabiam já na última reunião que iam faltar podiam-se ter feito substituir, penso eu. E nestas circunstâncias passa a vida a estar facilitada após a distribuição do decreto de lei que sugeri. E já agora peço que dêem um também ao senhor Presidente da Câmara para ser portador ao senhor Prof. Celso, porque se é facto que os deputados municipais, conforme eu tenho sucessivamente protestado no bom sentido, ganham muito com a possibilidade de estar mais vezes junto dos senhores vereadores, a contrária também é verdadeira e como a lei agora os obriga a estar aqui, têm também essa vantagem de nos poder ouvir e, portanto, ter uma visão mais alargada das situações.

E por falar em senhores vereadores, muito se fala hoje aqui da posição assumida na Câmara, designadamente em matéria de abstenção, relativamente à questão que mais nos traz aqui hoje, designadamente pelo senhor Salavessa, porque com algum espanto “porque é que se abstiveram”. Eu penso que se abstiveram porque são pessoas de bom senso, conheço-os a todos e tenho por eles o maior respeito e, portanto, tiveram pelo menos a noção de que não era razão para votarem contra. Se era ou não para votarem a favor é uma coisa que penso que iremos ver a seu tempo. Facto é, que não é de estranhar, que os senhores vereadores que aqui foram citados, quanto a mim e é a minha opinião pessoal que às vezes é um bocado imodesta, mas neste momento é absoluta e sinceramente modesta, abstiveram-se efectivamente porque têm a

sua razão de ser que o tenham feito. É que como disse o Senhor Salavessa e eu subscrevo, trata-se de uma postura de rotura total. E como? As pessoas que se abstiveram, tiveram ligações exactamente à postura anterior. Era lógico que mandasse o bom senso, que no mínimo se abstivessem. Assustam-se é facto, logo à partida pela simples razão de que a política lhes é completamente estranha. Isto não é uma crítica, é uma constatação de facto. Eu não fui, mas tenho pena por falta de tempo, buscar alguns dos orçamentos do executivo anterior e que valia a pena cotejar com este.

E assim transponho para os últimos pontos da minha intervenção, designadamente no que respeita à pista do Rio Novo do Príncipe. E vou falar inteiramente de cor e com a minha fraquíssima memória. É assim: um dos últimos orçamentos do executivo anterior relativo a pista do Rio Novo do Príncipe era, nada mais nada menos do que um milhão de escudos. E eu fiz uma intervenção exactamente para dizer que me parecia muito dinheiro. E porquê? Porque ou alguém me explicava para que é que era aquilo, porque aquilo não dava para coisa nenhuma, ou era muito dinheiro. E demonstrou-se que era efectivamente muito dinheiro. Porque um milhão de escudos para não fazer coisa nenhuma é muito dinheiro. Quatrocentos mil contos, para fazer efectivamente uma pista do Rio Novo do Príncipe e não a ter deixado ir definitivamente para Montemor é qualquer coisa, e até se calhar pouca coisa. Mas nós sabemos que esta Câmara também não pode arriscar demais, porque não está em condições atendendo àquilo que herdou.

Eu congratulo-me por este orçamento e com a possibilidade de fazer este cotejo de cor, à distância, grande, entre só este ponto de apoio à Juventude, sobretudo à Juventude pobre de Cacia. E repito, o que podem ler em actas de Assembleias anteriores, eu não estou a adaptar a minha intervenção por exemplo, à posição do Prof. Britaldo Rodrigues, estou a dizer rigorosamente o mesmo que disse na altura: era fundamental que não fosse aquele um milhão de escudos, porque o povo de Cacia precisava daquela intervenção do Rio Novo do Príncipe e sobretudo a Juventude de Cacia. E essa é uma forma séria de subsidiar a Juventude. E por falar em Juventude, já que agora tenho o visado directamente na sala, eu permitia-me perguntar até porque não entendo o que seja «vislumbrar uma sessão de cinema», isto para ser franca. Mas não vislumbro qual seja, por causa do seguinte: é que eu não entendo como é que alguém possa gostar do “Kant” e não cumprir horários, é uma coisa que me confunde, mas alguém explicará isso.

Posta esta questão, eu gostaria de tecer algumas brevíssimas considerações designadamente sobre a questão de S. Jacinto e da ponte. E sempre também para me repetir, devo estar a ficar velha porque as posições mantêm-se as mesmas e eu também não sei se isto é kantiano, “a mim ninguém me cala”, eu vou manter a posição que sempre assumi em relação a S. Jacinto. E eu tive o cuidado de quando apresentaram um primeiro esboço do que seria o Plano de Urbanização, previsto pelo Executivo anterior para S. Jacinto, de ter ido à própria Câmara assistir à própria reunião da Câmara em que isso foi discutido e o senhor Prof. Celso, com a sua delicadeza habitual, que lhe reconhecerei para toda a vida, permitiu-me até tecer na altura algumas opiniões; e fico até hoje expectante em relação ao que possa vir a ser esse Plano de Urbanização. E então, como hoje, relativamente à questão da ponte, preocupa-me no mesmo sentido. Eu não tenho nada contra pontes para as praias, seja para a Barra - porque já aqui se falou - é efectivamente uma praia de utilização por aveirenses, e o mesmo diga para S. Jacinto - ou tenho tudo. É como a tal história dos mil contos, é um lugar paralelo. E porquê? Porque sem dúvida nenhuma, que a grande questão que se põe, é: o que é que se pretende fazer das praias de grande utilização aveirense, e neste caso com uma responsabilização acrescida porque é a Praia de Aveiro propriamente dita, qual é o grande plano de futuro para esses locais? O que é que se pretende lá fazer? Qual é a maior componente que se pretende defender: é urbanística ou é ambiental? E esta foi sempre a grande questão. E se é ambiental, então alguém fará o favor e

a delicadeza de me explicar, como é que é possível defender-se uma componente ambiental com uma ponte.

Eu fico a aguardar serenamente que alguém mo faça. Mas temo, e eu que gosto desta Câmara e que tenho defendido com sinceridade e muito risco, tenho feito essa defesa, fico a aguardar que me digam qual é essa filosofia. E fico muito apreensiva, porque vejo na Comunicação do senhor Presidente, e vejo, como leu o senhor Prof. Henrique Diz, escuso de repetir, o que aqui se diz. Diz-se que: o Plano está feito e depois diz-se que se vai estudar uma ponte. Como é que isto é possível? Têm que me explicar isto. Como é que é possível desenvolver-se um Plano, antes de se desenvolver uma filosofia? S. Jacinto precisa acima de tudo de uma filosofia e só depois é que é possível fazer-lhe um Plano definitivo. Mas eu serenamente, fico à espera que alguém me explique. Mas que me assusta, assusta. E assusta-me ainda mais, quando se diz que a estratégia para S. Jacinto vai ser apenas municipal, quando nós sabemos que para chegar a S. Jacinto, temos que atravessar o Município da Murtosa, por muito que me custe - ainda por cima é do PSD e mal, mas temos que o fazer.

Portanto, custa-me imenso nestas circunstâncias, estando S. Jacinto entre o Município da Murtosa de um lado, o Município de Ílhavo com uma proposta de Marina e todo um projecto urbanístico de que estamos a falar, por outro lado, portanto neste enclave, assusta-me a ideia, como sempre me assustou e disse-o ao Prof. Celso aqui na Assembleia Municipal, que me preocupava bastante que S. Jacinto pudesse ter uma filosofia apenas municipal e não intermunicipal, envolvendo necessariamente estes dois concelhos. E portanto, fico expectante em relação ao que se passe nesta terra, repetindo um pouco as palavras do senhor Presidente quanto a S.^{ta} Joana, é a propósito da tal alameda, é preferível às vezes parar, porque Aveiro não pode fazer tudo de uma vez, e de facto a Câmara não tem condições para isso e não precipitar o que seja definitivamente uma futura Barra.

Os Presidentes da Câmara anteriores de Ílhavo e o actual responderá a seu tempo, são culpados do desastre terrível que é hoje a Urbanização da Praia da Barra.

Já agora e em relação ainda à intervenção do senhor Salavessa, manifestar também alguma preocupação, embora não propriamente paralela à dele, relativamente à questão das receitas. Evidentemente, que a mim me preocupa que as receitas projectadas, orçamentadas, possam ter uma parte de componente muito profunda de receitas provenientes da cobrança de taxas ou de um qualquer outro meio paralelo a um imposto e que saiam do bolso dos contribuintes, como disse o Prof. Britaldo também e bem, já pagamos neste país impostos a mais.

Mas para mim, penso também dever sublinhar outros meios de obtenção de receitas, isto agora mantendo um paralelo com o executivo anterior, e devo dizer que uma coisa que me preocupou e estou à vontade, porque toda a gente sabe o que é que eu faço, mas não posso fazê-lo sendo deputada municipal, foi o facto de a Câmara anterior ter deixado cair “n” acções que podia ter proposto contra os contribuintes prevaricadores, isto é, perdeu imenso dinheiro dos munícipes, pura e simplesmente por relaxe. O caso mais evidente aos olhos de toda a gente é o da própria Capitania, que mais tarde ou mais cedo acaba por cair para cima da Câmara. E os meios, as providências cautelares, outras questões houve, faço-lhes lembrar a instalação da Pluricanal, Lusitânia Gás em paralelo, o que estamos a pagar ainda hoje da dragagem precipitada da Ria em período eleitoral; tudo isso sem que ninguém tivesse sido, que eu saiba, accionado porque os postes caíram, porque uma casa rachou, por aí adiante.

Isto tudo para dizer e salientar, que entendia e estarei muito atenta a isso, que em matéria de obras particulares, por exemplo, estarei efectivamente muito atenta neste sentido: a Câmara que cobre aos seus munícipes as taxas que a lei lhe permitir, para de facto nos prestar os serviços que se propõe, mas acima de tudo se o faz ao munícipe cumpridor, que esteja extremamente atenta sobre o prevaricador. E que eu não veja esta Câmara fazer o que fez a anterior, isto é, saber-se de antemão ou chegar-lhe ao conhecimento, que existe alguém que manifestamente viola as leis administrativas de construção e pura e simplesmente não é penalizado e

eventualmente até seja gratificado - esperemos que nunca lá cheguemos, como posso, se alguém me desafiar demonstrar, e aconteceu no domínio do executivo anterior. Esperemos que neste nunca nunca aconteça, e por aí também é possível obter uma receita e essa é pelo menos um pouco mais salutar.

Resumindo e finalmente em relação à questão da Europa dos Pequenitos, eu permitia-me dizer só mais esta achega: eu penso que é muito perigosa a questão ambiental discutida ao deleve, assim como poalha. Porque sobre a questão Ambiental, eu podia também trazer-lhes aqui recortes de jornais para mostrar como o Director Regional do Ambiente, mal se falou na ideia da Europa dos Pequenitos vir para Aveiro, disse imediatamente através de declarações públicas sobre o impacto ambiental, que desconhecia; isto tem alguma piada. Portanto, acho muito perigoso que um aveirense sem saber exactamente toda a questão ambiental que se relaciona e em que medida é que essa questão é essencial do ponto de vista da qualidade de vida, sem saber isto, penso que é muito delicado um aveirense neste momento subscrever teses conimbrissistas - indirectas, mas que vão lá dar.

Em relação ao Orçamento, que estamos aqui a discutir, adiantando o meu voto e para terminar, como o senhor Salavessa, para este Orçamento rotura, por enquanto mantenho o que sempre disse. O senhor Presidente teve aqui um rasgo de modéstia, e ambos sabemos o que é que está aqui em causa - vamos ver o que é que Aveiro é capaz.

Não é verdade que Aveiro esteja a dar nas vistas apenas por causa das Bugas, nós sabemos disso. Aveiro está a dar nas vistas por essa razão e está a dar por outras. Já disse aqui, que de facto é tempo do Governo dar um apoio substancial a este Orçamento de rotura com o passado. Estamos agora a pagar essa factura e precisamos que nos ajudem a pagá-la. O que estamos a fazer hoje, é que estamos a pagar essa factura por obra, a troco de obra. E se estamos a trocar efectivamente por obra efectiva para a cidade de Aveiro, por enquanto de olhos postos na Câmara, à semelhança do resto do país, por mim assumo o risco e adianto já a minha posição - eu voto a favor.”

Entretanto entraram na sala os vogais Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Senhor Presidente eu tenho que defender a minha honra! É que efectivamente a única pessoa que até este momento falou aqui da problemática da Europa dos Pequenitos fui eu. E eu acabei de ouvir a senhora deputada Dr. Virgínia Veiga dizer que de facto não se deviam subscrever teses conimbricenses e os aveirenses não as devem fazer. Eu devo dizer em primeiro lugar, para já não é uma questão de ser Coimbra ou menos Coimbra - tenho uma grande simpatia por Coimbra, mas efectivamente ela diz que não se deve, nesta perspectiva menos aveirense de eventualmente fazer declarações superficiais e de facto a doutora disse que leu algumas coisas nos jornais. Eu devo dizer que quando trouxe para aqui a minha preocupação de poder resultar de alguma atitude irreflectida, não ficarmos cá com a Europa dos Pequenitos, não me baseei em nenhum estudo superficial. O estudo foi feito como pode comprovar pelo Prof. Carlos Borrego, que talvez lhe descubra muitos erros, mas a nível da sua parte científica nunca ouvi graves críticas sobre ele. De qualquer forma quero eu dizer que não são superficiais as conclusões que aqui trouxe. De facto foi uma informação que eu recebi, não foi leitura de jornal, não estou a subscrever teses conimbricenses e mais do que isso, afirmo aqui que para a Europa dos Pequenitos aqui, estaríamos dispostos, depois de termos consultado todas as pessoas desta bancada e também do PSD fora desta bancada, todos somos capazes de nos unirmos, num esforço com todos, para conseguir que a Europa dos Pequenitos venha para cá. Foi o que eu disse e, portanto, não venham agora dizer que andamos a escrever teses conimbricenses.”

Vogal Teresa Fidélis:

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia. Senhores Deputados. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhores Vereadores. Relativamente ao documento agora em discussão, permita-me senhor Presidente da Câmara, em jeito de subtil rebeldia que o meu estatuto de independente me permite, apresentar alguns comentários que espero entenda numa perspectiva positiva e construtiva.

Dada a minha inexperiência em participar neste tipo de sessões e dado o facto de não possuir a inata eloquência de alguns membros desta Assembleia, eu peço desculpa mas vou-me socorrer das minhas cabulas. Antes de mais, eu gostava de enquadrar esta minha intervenção, lembrando o facto da campanha que suportou a eleição do senhor Presidente, ter sido dotada de uma enorme riqueza conceptual. O processo de reflexão e debate alargado sobre o município de Aveiro, sobre os cenários de desenvolvimento e qualificação da vida e dos valores municipais, constituiu um exemplo de como se deve pensar e fazer política municipal na prática.

A riqueza deste processo de reflexão e debate, constituiu aliás um motivo de atracção e envolvimento de um número significativo de cidadãos habitualmente arredados do processo político. E neste grupo de cidadãos incluo-me eu própria, devendo no entanto expressar que considero ter sido um privilégio ter tido a oportunidade de participar na sua campanha e obviamente, ainda que por motivos de substituição temporária, ter a possibilidade de assumir um lugar na bancada do Partido Socialista. E aproveito para expressar publicamente o meu agradecimento ao Presidente da Concelhia, o Dr. Filipe Neto Brandão, o seu amável convite para integrar a lista de candidatos para este grupo.

Passando então a comentar o Plano de Actividades e Orçamento, dirijo-me à essência ou à natureza da figura do Plano de Actividades e Orçamento. Este documento constitui, digamos que uma quarta parte de um instrumento global que permite à Câmara Municipal viabilizar na prática os objectivos de desenvolvimento propostos por Aveiro. Neste pressuposto e tendo relido o seu programa eleitoral, o documento que estamos a discutir surge clara e naturalmente, na sequência dos objectivos que se propôs realizar e conseqüentemente merece os meus devidos elogios. Contudo, e no sentido de fazer ainda maior justiça ao valor do seu programa e deste Plano, à verdadeira excelência que reconheço no seu desempenho da presidência e à qualidade da equipa que o apoia, penso que poderia ter saído enriquecido se tivesse desenvolvido com mais detalhe alguns aspectos.

Primeiro - clarificação da dimensão estratégica e fundamentação das políticas sectoriais que sustentam a filosofia de base deste documento que assenta, e passo a citar: «em projectos estruturantes e mobilizadores do desenvolvimento de todo o concelho». E ainda clarificar de que forma a sua execução virá a contribuir para a qualificação do desenvolvimento e da vida quotidiana dos munícipes de Aveiro. Ou seja, sem pôr em causa o valor do Plano e a relevância dos projectos, penso que a clarificação na dimensão estratégica inserida nestes poderia enriquecer o debate nesta Assembleia.

Segundo - penso que a clarificação da dimensão territorial, isto é, de que forma são distribuídos os investimentos pelas freguesias e como é considerada a dicotomia núcleo urbano central versus núcleo urbano periférico, seria particularmente relevante.

Terceiro - penso que seria de enriquecer o Plano, se se incluíssem medidas e respectiva dotação orçamental, para promover debates abertos sobre políticas, planos e programas em curso e previstos.

O meu terceiro comentário, tem a ver com o facto de ainda que reconhecendo a sua dificuldade prática, considerar que seria fundamental e inovador, que em futuros planos deste tipo, se começasse a pensar em termos da sua dimensão social. Isto é, de que forma são distribuídos pelos diversos grupos de cidadãos as mais valias, os benefícios, e os custos decorrentes da execução dos planos.

Quarto ponto, antes de passar à conclusão final da intervenção, não posso deixar de pedir ao senhor Presidente da Câmara que me explique, de que forma é que enquadra a dotação e respectiva justificação da política do sector ou do objectivo de desenvolvimento económico, tendo em conta a afirmação no seu programa eleitoral, e passo a citar: «Aveiro que é capital económica da região centro, precisa de uma estratégia económica e de lutar pelos factores potenciadores do desenvolvimento, em vez de uma mera gestão do dia seguinte». E mais adiante «garantir condições para atrair as empresas». Não me parece que o desenvolvimento daquele capítulo ou daquele objectivo, de facto, corresponda a esta afirmação.

Para concluir esta intervenção, permita-me ainda senhor Presidente da Câmara e senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma pequena ousadia que creio enquadrar-se no frequente espírito irónico desta Assembleia. E referindo-me ao gráfico da página nove do Plano e Orçamento, sobre a distribuição das dotações do Plano de Actividades, onde é evidente a opção pela obra construída; sobretudo no desporto, na urbanização e na rede viária, e lembrando comentários tecidos por membros desta Assembleia na sessão anterior sobre a falta de grossura da sua Comunicação Escrita, deixo expressa a minha crença de que uma maior fundamentação das estratégias políticas sectoriais, teriam com certeza feito um contra ponto à estética angulosa subjacente a este gráfico, contribuindo assim para aumentar, não digo a elegância, porque considero um termo mais feminino, mas o charme deste Plano. Obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Muito obrigado excelentíssimo Presidente. Senhores Deputados. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Gostaria de dizer duas ou três coisas sobre este Plano e sobre a acção do executivo socialista. Em primeiro lugar, e ficou aqui demonstrado mais uma vez que o Partido Socialista e este Executivo Socialista, que agora governa a Câmara de Aveiro, traz algo de novo para a cidade. E traz algo de novo até na própria Assembleia Municipal, que segundo me lembro e vinha assistir a algumas do anterior executivo, em que ficavam todos quietos ou faziam intervenções num sentido: “somos a favor”; “está tudo muito bem”; “tudo corre bem”; “acção executiva corre na perfeição”; “a Câmara está perfeita”. Mas o Partido Socialista traz uma perspectiva diferente sobre as coisas e ficou hoje aqui demonstrado isso mesmo.

Gostaria de dizer ao senhor Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo, que eu próprio não apresentaria este Orçamento desta forma. Também não tenho gabarito para isso, mas ainda que o tivesse, não o apresentaria desta forma. Este Orçamento é obviamente um Orçamento corajoso, um Orçamento ambicioso, um Orçamento que se fosse apresentado de uma outra forma poderia dar aso a um brilharite político, que claramente não foi a sua intenção. Apresentar um Orçamento na ordem dos sete milhões de contos ou coisa que o valha e depois chegar aqui em Outubro ou Novembro de dois mil, e propor à Assembleia um Orçamento suplementar, depois de todo o trabalho tinha sido desenvolvido.

Regra é que, em todos os orçamentos, se há sempre uma taxa de execução na ordem dos sessenta e cinco por cento - pelo menos os que têm acontecido e significará que se este Orçamento for executado pelo menos de acordo com essa taxa, será executado qualquer coisa na ordem dos oito, nove milhões de contos. E penso que num Orçamento de quinze milhões de contos só faltou uma pequena coisa a este Orçamento - faltou “um escudo” apenas, como proposta ao Ministério da Defesa para o executivo adquirir a Capitania. E um escudo porquê? Porque que me lembre, tem havido vários negócios em que o objecto do negócio está tão mal ou tão bem financeiramente, que as coisas são compradas por um escudo e são assumidas todas as dívidas ou encargos relativos ao objecto desse negócio para resolver a questão. Penso que com alguma boa vontade do Ministério da Defesa e do seu ministro, se vendesse por um escudo a Capitania à Câmara de Aveiro, certamente que a Câmara conseguiria arranjar ou ter mais

empenho em conseguir reabilitar o edifício e pô-lo em funcionamento para o benefício de todos os munícipes. Obrigado.”

Vogal Clara Ribeiro:

“Senhor Presidente. Senhores Deputados. Senhor Presidente da Câmara. Eu não estive na última Assembleia e gostaria que me esclarecesse se na reunião extraordinária que diz Câmara Municipal - Plano de Actividades e Orçamento para 1999, página número dois, se foi lapso ou se é mesmo assim ou se já foi rectificado? Para já eu penso que é dois mil não é?

Eu em relação aos objectivos, eu não percebo muito de contas, mas estas contas caseirinhas eu vou sabendo fazer, porque as minhas dívidas eu vou-as pagando, e gostava de perguntar se a Câmara também paga as dela?

Em relação ao objectivo da Saúde, num orçamento de quinze milhões; cinquenta e sete mil e quinhentos contos!?! Eu gostaria de fazer aqui uma pergunta: (pode ser ignorância minha ou poderá ser porque a Câmara tenha terrenos) eu gostava de saber se o Centro de Saúde de Esgueira, início de construção - cinco mil; Unidade de Saúde de S.^{ta} Joana, início de construção - quarenta e cinco mil; Unidade de Saúde de Cacia, início de construção - cinco mil. É porque os que estão mais longe têm que se gastar menos do que os que estão mais perto? Não percebo e também não consigo explicar às pessoas o que se passa; porque a saúde quando nasce é para todos!

A outra dúvida, é em relação ao saneamento - o bendito saneamento. Eu gosto muito de festas, mas não poderia deixar acabar o ano sem deixar este meu descontentamento aqui. Acaba-se o ano com uma festa de quarenta e dois mil contos, e inicia-se o milénio com um saneamento de quarenta e dois mil?! Como é que se gasta em saneamento quarenta e dois mil e numa festa de três horas gasta-se o mesmo valor?

Uma dúvida que também tenho. Eu tinha dúvidas se seria noventa e nove ou dois mil, mas penso que é dois mil, e dado que os terrenos dos armazéns gerais, que penso que está negociado com o Hospital, onde fala a previsão de receitas - Vendas de Bens de Investimento, se está já mesmo escrito, ou se a Câmara já está a vender os armazéns gerais e a vender o centro de S. Bernardo que é do Hospital neste momento? Se já está a fazer a conta aos lucros disso tudo ou se cada um ainda é dono daquilo que é seu? Tenho dito.”

Vogal João Barbosa:

“Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara. Também estou aqui como deputado municipal, mas acima de tudo para defender como sabe, os interesses da freguesia a que presido. Naturalmente, que também me debrucei um bocadinho sobre o Plano, mais no Plano menos no Orçamento, não me debrucei assim tanto como o meu amigo Salavessa - porque tem tempo até para fazer umas flores e ajardinar. Concluimos que realmente é um Plano muito abrangente, ambicioso, e naturalmente dedicado às freguesias.

Diz-se que o Orçamento é o maior de sempre na Câmara de Aveiro. É de catorze milhões - podia ser de vinte milhões. Portanto, sobre o Orçamento, eu Presidente de Junta e os meus colegas penso que da mesma maneira, preocupamo-nos pouco porque acho que pouco nos diz e quem devem discutir naturalmente o Orçamento são os técnicos, que é que se preocupam com as dívidas e com os pagamentos. Nós os Presidentes de Junta, preocupamo-nos acima de tudo sobre a obra, e estamos convencidos que a obra que nos é apresentada, é uma obra que pode ser de sucesso. Eu digo de sucesso, porque quando ouço aqui diversos intervenientes a discordarem do Plano e Orçamento, eu olho para a constituição da Câmara e vejo que a maioria faz parte de partidos da oposição ao senhor Presidente da Câmara. E também vejo, que os elementos que a compõem são pessoas já com muita experiência autárquica, com conhecimentos de Orçamentos e Planos, e se o viabilizaram foi numa atitude consciente e que acharam, para bem do concelho, que o deviam viabilizar.

Naturalmente que o senhor Presidente da Câmara, e nós, se olharmos para a nossa actividade política e para aquilo que é uma Câmara, e o que é a presidência de uma Câmara, nós vimos que os Presidentes vão e as obras ficam. E o Povo, quando um Presidente vai, nunca olha nem nunca discute a dívida da Câmara. Discute sempre é a obra que deixou. E nesse aspecto, senhor Presidente da Câmara, estou convencido que o senhor vai deixar um grande obra. As pessoas vêem e não ouvem; e vêem que vão ver a obra.

Quer isto dizer senhor Presidente da Câmara, eu pessoalmente estou convencido, que o senhor Presidente da Câmara não tem possibilidades de concluir este Plano a cem por cento. Mas, isto é um Plano de boas intenções, se o concluir nós ficamos maravilhados, mas se fizer setenta e cinco por cento será muito bom para o concelho de Aveiro.

Mas isto também não são só flores, eu também tenho as minhas ideias, as minhas vontades, os meus pensamentos - que não são os da Câmara. E vejo aqui situações que eu gostava que o senhor Presidente da Câmara reflectisse sobre isto que eu vi aqui. E o senhor Presidente da Câmara repare. No programa de animação para a terceira idade temos aqui dois mil contos; quando para apoio à dança temos quatro mil e novecentos! E eu olho para os senhores e não vejo nenhum com cara de dançarino - esta é que é a verdade.

E depois vejo aqui: apoio a actividades musicais, vinte a quatro mil contos. Apoio ao Folclore e à Etnografia, que acima de tudo fazem parte das raízes de um concelho, só temos dois mil contos. Mas eu debruço-me mais sobre os idosos senhor Presidente da Câmara, e queria-lhe dizer o seguinte: aqui fala-se muito na Juventude, que achamos que a Juventude é o futuro dos países; só que se esquecem dos idosos. O país que é, deve-se aos idosos. Está-se a dar quase tudo à Juventude e está-se a esquecer demasiado os idosos. E isto senhor Presidente da Câmara, é um pouco preocupante. E é preocupante pelo seguinte, nós não nos esquecemos que setenta por cento das pensões deste país são de trinta mil e trezentos escudos. Cada vez os idosos estão mais sós e cada vez nós devemos preocupar-nos mais e apoiá-los mais - e não é com programas de animação de dois mil contos que podemos ir longe.

Outra coisa que eu gostava que o senhor Presidente me respondesse, é que fala aqui na reabilitação do Palheiro de Sal no Canal de S. Roque. Eu gostava que me explicasse qual vai ser esta reabilitação? E era só isto senhor Presidente.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado senhor Presidente. Começaria a minha análise do Plano de Actividades e Orçamento para dois mil, fazendo algumas considerações sobre alguns dos objectivos e depois fazendo umas considerações gerais sobre o Plano e Orçamento.

Quanto ao objectivo dois; eu penso que o objectivo dois - o Desporto - é central neste Plano. Há imensos equipamentos desportivos que são aqui descritos desde o estádio, a pista de remo, ao pavilhão MultiUsos, vários pavilhões para diversos clubes, vários polidesportivos, até relvamentos em quase todas as freguesias. E acerca dos relvamentos, acho curioso aqui numa conversa que estava ter com alguns Presidentes de Junta e que me diziam: “bem, isso é daquelas coisas que não é para cumprir”. Bom, então eu já sei que em relação aos tais sessenta por cento que são para cumprir e por isso dos quarenta por cento que não são para cumprir, já posso tirar algum montante que são os relvamentos dos diferentes campos que não são para cumprir. Mas já agora, no exercício académico de pensar que cem por cento vai ser para cumprir, eu gostaria de saber quais são os critérios de elege estas oito freguesias com relvamentos de campos e porque não pensar então em todos os clubes que praticam futebol. E por isso, há pelo menos um clube que é o Barroca e não tem um campo relvado. Porquê? Se os outros todos passam a ter, não é? Qual é o critério? Isto estarmos a falar em termos teóricos, como já disse.

Gostei de ver neste Plano, a sede das associações e clubes, já há muito tempo reclamada por muita gente, finalmente, pelo menos está consagrada num Plano e com alguma dotação

orçamental que considero significativa de dez mil contos e já há uma localização - o Parque D. Pedro V, para acolher todas as sedes dos clubes e associações e penso que isso é muito importante, que finalmente a Câmara tenha tido essa vontade. Neste momento está no papel, vamos ver quando passa à prática. Se faz parte do sessenta por cento que serão realizados, ou dos quarenta por cento que ficarão por realizar.

Gostaria também, ainda em relação ao desporto, de falar sobre o protocolo com as colectividades desportivas. Eu acho que esta dotação de duzentos e cinquenta mil contos, para apoiar o desporto profissional, não deve estar na parte de desporto, deve estar na parte de animação cultural. Apoiar desporto profissional, apoiar o Aveiro Basket, apoiar o Beira Mar, apoiar outros clubes que têm desporto profissional e por isso fazem parte de um protocolo específico, acho que é muito importante; só que não é apoiar o desporto. Apoiar o desporto são os sessenta mil contos que se dão às outras inúmeras colectividades que são aquelas que para além do espectáculo, praticam o verdadeiro desporto.

Relativamente ao objectivo nove e à ponte para S. Jacinto. Bom, como elemento desta bancada do PSD e como alguém que tem defendido ao longo deste tempo uma intervenção na Ria, fico contente. Sejam cem contos, seja o que for, pelo menos haver a intenção de se dizer vamos estudar uma intervenção na Ria. Ela vai ter que ser feita porque já está a ser feita. A intervenção na Ria está a ser feita quando pensamos na Europa dos Pequenitos, quando pensamos em todas as construções que se têm feito na margem da Ria, quando estamos a pensar na Marina da Barra, quando estamos a pensar em todos os municípios da Ria que estão virados para a Ria e que fazem construções anarquicamente. E por isso haver uma Câmara que queira avançar com uma proposta séria de arranjar um consenso alargado, no âmbito de haver uma intervenção na Ria, tem todo o meu apoio seja através do pretexto de uma ponte para S. Jacinto, seja através de um outro pretexto qualquer, é importante, é urgente que se faça uma intervenção qualificada na Ria.

Objectivo onze - requalificação urbana. Deste Plano, porque as justificações realmente, tal como a apresentação de anteontem, do senhor Presidente da Câmara, falham muito, ou seja, não nos dá essas justificações. Eu não percebi bem, qual vai ser a intervenção que vai ser feita no Canal de S. Roque, nem qual é a ideia de se fazerem pontes no Canal de S. Roque para o lado de lá da Ria. Por isso, que equipamentos é que vai haver do lado de lá para se criarem pontes pedonais, para o outro lado do canal de S. Roque? Que estou a imaginar que é entre o Canal e a IP5; por algum motivo as pessoas vão passar para o lado de lá. Qual é a intervenção que se vai fazer nesse lado, e onde está esse Plano, que acho que era importante mais uma vez o planeamento acompanhasse estas coisas, para não sermos apanhados de surpresa. Porque se reflectirmos sobre estes assuntos, talvez os resultados finais possam ser muito melhor. E estou-me a lembrar que o fórum que hoje nós temos e que todos nos orgulhamos, foi fruto de um grande consenso que passou por esta Assembleia Municipal. E era bom que outras intervenções que se fazem nesta cidade, também tivessem a intervenção activa da Assembleia Municipal.

No objectivo doze - modernização administrativa. A introdução remete-nos para um assunto que depois não aparece na descrição dos objectivos. Fala-se na introdução do objectivo doze que é modernização administrativa, fala-se nas novas instalações dos Serviços da Câmara Municipal de Aveiro, na Jerónimo Pereira Campos, mas depois não aparece nada sobre isso. Aquilo que eu queria perguntar, é: não me desagrada a ideia dos Serviços passarem para este edifício, mas - já está feito algum estudo para saber se realmente é adequado os Serviços Municipais passarem para cá? Porque pode ser uma ideia que na teoria seja óptima, mas na prática se calhar não se verificar. Se calhar o edifício quando foi feito, quando foi adaptado, não foi adaptado para ser o local onde os Serviços da Câmara Municipal de Aveiro fossem instalados e por isso pode haver um desajuste que faça pensar que se calhar este edifício que poderia até ser uma boa opção, possa depois de um estudo se verificar que talvez não o seja. Queria saber se realmente esse estudo existe ou não?

Em termos gerais eu posso dizer que este Plano e Orçamento para dois mil e tal como é descrito na introdução estabelece metas ambiciosas, face aos recursos financeiros da autarquia. E a base do orçamento é feita nas boas perspectivas relativas à alienação de terrenos. E isso não me parece que esteja comprovado, aliás os senhores vereadores, já fundamentaram isso no seu voto e eu realmente também não acredito como é que a Câmara Municipal de Aveiro poderá realizar dois milhões de contos na urbanização aqui do Centro sem sequer o Plano estar aprovado. E mesmo com o Plano aprovado teríamos que discutir, e há também a questão do leasing. E utilizando as próprias palavras do senhor Presidente da Câmara na segunda feira, a venda dos bens pode outra vez ficar “aquém das expectativas”, sobretudo por “questões de natureza administrativa”, tal como argumentou. E por isso se as perspectivas de receita não permitem suportar as metas ambiciosas estabelecidas, este Plano e Orçamento para dois mil é irrealista. Mas assumindo que então os sessenta por cento, até seriam realizáveis. Se sessenta por cento fossem realizáveis quer dizer que o volume de receitas seria de menos seis milhões de contos; seriam só nove milhões de contos. Quer dizer de nove para quinze, há ali seis milhões de contos que a Câmara não vai ter receita. Bom, se não vai ter receitas, quer dizer que vão haver algumas rubricas que estão neste Plano e que nós estamos a analisar, que vão ser sacrificadas; os relvamentos dos campos nas freguesias deverá ser uma delas. Bom, e quais serão outras: será que não vamos começar com o estádio? Duvido! Será que não vamos começar com o MultiUsos? Se calhar também não. O lago? O lago também não. Aquilo que me parece é que o que vai ser sacrificado, e desculpem-me cair na terra, os Presidentes da Junta de Freguesia, é que mais uma vez as bem feitorias que os senhores Presidentes de Junta pensam que vão ser feitas nas freguesias, não vão ser feitas. Porque não há dinheiro! Simplesmente, porque não há dinheiro! E outra rubrica que eu penso que vai ficar sacrificada - oxalá não, será o saneamento; é aquilo que não se vê. E por isso vamos ter mais uma vez obras muitas obras, todos nós vamos ficar muito orgulhosos das nossa obras que vamos fazer e o desequilíbrio nesta cidade e neste concelho vai continuar a agravar-se. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Brandão:

“Senhor Presidente da Mesa. Senhores Membros da Mesa. Senhores Vogais da Assembleia. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Serei particularmente rápido até porque o adiantado da hora e os pontos da ordem de trabalhos que ainda faltam, justificam “per si” alguma contenção verbal. E faço-o apenas para tecer alguns considerandos de natureza política relativamente a este orçamento, e nada melhor para o fazer do que me socorrer das próprias palavras do Dr. Alberto Souto, que eu penso que de forma exemplar retractam aquilo que hoje tratamos.

“Este é inequivocamente o maior Orçamento de sempre da Câmara Municipal de Aveiro”. Só que «tal deve ser encarado com a normalidade de quem quer corresponder ao surto de enorme desenvolvimento que todo o concelho está a registar e de quem tem a responsabilidade de o induzir e potenciar». É pois isto que está em causa. É que Aveiro pulsa e a Câmara Municipal induz esse pulsar. Ao contrário do que durante muitos anos constatámos ser a realidade, o município deixou de ser um lastro ao desenvolvimento, para ser um motor desse mesmo desenvolvimento. E este Orçamento justifica-se, se mais o não fizesse, mas o mais o faz, justificar-se ia desde logo, como há pouco no intróito explanava o senhor Presidente da Câmara, porque com a aprovação deste orçamento se justifica a autorização de despesa de uma série de empreendimentos e de obras, que marcarão de forma indelével o concelho e que conquistam por eles próprios um lugar de Aveiro no futuro. Referimo-nos à Pista de Remo, ao Pavilhão MultiUsos, ao Estádio Municipal, referimo-nos ao Teatro Aveirense. E o Teatro Aveirense, eu uso-o apenas porque para mim e tenho-o dito já aqui várias vezes, é um caso paradigmático de gestão e de capacidade de realização. Quem vem a esta Assembleia, de mandatos anteriores, sabe que desde sempre estava inscrita uma verba para a aquisição do

Teatro Aveirense. Chegámos ao fim do mandato do PP, já ninguém acreditava que algum dia o Teatro Aveirense pudesse ser comprado pela Câmara porque recorrentemente se incluía uma verba para o Teatro Aveirense. Jamais foi utilizada e transitava de Orçamento em Orçamento. O Teatro Aveirense foi comprado e ninguém duvida que a verba inscrita neste Orçamento para aplicação no Teatro Aveirense, irá ser gasta. O Presidente da Câmara pede-nos que lhe concedamos condições para que entrem em execução no ano dois mil estas obras e nós queremos, nós bancada do Partido Socialista, nós aveirenses, permitindo obviamente interpretar que partilhamos o sentir dos aveirenses, o que obviamente será contestado pela oposição, mas estamos convictos que connosco partilham a maioria dos aveirenses, tais desideratos, tais considerandos. Nós queremos que a Câmara tenha condições para entrar em obra.

Relativamente às críticas que aqui foram aduzidas há um ano atrás quando se discutiu o Orçamento, estas críticas foram recorrentes, portanto, não houve qualquer nova forma de abordagem relativamente ao Orçamento. Nós veremos a breve trecho nesta Assembleia a taxa de realização do Orçamento anterior, mas neste momento temos os elementos que tínhamos há um ano, com a vantagem que reforça a confiança que temos neste executivo, que neste momento a taxa de crescimento do Orçamento realizado em relação ao ano anterior, cresceu cerca de vinte e cinco por cento e que realizámos sem dúvida a maior despesa jamais efectuada em Aveiro.

Eu não resisto a comentar a intervenção do líder da bancada do PSD, aquando do início da discussão que cotejava o orçamento que classificava de fantasioso, com o facto do PSD gostar de ganhar a Câmara Municipal de Aveiro. Eu só posso entender tal comparação, com o facto de ser hoje manifesto que a capacidade de ganhar a Câmara, por parte do PSD, está também no reino da fantasia e não deixa de ser paradigmático que o PSD se tenha socorrido de um poeta, qual seja, Mário Sá Carneiro. Porque como sabe, Mário Sá Carneiro foi um poeta que atormentado pela angústia chegou a um ponto tal que se acabou por se suicidar. O PSD em Aveiro vive atormentado pela angústia e eu penso que a breve trecho acabará por encontrar o seu suicídio colectivo. Muito obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal Armando Manuel Dinis Vieira.

Vogal Fernando Leitão:

“Senhor Presidente. Membros da Mesa. Senhores Deputados. Senhor Presidente da Câmara. A acreditar pelos projectos que estão incluídos no Plano de Actividades eu quero acreditar que este é o ano das freguesias e que os projectos que aqui estão enumerados vão ser concretizados. E quero aqui focar os seguintes projectos: Centro Cultural, Centro de Saúde, a passagem desnivelada nos semáforos, piscinas escolares, pavilhão gimnodesportivo da Escola Básica 2, 3 - Aires Barbosa, construção do novo pavilhão do Clube Povo de Esgueira. Cinquenta por cento destes projectos eu já os tenho lido em projectos anteriores, mesmo de executivos camarários também anteriores. Portanto, eu quero crer que desta vez vai mesmo, senhor Presidente. É que já esperámos demais.

Relativamente a estes projectos eu queria apresentar algumas sugestões e também pedidos de informação.

Começemos pelo Centro de Saúde. Não vou agora estar a ridicularizar a verba, porque tenho a impressão que essa verba já está mesmo cativa, já está concedida há vários anos. O novo local que foi estudado, entre a Junta e a Câmara, para se viabilizar e apressar esse Centro de Saúde, terá que se pensar prioritariamente na construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Básica 2, 3 - Aires Barbosa. Não poderemos portanto, instalar o Centro de Saúde, sem primeiro construir e é necessário este pavilhão.

Quanto ao centro cultural, e uma vez que este anteprojecto já foi aprovado creio eu, em Sessão da Câmara e foi retirado o auditório pela exiguidade de área. Sugeriria que este executivo camarário estudasse a hipótese de esse mesmo auditório se construir de premeio entre o Centro Cultural e a sede da Junta de Freguesia. Já informei a Câmara do proprietário do imóvel e portanto, espero que diligencie no sentido disso se poder concretizar.

Relativamente ao novo pavilhão do Clube Povo de Esgueira e dada a hipótese de não recuperação do actual, só estranho que estando incluído a construção ou início de construção do novo pavilhão, se não tenha também incluído a reabilitação do parque do Outeiro. Porque isso foi pensado, foi reflectido entre nós em várias reuniões e parece que está omissa no Plano de Actividades.

Sobre modernização e construção de instalações desportivas, pedia ao senhor Presidente que me esclarecesse, porque aparece mencionada a freguesia de Esgueira e eu fico sem saber. Instalações desportivas onde? Na Bela Vista? Em Mataduchos? Fico sem saber. Quanto à delegação de competências e tendo apresentado vários documentos rectificadores das verbas que nos foram atribuídas por salas de aula, agradecia que isso fosse repostas quanto antes, assim com rectificadas a verba que nos foi atribuída para a limpeza de valetas, de acordo com os documentos que nós apresentámos. Obrigado.”

Entretanto saiu da sala o vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado senhor Presidente. Em primeiro lugar vou tentar seleccionar as questões principais e algumas são comuns a vários deputados e portanto, peço desculpa de não especificar cada uma delas em relação a cada um deles.

O senhor Prof. Britaldo, chamou à atenção designadamente para o facto de termos baixado a verba para a Juventude. Não é exactamente assim em termos reais. O que acontece é que tínhamos inscrito no ano passado a verba para a construção da casa da Juventude, que está praticamente concluída e portanto, não tivemos que tornar a repetir essa verba, o que faz em termos numéricos, baixar a verba. Mas em termos reais a verba até é maior se deduzir o valor que estava previsto para a construção da Casa da Juventude. Estou inteiramente de acordo consigo em desafiar a Universidade para algo mais do que o prémio universitário - temos felizmente excelentes relações com a Universidade, excelentes parcerias com a Universidade; encomendamos-lhe quando é possível e conveniente, vários estudos. Temos a parceria com o Aveiro Digital. Temos vários protocolos em conjunto, como seja o protocolo para a recuperação da Lota, o protocolo para a recuperação do Lago do Paraíso, etc., as relações com a Universidade são excelentes e gostaria que se mantivessem sempre e que se incrementassem, também para estes níveis de educação que referiu, embora como sabe, a Câmara não tenha competências específicas nessa vertente da educação.

Sobre o Euro sugeriria que se falasse no ponto específico sobre o Euro e portanto, passaria à frente.

Sobre a Acção Social, aparentemente a verba também baixa, mas não baixa realmente porque tínhamos no ano passado inscrita uma verba para o apoio à construção do Centro Paroquial de S. Bernardo, que efectivamente foi concluído e portanto, é essa fundamentalmente a diferença. E pelo contrário, há verbas importantes que são inscritas para outras obras.

Disse-me que não percebia muito bem o impulso para a habitação social, tendo nós descido a verba de quinhentos mil, para duzentos e tal mil. A razão eu penso que a tinha explicado implicitamente na minha primeira intervenção: é que em vez de ser a Câmara a fazer o esforço todo através da habitação social, vamos recorrer em grande parte aos contratos de

desenvolvimento para a habitação, em que, portanto, são os construtores que despendem essa verba e podemos assim, respondendo ao mesmo objectivo mas com menos esforço financeiro directo pelo menos.

Quanto ao saneamento, também é uma aparência a redução. Porque é que aparece menos para o saneamento? Porque efectivamente as obras de saneamento que estavam a cargo da Câmara Municipal de Aveiro, foram no geral feitas. E é preciso não esquecer por outro lado, que todo o esforço volumoso do saneamento é feito na orbita dos Serviços Municipalizados de Aveiro e portanto, também aí não há, digamos, nenhuma redução e espero que tenha a oportunidade de me cumprimentar quando chegarmos aos noventa por cento de saneamento no fim do mandato. Agora não acredito nos cem por cento - nunca lá chegaremos, se bem me explicam os técnicos do saneamento, porque isso implica por exemplo que se alguém tiver uma vivenda isolada a um quilometro de distância que se tenha que fazer uma rede de saneamento até lá, é preferível ir através de uma fossa séptica. Por isso, nunca chegaremos aos cem por cento, mas noventa por cento, noventa e tal, é uma taxa muito honrosa e corresponde perfeitamente aos melhores níveis de vida que queremos nesse particular aspecto.

O preço da marinha para a Europa dos Pequenitos foi exagerado, sem dúvida que foi a marinha mais cara da história das marinhas em Aveiro - e na altura isso foi comentado, nós assumimos isso fomos nós que pagámos essa marinha, mas eu considero, tendo em conta as circunstâncias em que foi assinado o protocolo sobre a Europa dos Pequenitos e tendo em conta o investimento estratégico que estava em causa, que se justifica o preço elevado que foi pago por aquela marinha. Já uma vez aqui conversamos sobre isso e penso que toda a gente estará de acordo que se esquecemos o mercado normal das marinhas, se pensarmos que foi preciso gastar sessenta e cinco mil contos para trazer para Aveiro esse investimento, foi um terreno barato para a dimensão estratégica de um investimento que estamos a falar. Neste momento não temos nenhuma informação a dizer que não e pelo contrário as reuniões que temos tido com os técnicos do ambiente, têm corrido muitíssimo bem.

Formação profissional; diz-nos que retirámos os dez mil contos da formação profissional e que deixámos de apostar nisso. A razão também é muito simples: é que das negociações que temos tido com o IFP, estão a conduzir a situação no sentido de não ser a Câmara a construir o novo centro de formação profissional, mas serem eles próprios. Portanto, não tivemos necessidade de inscrever aqui a verba e é apenas essa a razão de não estar aqui a verba inscrita.

Depois invocou a sua experiência pessoal “que tinha conseguido uma taxa de execução de noventa e oito por cento” e que uma Câmara deveria ter taxas semelhantes. Eu devo-lhe dizer que só se deve comprar o que é comprável e eu não ficaria nada satisfeito se aparecesse aqui com um orçamento de cinco ou seis milhões de contos, para chegar ao fim e ter cem por cento feito, isso queria dizer que eu tinha sido pouco ambicioso para Aveiro, que muitos projectos que poderíamos ter feito para Aveiro, tinham ficado por fazer e gerir uma Câmara não é a gestão contabilística de um projecto, é preciso termos isso presente. Cumprimento-o pelos seus noventa e oito por cento, mas gerir uma Câmara exige que tenhamos também outros critérios e outras variáveis que não são apenas de ordem contabilística e temos de ter isso em conta.

O Centro de Incubação de Empresas, penso que foi uma distração do senhor professor, porque nós apoiámos no ano passado, com uma verba importante, a criação do Centro de Incubação de Empresas, promovida pela Associação de Jovens Empresários, que está a ser desenvolvida no Mamodeiro e que é uma enorme mais valia para Aveiro, que conseguimos trazer para cá com o apoio do Ministério da Indústria e é um apoio financeiro bastante importante, se me recordo, na base dos trezentos mil contos.

A intervenção seguinte foi a do Virgílio Nogueira; tem que levar uma farpazinha desculpe lá - o espírito é natalício, mas eu não sei o que é que é mais provincianismo, se é nós apoiarmos a ida de pessoas que gostam de ver teatro, e de facto o teatro acontece no Porto e foi um protocolo que se assinou. Se isso é provincianismo, se é mais provincianismo intelectual, desculpe-me,

todas essas situações que fez e palavras caras que encontrou, que não serviram penso eu, para grande coisa, mas queria dizer-lhe que estou de acordo consigo, que de facto estamos a apoiar os agentes locais e estamos a criar espaços e condições para que os agentes locais possam afirmar-se, possam conviver com outros agentes de cultura do Porto, por exemplo, e do mundo todo e estamos a criar espaços culturais para poder trazer cá eventos e outros artistas que nos permitam partilhar com eles o seu virtuosismo.

De resto também se distraiu certamente quando se esqueceu que está previsto no Plano de Actividades um festival de Saxofone, é mais uma novidade e julgo que vai ser um sucesso. Esqueceu-se também que estamos a promover o Festival de Cinema de primeiras obras, que é também uma novidade. Poderia ter encontrado tudo isso com uma leitura mais calma do que vem previsto no Plano de Actividades.

Quanto à Orquestra, não digo mais nada, já falámos nisso na última reunião. Todos nós faremos o possível para continuar a ter a possibilidade de ter a Orquestra entre nós, porque de facto é de excelente qualidade e muito nos honra e dignifica Aveiro.

Depois a intervenção seguinte foi do senhor António Vinagre, que chamou à atenção que trezentos e dez mil contos para o desporto era muito dinheiro: duzentos e cinquenta mil protocolados, mais sessenta mil em apoios vários; e que isto é tudo feito - pelo menos foi o que se deduziu das suas palavras, que teria que haver aqui um controlo rigoroso destes subsídios. Eu não acho excessivo e gostava que as pessoas que sustentam esta posição que fossem dizer aos clubes e às colectividades; e que o assumam. Assumam que o apoio que estamos a dar aos clubes e às colectividades é excessivo. Porque eles mostram-vos e pedem-vos e pedem sempre à Câmara mais apoio, porque movimentam todos os nossos jovens e estão a fazer um trabalho valiosíssimo que não compete à Câmara fazer, a não ser apoiar através de protocolos com as contas prestadas, relatórios de actividades entregues, como é feito e a listagem dos subsídios atribuídos, como sabem é publicada semestralmente, e está ao dispor de todos os interessados. Aveiro Basket; a Câmara apoiou “zero”. Não continuem com esse discurso porque infelizmente batem sempre na mesma tecla e a minha resposta continua a ser a mesma: zero de subsídios para o Aveiro Basket este ano.

Depois a intervenção do senhor Salavessa - se está feito o levantamento das reparações que são necessárias para as escolas? Isto é, nós temos de facto um apanhando do que é necessário fazer para este ano, mas temos de estar preparados para ao longo do ano se aparecer mais um vidro partido e mais um telhado a meter água, enfim, temos de ter alguma flexibilidade.

O Concelho Local de Educação virá à próxima Assembleia Municipal, é uma observação certa. “Uma escola do primeiro ciclo é pouco”, lá está, não podemos fazer tudo de uma vez, e a pressão que sentimos neste momento e as estatísticas que temos da evolução da taxa de natalidade e da residência dos nossos jovens, apontam-nos de facto para a conveniência em arrancar com aquela escola e no futuro teremos provavelmente uma escola algures na Forca Vouga - em função do novo bairro que vai nascer ao lado.

Ponte para S. Jacinto - e com isto respondo a várias observações que foram feitas nesse sentido. Desde logo a questão da verba - cem contos; cem contos tem a função simbólica, se quiserem, de assinalar politicamente a intenção da Câmara de estudar a viabilidade destes projecto, de inscrever orçamentalmente a verba, porque é o tipo de estudo que não será feito pelos nossos técnicos será contratado fora e portanto, temos uma verba aberta para que o estudo seja feito, se não for feito pelo estado. Mas pelo menos podemos encomendá-lo e fica a verba aberta e portanto, que isso fique claro, a explicação é só essa. Agora quanto ao fundo da questão, nós sabemos que tecnicamente a ponte é possível, nós sabemos que financeiramente a ponte é possível, o que nós não sabemos de facto, é se ela é do ponto de vista ambiental, viável e se do ponto de vista da política de ordenamento do modelo de desenvolvimento que se quer para S. Jacinto e da carga que aquele território comporta, ela é exequível e é desejável e é aconselhável. Julgamos que estão criadas neste momento condições para que esse estudo possa

ser feito com serenidade e portanto, quando o senhor Prof. Henrique Diz, diz, citando outras entidades, sabe tão bem como eu e como todos nós que as citações fora do contexto são “excitações”, isto é, lembrou o contexto mas citou-as neste em que estamos. E devo dizer-lhe que mesmo assim, fora do contexto, não descortinei nenhuma contradição entre as minhas palavras e aquilo que estou a dizer e que estou a sustentar. Sempre disse que devíamos ter primeiro o Plano de Urbanização aprovado, antes de avançarmos para a ponte e o que estamos a fazer justamente, é numa fase em que o Plano de Urbanização está aprovado na Câmara (não está ainda concluído), estamos a desencadear um estudo que pode vir interferir com esse Plano. Portanto, estamos numa fase em que as duas coisas se podem articular. A outra citação, não vale a pena repeti-la, foi numa situação de comício, é evidente e toda a gente percebe isso e disse “por baixo daquela ponte ...”, não sei o quê, daquela que estava a ser agitada naquela altura, não é desta que estamos a projectar agora. São obviamente contextos muito diferentes e compreendemos bem que fez parte da campanha eleitoral da época e como lhe digo nem sequer é contraditório com aquilo que lhe estou a dizer agora, pelo contrário, é coerente com o que estou a dizer agora. Mas queria deixar a seguinte reflexão: para já uma afirmação muito clara, a Câmara ainda não decidiu, ainda não deliberou, se vai ou não fazer a ponte para S. Jacinto, justamente por tudo aquilo que acabo de dizer. Achamos que é importante saber se aquele território sensível, suporta e recomenda a construção de uma ponte.

Mas alguns dados que nos encorajam a pedir o estudo: um - ter os Planos aprovados e portanto, conhecermos a volumetria e a habitação e as cargas de automóveis previsíveis para os moradores; dois - sabermos que o ICI vai estar pronto e portanto, que o tráfego de atravessamento Norte/Sul, que poderia haver a tentação de se fazer através de S. Jacinto/Ponte/Barra, terá quatro faixas para ser feito e portanto, que aquilo não servirá, em principio, como tráfego de atravessamento único ou principal. Depois admitir que tudo isto é válido, que a ponte é possível, que do ponto de vista ambiental com o aterro do Monte Farinha e com tudo o mais que para lá há, os dados alteraram-se muito e se calhar os valores ambientais ali a proteger, é possível que sejam salvaguardados com medidas minimizadoras. Talvez cheguemos à conclusão que a ponte é possível mas com acesso limitado - com portagens! Com acesso para os moradores e com “x” números de carros e a partir daí acabou. Isto hoje em dia é possível fazer-se perfeitamente, as pessoas percebem que é um território excepcional que necessita de um regime excepcional, como se faz nalguns países por essa Europa fora. E portanto, achamos com toda a seriedade que é o momento de serenamente estudarmos tudo isto que está envolvido com um projecto destes, pode se de facto uma chance de S. Jacinto se desenvolver e criarmos um turismo de qualidade e quebrarmos o isolamento ancestral da freguesia.

O Salavessa também falou nas taxas para o financiamento dos resíduos e no contrato com a SUMA. Bom, sempre estivemos mais ou menos de acordo com isto, a factura é muito pesada e devo dizer que conseguimos negociar este ano uma redução que já ronda posso dizer-lhe, dez mil contos por mês. O que quer dizer que estivemos atentos ao problema e que já conseguimos inverter o processo, porque de facto algo estava a correr mal. Ainda não estamos satisfeitos, devo dizer-lhe e portanto as negociações prosseguem porque há outras variáveis desse contrato que estamos agora a explorar. Também lhe queria dizer que não estamos a ir só ao bolso dos contribuintes, quando pensamos na necessidade que terá que ser repensada de cada cidadão participar nos custos de ter uma cidade limpa, mas não estamos a ir só ao bolso dos pequenos contribuintes estamos a ir aos grandes produtores e a celebrar com eles contratos que têm que ser celebrados para que eles suportem os respectivos encargos e essas medidas têm vindo a ser tomadas.

Depois também foi aqui uma questão comum a muitos dos oradores. A questão da ilusão das receitas e julgo que também senhor Salavessa comparou o que não é comparável; comparou o estimado com o cobrado. Ora o que deve ser comparado, é o estimado com o estimado e o

cobrado com o cobrado, porque senão está a comparar realidades diferentes. Eu comparando os dois sonhos e as duas realidades o que eu constato, é que desde que nós estamos em funções, o sonho aumentou sempre mas a realidade do sonho executado também aumentou sempre. Aumentou vinte e cinco por cento e se aumentar os mesmos vinte e cinco por cento, nós vamos chegar a dez milhões de contos no próximo ano o que quer dizer que chegaremos a uma taxa de execução que rondará outra vez os sessenta e cinco, setenta por cento.

O senhor Prof. Henrique Diz fez aí alusão aos dez dias que tínhamos para gastar não sei quanto dinheiro e do milagre que íamos fazer. Nós fazemos milagres todos os dias, mas eu queria só chamar à atenção de todos para o seguinte, porque pode parecer uma questão séria a que levantou e também gostava de lhe dar a resposta que é séria e que é o que se passa na realidade, que é o seguinte: como sabe, por um lado, no fim do ano, todas as empresas, também Estado, também nós, rapamos o tacho - fazemos as últimas transferências, recebemos as últimas transferências do Estado, fazemos os últimos pagamentos, etc. Mas além disso, e é isso que as pessoas ignoram, nós temos, em termos de contabilidade pública, possibilidade de continuar a fazer pagamentos referentes ao ano anterior durante mais um mês pelo menos (quarenta e cinco dias diz ali o Raúl). Isto tem que ficar claro, há ainda tempo e nem sequer é uma previsão muito optimista para conseguirmos atingir a tal taxa de execução que está estimada. Em Abril ou Março veremos então se lá chegamos ou não.

Depois disse-me também, senhor professor, que não viu onde é que estava a preocupação com a qualidade de vida de todas as pessoas, mas isso claro que é uma consideração política de quem não quer ver, senhor Prof. Henrique Diz, e eu vou lhe dar alguns exemplos: nós quando investimos fortemente no saneamento estamos a beneficiar as pessoas todas; quando investimos nas vias de comunicação e nos desnivelamentos dos cruzamentos estamos a beneficiar as pessoas todas; quando investimos na qualificação dos espaços públicos estamos a beneficiar as pessoas todas; quando investimos na qualificação dos equipamentos desportivos de qualidade, de acesso a todas as pessoas obviamente. Quando investimos e respondendo ao senhor João Barbosa, quando investimos (não é apenas os dois mil contos para a festa e para a animação da terceira idade), quando investimos nos centros de dia, estamos a pensar em todas as pessoas e na qualidade de vida de todas as pessoas.”

Vogal Henrique Diz:

“Quando passa de quinhentos mil, para duzentos e cinquenta mil contos o apoio social, está a desinvestir na qualidade de vida de algumas pessoas, embora o senhor mascare isso com o CDH.”

Presidente da Câmara:

“Já expliquei isso! Senhor Prof. Henrique Diz, tivemos o cuidado de saber quantas barracas existem em Aveiro - contámo-las! Barracas ou similares. Tivemos esse cuidado, porque andávamos a dizer orgulhosamente que não tínhamos barracas, ou seja, de facto temos o privilégio de não termos barracas concentradas, que transmitam uma imagem de marca desse tipo. Mas temos barracas, contámo-las, são cento e cinquenta. E portanto sabemos quais são as carências para responder imediatamente a esse tipo de situações, além das outras todas: das pessoas novas que precisam de casa e precisam de casas baratas.”

Vogal Henrique Diz:

“Vai fazer isso com duzentos e cinquenta mil contos no CDH, é isso senhor doutor?!”

Presidente da Câmara:

“Não, duzentos e cinquenta mil é o esforço directo da Câmara, o resto é o esforço do CDH, penso que fui claro sobre isso há pouco.

Gostava ainda de falar sobre as despesas correntes e de capital. Eu também aqui, e uma vez mais, acho que devemos comparar segundo o mesmo critério e chamar à atenção que de noventa e nove para dois mil, houve um aumento nas despesas correntes - é certo, mas ligeiro, de cerca de duzentos e quarenta mil contos, e pelo contrário, há um aumento nas despesas de capital muito mais importante: de sete milhões, novecentos e dezanove, para dez milhões cento e setenta e oito. E portanto, é certo que as despesas correntes aumentaram, as solicitações do município a esse nível são muito maiores, porque nós temos que dar resposta aos projectos que temos em mão. Mas as despesas de capital aumentam mais do que as despesas correntes, neste orçamento de dois mil e isso é que é fundamental.

Depois o descrédito em relação à venda de terrenos; eu peço desculpa, mas é não ver os números. Nós só inscrevemos prudentemente dois milhões de contos para os terrenos do PP do Centro, eu já aqui disse na última sessão, que só com a venda de quatro lotes, nós vamos fazer cerca de um milhão de contos, e temos lá dezanove e não estou a contar com os outros lotes todos que ainda são da Câmara, cujo loteamento ainda nem sequer está feito. Temos razão para estar optimistas e daí também o aumento das receitas concomitantes: SISA - em que há de facto um aumento de quatrocentos mil contos previsto, que também está prudente.

As verbas da Administração Central e a garantia de financiamento que temos para atingir este montante. Eu comecei por dizer de entrada, com toda a honestidade que é um orçamento que é elaborado sem termos a certeza das participações e sem termos contratualizadas algumas dessas verbas, mas eu gostava mesmo assim de dizer o seguinte: nas receitas extraordinárias aquelas que vão ser contratadas cujo dinheiro vem do Estado, nós temos inscritas - as obras de recuperação do Teatro Aveirense, temos o protocolo assinado e a garantia de financiamento já através do mecenato, parcial. Projecto da Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe. Temos um protocolo assinado com cinco entidades, que dá (não digo garantia de cem por cento do financiamento), mas que há o compromisso político, subscrito e assinado do financiamento. Euro 2004, temos protocolo assinado com o Estado para o financiamento dos vinte cinco por cento que neste momento estão disponíveis para todas as câmaras. Muros - 2.ª fase. Temos a candidatura homologada e portanto vamos ter uma participação na ordem dos quatrocentos mil contos. Construção do Lago da Fonte Nova, também foi participado pelo Estado. Construção da passagem superior de S. Bernardo, a construção do Eixo Estruturante, a pedonalização da 14 de Julho, finalmente a reabilitação e conservação do edifício dos Paços do Concelho, também participada pelo Estado a cinquenta por cento do custo elegível como sabem. Ou seja, sobram poucas, importantes é certo, que ainda temos que conseguir enquadrar no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Estou-me a referir ao Pavilhão MultiUsos, ao Parque de Feiras e poucas sobram. Portanto, também aqui a garantia do financiamento das receitas extraordinárias, é bastante acima da média e permite-nos avançar com um orçamento destes.

Taxas e Multas; há de facto um aumento brutal, não é só por causa da policia, que essa vai dar alguma despesa também, mas é porque também nós temos vindo a preparar um novo regulamento de taxas e licenças que a inquérito público e como as nossas taxas são muito baixas vai provocar um aumento enorme e quando me fala num aumento de dois mil por cento - um aumento de dois mil por cento sobre zero é zero, ou seja, o aumento de dois mil é pouco significativo se tivermos em conta que o nível de taxas que estamos a cobrar é baixíssimo, estamos a perder dinheiro todos os dias e temos que corrigir essa situação.

Depois a Dr.ª Virgínia Veiga, fez também considerações sobre a ponte de S. Jacinto, que penso que já esclareci no contexto da resposta a S. Jacinto; as receitas penso que também as esclareci, eu só acho que não é um orçamento de rotura, francamente. Não é um orçamento de rotura política; não é de financeira como penso ter demonstrado, e não é política porque no fundo a diferença de um milhão e tal, é a mera continuidade de obras que entram este ano em despesa. E nesse sentido, estamos a dar prossecução a essas obras, porque são de facto estratégicas.

Depois a Teresa Fidélis também fez considerações pertinentes, eu pensei que já não havia nenhum programa dos nossos para poder ser confrontado, mas nós temos lá alguns e temos o conforto que estamos a cumprir muito razoavelmente os propósitos que apresentámos na campanha eleitoral. É verdade que é muito difícil, por exemplo, fazer um estudo que discrimine os benefícios sociais dos diferentes projectos que desenvolvemos.

O investimento pelas freguesias talvez seja mais facilmente quantificado, não foi possível fazê-lo, mas a verdade é que se calhar os resultados vão ser surpreendentes. Porque muitos dos grandes projectos que nós temos estão em freguesias ditas não urbanas - já aqui recordei isto uma vez. A Pista de Remo está em Cacia, o MultiUsos está em S.^{ta} Joana, o Mercado Abastecedor em N.^a Sr.^a de Fátima, os grandes investimentos em algumas das estradas e o saneamento estão nas freguesias rurais e por aí fora. E portanto, se calhar os resultados vão ser surpreendentes. Estamos convencidos que se calhar a dimensão territorial que pode ser enganadora tem certamente alguma utilidade para ver de que forma é que estamos a distribuir essas verbas, mas não é necessariamente sintoma de uma menos equitativa aplicação dos recursos.

Quanto aos debates, temos uma verba genérica para colóquios e conferências que eu julgo que pode ser aproveitada para isso.

Para atrair as empresas reconheço que não está reflectido no capítulo respectivo, nenhuma estratégia especificamente vocacionada para atrair as empresas, mas a verdade é que através das tais políticas sectoriais que temos vindo a desenvolver, as empresas cada vez mais procuram Aveiro - nós não conseguimos dar resposta aos pedidos de terrenos que temos para as empresas se instalarem, porque damos-lhe boas condições em infraestruturação das áreas industriais, damos boas condições a nível das vias de comunicação, damos boas condições de vida aos funcionários e aos técnicos que gostam de ter qualidade de vida. Temos um mercado de emprego que é qualificado e que é estável e portanto, temos um bom Porto de Mar de primeira categoria à porta, temos bons acessos, temos uma população jovem e portanto temos excelentes condições para atrair as empresas e elas aí estão.

O senhor deputado Pedro Machado, fez uma referência que já aqui foi lembrada também numa das últimas sessões, sobre a aquisição da Capitania. É de facto a nossa linha nós achamos que a Capitania no estado em que está, a ser a Câmara a ficar com ela - e estamos interessados nisso, deve ser gratuitamente, porque além do mais vamos ter que gastar muito dinheiro para a recuperar e portanto, para já queremos um relatório técnico sobre a consolidação das fundações que estão feitas, depois encontrar verbas para a sua recuperação.

A Clara Ribeiro questionou-me sobre as unidades de saúde de Esgueira, Cacia e S.^{ta} Joana; não têm a ver com a distância têm a ver com os mecanismos de financiamento próprios. É que em relação a Esgueira, como o senhor Presidente da Junta lembrou, até já havia verba inscrita em PIDDAC e nós não tínhamos o terreno. Temos a esperança também que Cacia seja financiada pelo Estado e S.^{ta} Joana, temos nós na sequência de um protocolo já existente, que financiar a construção; e estão os quarenta e cinco mil contos que correspondem mais ou menos àquilo que julgamos que irá custar. Agora deixe-me contrariá-la quando misturou a festa e o saneamento. Não tem nada a ver uma coisa com outra; também se esqueceu do senhor Eng.^o Canas, também se esqueceu que o grosso do saneamento, não é feito pela Câmara, é feito pelos Serviços Municipalizados e portanto, a única verba que aí está para o saneamento é residual - só para aquelas obras que na sequência dos loteamentos, temos que ser nós a fazer. A festa é muito barata, e o senhor Armando Vieira não estava aqui o outro dia e não lhe pude responder, mas estamos a proporcionar aos pobres dos infelizes que o senhor Armando invocou que não têm bens essenciais, estamo-lhes a proporcionar uma festa de passagem de ano, que de outro modo eles não teriam possibilidade de pagar - como sabe essas entradas custam o que custam. Em todo o caso é uma festa barata e vai ficar mais barata ainda; e é um bom investimento na

promoção de Aveiro e toda a gente quer passar o ano de uma forma peculiar que é a entrada no ano dois mil.

Muito rapidamente também, sobre a venda de terrenos: a Clara colocou-me uma questão que eu gostava de explicar - de facto nós por um lado inscrevemos a venda dos Armazéns Gerais, porque temos que os vender na permuta que iremos fazer com a administração hospitalar, mas por outro lado quando recebermos o Centro de Saúde Mental, a seguir também o vamos vender. Senhor João Barbosa, creio que já respondi à questão da terceira idade, não é só a animação, temos que contar também com os Centros de Dia e com tudo isso que são verbas muito mais importantes que os dois mil contos.

O apoio à música e a desproporção que existe entre o apoio à música e o folclore é muito simples; é que nós temos uma Orquestra das Beiras que queremos acarinhar e que é de facto cara e que temos que continuar à apoiar, e todas as bandas que também apoiamos. E portanto, uma verba superior para o folclore, se discriminarmos tudo isso parece uma verba equilibrada. O Palheiro do Sal, no Canal de S. Roque, gostaríamos de o recuperar, que é aquele palheiro que está longitudinal ao canal.

O senhor deputado Manuel Coimbra, sobre o desporto, quis deixar a ideia que os arrelvamentos dos campos não eram para cumprir e quais eram os critérios de escolha. Eu acho que desafios destes é que valem a pena, porque isto é inovador, é ambicioso, isto é o tal salto qualitativo no desporto das nossas freguesias. E devo-lhe dizer que é dos programas que mais gosto me dará levar a cabo e portanto é para cumprir - daqui a um ano cá estaremos para ver. Os critérios também há bocado expliquei, permita-me que o não repita, depende de facto daquilo que disse há pouco.

Protocolos com as colectividades - só uma precisão: não é para o desporto profissional. Mais uma vez digo - foi zero para o Aveiro Basket este ano.

O que é que queremos fazer no Canal de S. Roque? Bom, por um lado continuar os muros e portanto, levar aquele trabalho de enrocamento de um lado e muro do outro até ao fim; por outro lado e como queremos aproveitar aquela faixa entre o IP5 e o Canal de S. Roque, para bolsas de estacionamento com jardim, com áreas ajardinadas, precisamos de mais duas pontes pedonais que façam a réplica (se quiserem), à Ponte de Carcavelos, colocadas nos locais estratégicos, porque é uma forma através do IP5, de evitarmos que muitos dos carros tenham que entrar no centro da cidade: camionetas de turismo, neste momento não têm facilidade de estacionamento. Esse estudo está a ser feito, envolve várias entidades e temos confiança que as diferentes entidades envolvidas vão dar o apoio a esta ideia, porque aquela parcela do território neste momento não serve para nada.

Finalmente o Prof. Leitão fez uma referência importante à necessidade de transferir primeiro o pavilhão que está no terreno que iria para a escola, para não atrasarmos a concretização da instalação do Centro de Saúde, num primeiro momento transferiremos o das Cardadeiras e depois quando o Ministério tiver verba disponível se fará um novo. A hipótese de um auditório no meio será também estudada pelos nossos arquitectos. O Pavilhão de Esgueira, se não está prevista expressamente a recuperação do Parque do Outeiro, entra na recuperação do Parque de Lazer em que previmos Esgueira. E finalmente as instalações desportivas: como sabe Esgueira tem vários núcleos e podia lembrar-lhe por exemplo, Taboeira, o campo que a ACREMA quer fazer, etc., portanto há vários núcleos que podem servir para substanciar essa rubrica genérica.

Penso que respondi no essencial a todas as questões. Muito obrigado pela vossa atenção.”

Vogal Henrique Diz:

“Senhor Presidente eu vou ser muito rápido. Relativamente à Ponte para S. Jacinto, o senhor Presidente contrariamente àquilo que quis fazer passar, não tem que nos convencer a nós, o senhor Presidente é que aderiu às nossas propostas, mas no entanto permanece o que disse a

esta Assembleia no dia vinte e oito de Dezembro, porque não me venha dizer que foi fora de contexto que o senhor disse que “eu por precaução e porque conheço muito bem a vida autárquica, sei que não basta ter Planos aprovados e sermos competentes, para que eles sejam respeitados”, isso permanece. Deixe-me só dizer-lhe também, senhor Presidente, que eu quando mudar de actividade e passar para a construção civil, vou contratá-lo. Porque substituir cento e cinquenta barracas com duzentos e cinquenta mil contos apenas da Câmara, senhor Presidente, não tenha dúvidas nenhuma eu vou contratá-lo.

Volto a lembrá-lo senhor Presidente a propósito da taxa de resíduos sólidos, que esta Assembleia já se pronunciou sobre isso e portanto o senhor Presidente, enquanto não trouxer outra proposta que seja votada aqui, não tem o direito de estar a usar uma coisa que já foi aqui chumbada.

Deixe-me dar-lhe uma última palavra de aviso amigável: não se esqueça que o III Quadro Comunitário de Apoio, não será aprovado antes de Abril e que os regulamentos dos respectivos programas não estarão prontos antes de Outubro/Novembro. Portanto senhor Presidente, veja quanto é que vai conseguir receber do III Quadro Comunitário de Apoio. E eu agradeço-lhe finalmente ter divulgado o Orçamento real da Câmara - na sua opinião dez milhões de contos. Muito obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Obrigado senhor Presidente. Em primeiro lugar, para lhe dizer que fiquei sem nenhuma resposta no que diz respeito à problemática do Ensino Técnico e Recorrente, cujas verbas orçamentadas baixaram de facto. Também não tem explicação para isso, e os considerandos que eu fiz acerca da adaptação à mudança permanecem.

Devo dizer que no que diz respeito às verbas para a Juventude, fiquei informado porque não há obras baixou a verba simplesmente; eu dá-me a impressão que para a Juventude, porque houve uma construção que no ano passado se fez que este ano não se faz e portanto baixou a verba para a Juventude, foi a explicação que deu. Quer-me parecer de facto, que deve haver mais imaginação para financiar a Juventude do que apenas o betão - acabou o betão não há mais verba.

Sobre a Acção Social, repete-se, também houve uma unidade qualquer cuja construção acabou e passámos de duzentos e cinquenta mil contos, para cento e onze mil e seiscentos; creio que de facto aqui era preciso ter um pouco mais de imaginação, para não termos o que temos na página nove do Plano de Actividades e Orçamento, que é umas barras, em que a Acção Social está aqui, coitadinha, tão baixinha, temos de nos lembrar que a Acção Social inclui muitas coisas, como os velhos, como foi falado ali pelo senhor Barbosa e outras pessoas.

Sobre a Saúde e o abaixamento do investimento na Saúde, não se disse absolutamente nada, fiquei sem saber o porquê?

No que diz respeito ao Saneamento e Salubridade, fiquei a saber que de facto esta verba é só residual, mas este ano é mais residual que no ano anterior e diz-se que isso de facto, isso resulta do que nós podemos ver, ou seja, que este investimento é da responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Aveiro. Ó senhor Presidente, eu não sei se estarei a elaborar em erro, confesso, mas gostaria que me explicasse: é que na página quarenta e um do Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Aveiro, eu verifico aqui no que diz respeito a Divisão de Saneamento, verifico despesas de investimento - Previsão: ano em curso e anos seguintes (dois mil e um, dois mil e dois, dois mil e três), o valor total do ano em curso, eu olho aqui para baixo e vejo novecentos e nove mil, oitocentos e cinquenta contos. Eu posso estar enganado, mas é o que vejo aqui - não sei se há aqui algum erro de interpretação. Depois no ano dois mil e um diz trezentos e cinquenta e seis mil e trezentos - portanto há mesmo diminuição; não só no residual como aqui.

Gostaria que um dia me informasse de facto, o que é que se passa com a Europa dos Pequenitos e com aquela marinha, é que recebi um informação e parece que a situação era negativa a nível do ambiente, mas o senhor o dirá.

Também na formação profissional, acontece que não temos nada porque também como algo que se tinha de pensar construir, não se constrói, acabou-se. E a formação profissional tem muito mais do que sejam as construções, do que seja o tal betão.

Depois da explicação que o senhor Presidente me deu, eu continuo a dizer que ao fim e ao cabo isto passa muito pelo betão, passa muito pela obra muito formal da Câmara, continuo a dizer que falta “golpe de asa”, não tenho receio nenhum de me referir a um poeta, porque acho que a poesia é importante, para tirar o cinzentismo das situações e dar cor às situações, e efectivamente se Mário Sá Carneiro, ao falar de “golpe de asa”, é expressão de um suicida, eu acho que isto é bom, para que não sejamos conduzidos a nível da Câmara Municipal a um suicídio político, que poderia não ser mau, porque implica apenas o PS, o que é problemático é que pode também ter consequências para todos os aveirenes.

Finalmente e no que diz respeito à Ponte de S. Jacinto, resta-me dizer que poderia dizer que o reconhecimento da necessidade desta Ponte, podíamos dizer que era uma grande vitória para o PSD, mas não dizemos pela simples razão de que há pessoas que muitas vezes podem ter complexos podem ser mal formados democraticamente e por isso não se avançar com esta obra. E nós pensamos que mais do que falarmos de êxitos, o melhor é ter obras que é o que me parece mais importante. Aliás é preciso saber se há componente ambiental naquelas condições. Eu creio que o homem é uma parte importante do ambiente; fazem-se às vezes tantas coisas para tentar resolver o lixo ecológico relacionado com qualquer animal, vejam de facto que são homens naquela pontinha daquele cordão litoral, sem terem o acesso que é possível e que merecem e que precisam para chegar aqui à sede do concelho.

De facto as nossas críticas foram mais ou menos recorrentes, porque as deficiências nestes projectos, são também recorrentes. E o que é mais complicado, é que são deficiências recorrentes que se acentuaram e portanto as nossas respostas naturalmente que terão ser desta forma.

Sobre a incubação de empresas; claro que há projectos que se fazem, mas que depois se têm que manter. Porque é que não se mantêm? E porque é que não se verifica essa manutenção? Eu verifico que de facto também aqui creio não ter havido boa resposta para isto. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado senhor Presidente. Agradeço-lhe dar-me a palavra, tanto mais que penso que não teria o direito de exercer a palavra nesta altura.

De qualquer forma, não tendo suscitado qualquer pergunta na primeira fase, há efectivamente um questão que no seguimento daquilo que o senhor Presidente da Câmara diz, me vem à memória e que é necessário que eu fique esclarecido sobre isso, porque é uma ideia que me é cara.

O senhor Presidente da Câmara, falou do Plano que tem para o Canal de S. Roque - óptimo, a regularização marginal, se for possível fazer o estacionamento do lado de lá com acesso pedonal à cidade, penso que será uma boa ideia. Agora, em tempos, tínhamos sugerido que o canal de S. Roque fosse alongado para a Mina e que nessa ponta se fizesse um pequeno porto de recreio, que serviria basicamente toda aquela área de Sá-Barrocas e do novo empreendimento que está a fazer. Eu gostaria de saber se foi por esquecimento ou se efectivamente está previsto nos Planos que se faça esse porto de recreio.”

Vogal António Salavessa:

“Senhor Presidente, se afirma como positivo os sessenta e cinco por cento da execução possível para um Plano, deixe-me discordar. Também não acho que uma câmara tenha que ter uma

execução a cem por cento, já falei à pouco numa margem de sonho, que é necessário, numa margem de aposta no futuro, mas o que entendo é que há uma grande diferença entre os sessenta e cinco por cento, que eventualmente sejam realizados e uns oitenta, oitenta e cinco ou noventa por cento, que eventualmente pudessem ser cumpridos. Porque, senhor Presidente, tal como o senhor Presidente e a sua Câmara colocou para a Ponte de S. Jacinto, cem contos - marcando uma posição política e a necessidade do arranque, tenho a certeza que utilizando um critério semelhante para muitas das coisas que estão orçamentadas, não ficaria mal que ficassem orçamentadas verbas menores e depois em função da possibilidade real de concretizar o investimento, pudesse, então inscrevê-lo, e dessa maneira termos números muito mais próximos do real do que aquilo que acontece.

A segunda observação, é em relação ao CDH; há uma opção pelos Contratos de Desenvolvimento da Habitação, mas os Contratos de Desenvolvimento da Habitação não são uma solução, se não forem acompanhados por construção de habitação social para arrendamento, ou se a Câmara não ficar para si própria com parte dos apartamentos construídos na base de Contratos de Desenvolvimento da Habitação, para os poder utilizar dessa forma.

Terceira questão; Capitania. Senhor Presidente, caso não esteja feito o estudo do que aquilo significa em termos de custos para o Município, de encargos possíveis e riscos possíveis para o Município - nem dado senhor Presidente! É uma obra cuja situação é necessário esclarecer completamente, e o Município com toda a carga de investimentos que já tem que ter e vai ter que os ter, seja com o Euro 2004, seja com outras questões, meter-se num buraco daquele tipo, sem saber com que linhas se cose, penso que não é adequado.

O deputado Filipe Brandão trouxe aqui como exemplo da grande capacidade de realização do Município, o exemplo do Teatro Aveirense. Eu penso que é o exemplo mais infeliz que poderia acontecer. Parabéns, senhor Presidente porque está a andar o Teatro Aveirense.

Agora, uma obra com participação de Estado a oitenta e sete e meio por cento, não me parece ser o exemplo paradigma da capacidade de realização de uma câmara - é o que está no documento, senhor Presidente, veja lá. Senhor Presidente, com as calças do meus pai, até eu sou homem, era aquilo que ele dizia quando era pequenino e se este Governo tivesse dado o apoio ao executivo anterior que está a dar a este executivo, a obra do Teatro Aveirense já poderia ter andado há mais tempo. O mérito é devido quando é devido, e na proporção em que é devido.

Ora, vai ou não mexer-se no bolso dos munícipes? Umhas contas muito rápidas feitas só sobre o que a Câmara realizou há dois anos em Taxas, Mercados, Publicidade, Ocupações de Via Pública, Derrama, etc., etc., dá um milhão e quatrocentos mil contos. Essas mesmas rubricas prevê para o próximo ano, dois milhões e oitocentos mil, ou seja, mais cem por cento do que aquilo que realizou há dois anos. Se isto não é mexer no bolso do contribuinte, no bolso do aveirense, senhor Presidente o que é que é mexer no bolso do contribuinte?

Por último, o senhor Presidente sabe, eu já o puxei aqui pelo menos duas vezes, que tenho o seu programa eleitoral e visito-o com alguma frequência. Lembro-me perfeitamente de que, fora uma outra ideia de facto, absolutamente nova, como por exemplo a municipalização dos canais - que ainda não está feita; de facto o que o PS fez e até lhe posso dizer que a CDU também o fez, foi plasmar no programa eleitoral, aquilo que nessa altura a sociedade aveirense tinha gerado através de uma grande discussão para a elaboração do Plano Estratégico de um conjunto de acções que estavam previstas no Plano Estratégico. Porque, senhor Presidente: o pavilhão MultiUsos está no Plano estratégico; a pista do Rio Novo do Príncipe está no Plano Estratégico e vamos por aí fora. É elementar que quem assume um Plano Estratégico - o PS considerou as obras no Plano Estratégico (muito bem) e entre tanto está implementado algumas dessas obras, mas o que não está implementado senhor Presidente, são os métodos. Os métodos que o PS apresentou no seu programa como caminhos inovadores de debate, de discussão, de

mobilização, de participação dos aveirenes, etc., não o está a seguir. Deixou-os cair completamente. Pode vir o Alvin Toffler discutir as perspectivas para o século vinte e um, pode vir um grupo de monges bizantinos, para aqui discutir novamente o sexo dos anjos, mas neste momento os aveirenses não estão a ser ganhos, nem a participar na definição do futuro e das opções estratégicas para o futuro de Aveiro.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Só para dizer que efectivamente o senhor Presidente não respondeu às questões relacionadas com o ponto que referi - e sabe que não; designadamente a questão da intermunicipalidade entre os três concelhos, mas por mim aceito que o assunto não seja para hoje, porque vamos ter a oportunidade quando trazer aqui o Plano de Urbanização, de demonstrar tudo aquilo que eu pedi e o mais que não pedi, e designadamente sobre o assunto não vai mais longe que os três municípios e não é também assunto da Associação de Municípios da Ria, já agora, para manter a sua filosofia habitual.

De resto, queria só manifestar a minha opinião sobre o seguinte: preocupa-me altamente a questão ambiental de S. Jacinto. E preocupa-me também, do prisma de que é preciso cotejar o que seja da qualidade de vida das pessoas ou defesa do ambiente, fundamentalista sem mais. O que eu não consigo fazer é, ter um peso para S. Jacinto e outro para a Europa dos Pequenitos. Portanto, na Europa dos Pequenitos, eu também defendo uma coisa: cuidado com os fundamentalismos ambientalistas, que podem levar isto para a Figueira da Foz. E disse.”

Saiu da sala o vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Presidente da Câmara:

“Senhor Presidente, eu seleccionei quatro pontos aos quais gostaria de responder muito rapidamente.

Senhor Prof. Henrique Diz, há aí um equívoco - peço desculpa, de modo nenhum nós iremos usar taxas chumbadas por esta Assembleia. É evidente que, quando fazemos a estimativa, é no pressuposto que teremos que propor a esta Assembleia novas taxas. É que a forma como o disse podia deixar no espírito das pessoas que estaríamos a pensar proceder de outra forma.

Senhor Prof. Britaldo Rodrigues, há bocado de facto não lhe respondi, passou-me, mas a diminuição da verba na Saúde, deve-se a que tínhamos previsto no ano anterior quarenta mil contos para adquirir terrenos em Esgueira, que agora evitámos porque os terrenos são da Câmara e, portanto, não necessitamos dessa verba - e é essa a razão da descida.

Dr. Raúl Martins, o Porto de Recreio no topo do Canal de S. Roque, é uma ideia que tem toda a nossa simpatia e estamos a trabalhar nela já. Não a referi de facto, porque não me lembrei; não faz parte ainda desta empreitada da recuperação do Canal de S. Roque e por isso terá que ficar para uma segunda fase. É dos tais sonhos que vale a pena ter para em breve concretizar.

Finalmente, o senhor Salavessa. Estou em geral de acordo com aquilo que disse, aliás o CDH prevê isso mesmo - a opção de compra de Câmara, para depois pôr no mercado com rendas sociais.

E queria só dizer o seguinte que é muito interessante. Por um lado não estou de acordo que nós não tenhamos desenvolvido e posto em prática todos os mecanismos de discussão pública que vinham previstos no Plano Estratégico. Fizemos as reuniões do Gabinete Cidade, temo-las feito e vamos continuar a fazê-las; temos estado abertos para participar em todos os fóruns para os quais nos convidem, para discutir os grandes projectos que estão previsto no Plano Estratégico. E já agora, senhores deputados, e como o senhor Salavessa lembrou e bem, nós nunca dissemos que tínhamos sido os autores da ideia do MultiUsos e da Pista de Remo e do Parque de Feiras.

Foram projectos de facto concensualizados por todas as bancadas nesta Assembleia. E é em nome desses cinco ou seis grandes projectos, que este orçamento tem que ter estes valores. Seria muito bonito se todos votássemos a favor dos mesmos. Muito obrigado senhor Presidente.”

Vogal Armando Vieira:

“Muito obrigado senhor Presidente. O senhor Presidente da Câmara há pouco referiu que não tinham capacidade de resposta para as empresas que se querem instalar em Aveiro - e eu não posso aceitar isto e ficar calado (ouvir e ficar calado). A Câmara de Aveiro dispõe de uma zona industrial, nomeadamente várias mini zonas, mas uma que tem capacidade para se instalarem ali inúmeras empresas, que é a zona industrial de Eixo, e ninguém investe naquela zona industrial há longos anos, senhor Presidente. E esta postura, até indo ao encontro do raciocínio de vossa excelência há pouco, traduz-se num claríssimo prejuízo para o Município de Aveiro. Porque admitiu a incapacidade para dar resposta a essas empresas.”

Presidente da Câmara:

“Mas eu não disse que me conformava, disse que não há capacidade de resposta imediata e disse que estamos a fazer por isso.”

Vogal Armando Vieira:

“Muito bem. Depois deixe-me dizer que em relação às outras questões, há situações neste Orçamento e neste Plano que indiciam desconsideração pelas Juntas de Freguesia. E deixe-me citar-lhe aqui algumas: olhe - pavimentações de ruas são apresentadas em pacote; desconsideração. Aquisição de terrenos para habitação social, apresentados em pacote; desconsideração. Modernização de instalações desportivas, apresentados em pacote; desconsideração. Enfim, uma série de coisas. O único pacote que depois está discriminado à frente por força das imposições legais, é o da delegação de competências que depois há frente nós conseguimos descortinar quanto é que toca a cada uma das freguesias. Eu acho que isto é uma forma de actuar distante, de afastamento das pessoas das freguesias e de efectiva desconsideração pelas pessoas que estão à frente das freguesias no Concelho de Aveiro. Depois deixe-me dizer, senhor Presidente, se outras razões não houvesse - e desde já lhe adianto aqui o meu voto, se outras razões não houvesse, ver consagrada neste Plano uma verba de mil contos para ampliar o cemitério, que o senhor tem consciência ou se não tem deveria ter; o senhor Vereador Eduardo Feio, há dias pô-lo ao corrente do melindre da situação - uma vez mais, considerar aqui mil contos, para uma situação de tal melindre, e se outras razões não houvesse, só por esta, e pela insensibilidade que traduz com questão de tal melindre, leva-me a responsabilmente a discordar deste Orçamento e deste Plano e responsabilizo desde já o senhor Presidente da Câmara e a Câmara pelas perturbações sociais que desta situação possa resultar. Muito obrigado senhor Presidente.”

Presidente da Câmara:

“Só uma observação, senhor Armando Vieira. Naturalmente não há nenhuma desconsideração pelas freguesias, pelo facto de apresentarmos os arruamentos que não são da delegação de competências em bloco, pelo contrário; imagine que nós discriminávamos e que havia uma freguesia apenas com dois arruamentos - seria muito mais melindroso e uma desconsideração potencial, para a freguesia em causa. E portanto, achamos que é um procedimento perfeitamente correcto dado que neste caso não há delegação de competências e que como os senhores Presidentes de Junta sabem, tudo isso foi conversado amplamente e detalhadamente com eles.

Depois quanto ao cemitério, eu chamo à atenção do senhor Presidente da Junta que no Plano do ano passado, que ainda não acabámos de cumprir, está inscrita a verba de cinco mil contos.

Estamos cientes e alertados para o problema e vamos tentar resolver isso até ao fim do cumprimento do Plano. E portanto, inscrevemos uns mil contos ainda para o caso de não ser possível pagar tudo este ano. Mas isso vai-se resolver e portanto, aliás os cemitérios é uma competência das Juntas de Freguesia, mas a Câmara vai ajudar a adquirir os terrenos.”

Entretanto saiu da sala o vogal Manuel Branco Pontes.

Presidente da Mesa:

“Já agora permitam-me três notas. Pela intervenção do senhor Prof. Britaldo Rodrigues, dá a impressão que a ideia da ponte para S. Jacinto, que foi inventada pelo PSD, o que não é verdade. É uma coisa que se discute desde sessenta e seis e estou nessa discussão desde então; com altos e baixos - teses a favor e teses contra. Pode é ter havido recentemente polémica sobre a oportunidade e a maior ou menor necessidade.

Segunda nota, para os senhores jornalistas, não foi aqui dito que a Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe mate ou inviabilize a pista de Montemor; não foi dito, nem é verdade. E transparecer isso nos jornais, poderá ser - acreditem em mim - tremendamente prejudicial para a tese ou para a defesa da Pista do Rio Novo do Príncipe.

Última nota, ideia que ponho a levedar. Não é fatal, e arquitectos que eu ouvi defendem essa perspectiva, não é fatal que a Capitania por isto ou por aquilo, tenha que manter o perfil que actualmente tem. Isto é, a Capitania que só tem um piso, pode perfeitamente ter dois pisos e um frontão elevado. E isso em termos de investimento, encargos, etc., pode mudar a figura da situação. A Capitania não é positivamente um monumento de Arte Nova; tem mais antiguidade, por isso é possível fazer um aumento de pé direito e de andares, com um estilo de recuperação Arte Nova.

Deixo apenas a ideia a pairar, porque um aveirense com alguma idade - que é o meu caso, quando pensa na Capitania, congela-a com aquele formato. Não tem que ser, e é preciso ter abertura para que não seja fatalmente assim.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Senhor Presidente, dá-me licença? É que eu gostava de lhe dar um esclarecimento. Em primeiro lugar, é que quando eu falei da Ponte sobre S. Jacinto, naturalmente que me referia apenas ao debate que foi travado nos últimos tempos e em que aí de facto, reconhecer-se que tínhamos toda a razão nisso me parece correcto. Conheço muito bem que já antes de termos falado nisso, já vossa excelência se tinha referido ao assunto, por acaso no momento em que o debate se punha, o senhor Presidente já pensava que, parece que ..., na altura já não era bem a sua opinião, na altura em que esse debate estava a ser formulado; mas de qualquer forma não tenho dúvidas nenhuma, em reconhecer que já antes tinha sido falado esse aspecto e pela voz de vossa excelência.”

De seguida o senhor Presidente da Mesa colocou à votação do Plenário o ponto n.º 2 - Câmara Municipal: a) Opções do Plano para o ano 2000, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de dezoito votos a favor (PS14+PSD2+PP2), oito votos contra (PSD7+PCP1) e uma abstenção (PP1).

Continuando, colocou à votação o ponto n.º 2 - Câmara Municipal: b) Proposta de Orçamento para o ano 2000, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de dezoito votos a favor (PS14+PSD2+PP2), oito votos contra (PSD7+PCP1) e uma abstenção (PP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Henrique Diz:

“Senhor Presidente. Senhores Deputados. Eu votei contra por duas ordens de razões. Primeiro durante o debate, foi nítido que o próprio Presidente da Câmara, apontou para uma execução real de cerca de dez milhões de contos e não aquela que apresentou a esta Assembleia. A segunda ordem de razões, prende-se com a dificuldade de realização das receitas com os seguintes compromissos: primeiro a realização de receitas pressupõe aumentos de encargos sobre os munícipes - o que eu não estou de acordo; segundo, a realização de receitas pressupõe que a própria Câmara, participa em exercícios que conduzem à especulação imobiliária; terceiro, a realização de receitas pressupõe algo que não vai verificar-se, que é a transferência de verbas do III Quadro Comunitário de Apoio, atempadamente, dado que este quadro se encontra em discussão, não estará aprovado antes de Março/Abril, daí resultará o atraso na elaboração da regulamentação dos programas, razão pela qual a aprovação dos projectos não é de forma nenhuma previsível antes de Outubro. Logo, transferências financeiras - as que houver, serão para finais do ano dois mil. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Votei contra o Plano e Orçamento, porque apesar de integrar projectos com que todos os aveirenses concordarão, não o faz de forma realista, subestimando a capacidade de angariação de receitas durante o ano dois mil, apontando para uma elevada sobrecarga nos encargos dos contribuintes - que são os habitantes de Aveiro, prevendo, designadamente a cobrança de uma taxa do lixo rejeitada nesta Assembleia.”

Vogal Filipe Brandão:

“Votámos a favor deste Plano de Actividades e deste Orçamento, por entendermos que correspondem ao surto de enorme desenvolvimento que todo o concelho e que deve ser, e é, potenciado pela Câmara Municipal. Aveiro hoje, pulsa e cresce - e a Câmara Municipal induz esse pulsar. A aprovação deste Orçamento autoriza a entrada em despesa de obras que pelo seu vulto projectam definitivamente Aveiro no futuro, entre as quais nos permitimos salientar: a Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe; o pavilhão MultiUsos, o Estádio Municipal - que albergará o Euro 2004; e as obras no Teatro Aveirense, para além de uma miríade de outras obras que se espalham por todo o concelho. Aveiro está no bom caminho e este Orçamento avaliza-o.”

Vogal Armando Vieira:

“Senhor Presidente. Votei contra pelas razões há pouco expostas e ainda mais, subscrevo totalmente as palavras do senhor Prof. Henrique Diz. Se porventura o senhor Presidente da Câmara pensava, com as explicações que tentou dar-me quanto à questão dos pacotes, mudar a minha opinião, acho que a agravou. Porque o que o senhor Presidente disse, por outras palavras, é que se estivessem discriminadas as obras poderiam haver Juntas que ficavam aborrecidas, zangadas, incomodados, chateados, enganados, às vistas. Não, o senhor Presidente entende que é melhor estar por pacote, que assim é nas costas deles que faz o engano e que se decide como muito bem lhe aprouver. Daí senhor Presidente, eu ter votado contra (para não estar aqui a dizer outras razões).”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“É só para esclarecer o seguinte: é que talvez não tenha ficado claro, que a declaração de voto lida pelo Prof. Henrique Diz, era compartilhada por toda a parte da bancada do PSD que votou contra esta proposta. Obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Senhor Presidente, eu gostaria de intervir, não em defesa da honra, porque não foi essa a intenção, mas associar a Câmara a um processo de especulação imobiliária, quando o senhor professor tem obrigação de saber que é em hastas públicas que o preço sobe o que tiver que subir. Acho que foi infeliz, não foi intencional, mas queria só frisar isto porque é desagradável de facto.”

Vogal Henrique Diz:

“Inaugurou-se uma nova regra nesta casa que é a de se comentarem declarações de voto - eu registo, e será usada nas próximas oportunidades, porque também terei certamente esse direito. Contudo, eu continuo a manter, que a forma como está a ser conduzido o processo de venda dos terrenos municipais ou que a Câmara pode vender, contribui de forma especulativa para a construção em Aveiro. E aliás, o senhor Presidente dentro de dois anos, quando estiverem construídas as habitações, vai-me dizer a que preço é que foram vendidas por metro quadrado - depois nós conversamos.”

Presidente da Mesa:

“Penso que este diferendo se esclarece desta maneira. Especulação em certo sentido é crime. Num sentido mais liberal, mais lato, mais aberto, não é crime, é um juízo de valor. Encerramos aqui o assunto e vamos passar ao ponto três da Ordem de Trabalhos, senão só lá para a Páscoa é que acabamos este programa. A menos que haja oposição da Assembleia - eu sou um vosso servidor, se as bancadas forem contra, acabamos agora aqui e eu para a próxima cá estarei. Mas penso que era um avanço razoável e encerrávamos este capítulo.”

Vogal Henrique Diz:

“Senhor Presidente, deixe-me só dizer-lhe que a situação que se está a viver neste momento, é a consequência da forma como foram conduzidas as duas últimas reuniões da Assembleia - que acabaram às onze e meia.”

Presidente da Mesa:

“Mas até é bom que acabem às onze e meia. Mas não se pode ter é: “sol na eira e chuva no nabal”, se as pessoas querem prolongar as intervenções... eu acho bem. Mas vamos ouvir o que têm a dizer.”

Vogal Filipe Brandão:

“Como vossa excelência constata, é entendimento desta bancada que já se prolonga esta reunião e, portanto, seria de bom tom pôr-lhe termo. No entanto, não posso deixar de dizer que não comungo pessoalmente das críticas dirigidas à Mesa que presidiu até agora os trabalhos. Não por vossa excelência, mas pelo vosso substituto, porquanto em meu entender houve um esforço de tentar cumprir as normas regimentais em vigor. É evidente que isso atenta também com a duplicidade de alguns critérios que decorrem naturalmente da variação que vem ocorrendo na Presidência da Mesa, mas eu não ficaria de bem com a minha consciência se não dissesse que não partilho das críticas que foram dirigidas à Mesa anterior. Muito obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Somos a favor de continuar com o ponto numero três.”

Vogal João Maia:

“Também somos a favor que se continue a discussão.”

Vogal António Salavessa:

“Sou a favor de que se parem os trabalhos por hoje, porque eu não acredito que seja uma discussão breve. Pura e simplesmente por isso. E porque temos no máximo e sem necessidade de deliberação cinco reuniões, com deliberação dez reuniões. Portanto, temos condições para discutir com tempo, com calma, sem pressão de ter que acabar, e por mim estou disposto a vir na semana que vem e num dia qualquer.”

Entretanto saíram da sala os vogais Raúl Ventura Martins, João Alberto Simões Barbosa, José Augusto Fernandes Júnior, António Ildebrando Nunes Costeira.

PONTO N.º 3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO 2000.

(A deliberação tomada pela câmara Municipal na reunião extraordinária de 29-11-1999, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Com a autorização do senhor Presidente, eu pedia ao Eng.º Canas que viesse apresentar o Relatório Plurianual dos Serviços Municipalizados. Muito obrigado.”

Director Delegado dos SMA (Eng.º Canas):

“Boa noite. Vou procurar ser muito rápido dado o adiantado da hora. Como é do conhecimento de todos, este documento é composto por três peças fundamentais, que é o Plano Plurianual de Investimentos, o Orçamento Financeiro e a Demonstração Previsional de Resultados.

O Plano Plurianual de Investimentos, representa o Plano de Actividades das Autarquias e o Orçamento Financeiro em conjunto com a Demonstração Previsional de Resultados corresponde ao Orçamento. Isto é um documento para quatro anos e é de horizonte móvel, quer dizer, todos os anos é acrescido de mais um e é actualizado de acordo com os interesses da comunidade, e também, de acordo com as decisões tomadas pelo Conselho de Administração e propostas à Câmara Municipal, no sentido de vir à Assembleia Municipal.

Para além destas peças que enunciei, ainda é apresentado o Plano de Actividades para dois mil, que embora não fosse obrigatório por lei, é sempre entendido que é importante para apresentar e sistematizar tudo aquilo que se vai executar no ano seguinte.

O documento começa pela introdução, em que refere alguns aspectos genéricos, em que refere a componente de os Serviços Municipalizados de Aveiro serem os únicos que têm três vertentes de intervenção: abastecimento de água, recolha e tratamento de esgotos e os transportes urbanos. Concretamente temos de ter em atenção que no próximo ano, a redução de horário que foi estabelecida há cinco anos e que culmina com as trinta e cinco horas semanais; associado a este aspecto e também com o aumento das redes, obrigam-nos a ser melhor sistematizados e procuramos rentabilizar as nossas intervenções.

Na área do abastecimento de água, praticamente temos uma taxa de cobertura de noventa e oito por cento e vamos procurar ainda melhorar a eficiência do sistema, nomeadamente na remodelação das condutas mais degradadas.

Quanto ao saneamento, vamos articular todos os nossos esforços com o sistema multimunicipal que está a ser desenvolvido pela SIMRIA e vamos criar as condições de sustentabilidade do próprio sistema, estendendo a rede de água e investir em determinados sectores para melhorar a acessibilidade a todos os pontos do concelho. Relativamente a este aspecto, vamos procurar consolidar alguns aspectos relacionados com o transporte na própria cidade que se iniciou com as linhas de circulação interna. Como neste momento também se desenvolvem várias acções e futuramente também relativamente à possível evolução do metropolitano de superfície, aos transportes privados e às áreas cicláveis, entendemos que é necessário avançar com um

conjunto de estudos e projectos que estão previstos e que serão também apoiados pela Direcção Geral de Transportes Terrestres.

Relativamente à parte dos Serviços Administrativos, vamos já apostar na modernização, já encetada, e também no reforço da formação dos trabalhadores. Em termos de objectivos poderei referir, que em face da difícil complementaridade da área de saneamento básico e dos transportes, é difícil arranjar objectivos integrados. No entanto, há um conjunto de objectivos que é possível desenvolver. Um deles tem a ver com a compatibilização de acções programadas dos serviços, com o planeamento municipal. Tem sido desenvolvida essa coordenação e tem sido reforçada, e neste momento quinzenalmente há reuniões conjuntas, designadamente, para sistematizar e programar estas intervenções. Vamos procurar assegurar e melhorar o nível de qualidade dos Serviços prestados à Comunidade - este objectivo contempla aspectos relacionados com o desenvolvimento e evolução dos sistemas: águas, esgotos e transportes urbanos. E para esta evolução é fundamental a estabilização da situação económico-financeira, só possível com um rigor orçamental acrescido, assim como a contribuição atempada de subsídios para o investimento e para a exploração. Um aspecto fundamental, tem a ver com a valorização dos trabalhadores: temos feito um contínuo esforço de formação acompanhado também pela aceleração dos processos de promoção e de mobilidade. Neste aspecto também temos uma aplicação fundamental relativamente às normas de segurança, saúde, higiene e segurança no trabalho, que saiu ainda há muito pouco tempo novas regras que temos que desenvolver e implementar.

Embora a lei vinte e três de noventa e oito, obrigue a que no âmbito da Administração Local sejam envolvidas as comissões sindicais - temos duas comissões sindicais nos Serviços Municipalizados e temos desenvolvido continuamente reuniões no sentido de ultrapassar e aperfeiçoar alguns aspectos mais problemáticos e algumas decisões. Ainda hoje de manhã houve uma reunião sindical do STAL que estava prevista há mais de quinze dias.

Vamos procurar intervir no Programa Aveiro - Cidade Digital, não só através de dois projectos que já estão aprovados - o SICOSMA e o SIMOQUA - assim como também com a apresentação da segunda fase de outro conjunto de projectos tais como o sistema de gestão e acompanhamento da frota de autocarros dos transportes urbanos; o desenvolvimento do sistema global de telegestão do sistema de abastecimento de água; assim como também do sistema de telegestão de águas residuais; o sistema Park-and-Ride; assim como a aplicação do sistema de informação geográfica ao planeamento e gestão das infra-estruturas de saneamento básico.

Também podem ver no PPI que temos outra rubrica designada por "Outros Projectos" e temos uma rubrica aberta de mil contos, para poder incluir outros projectos que eventualmente se desenvolvam no âmbito deste programa - Aveiro Cidade Digital.

Vamos continuar a apostar no reforço da cooperação em Associações Nacionais e Regionais. Ainda há bem pouco tempo, houve aqui um Encontro Nacional das Entidades Gestoras do Sector das Águas - para o qual foram todos convidados, e que efectivamente teve um sucesso bastante significativo.

Outro aspecto, tem a ver com o modo de toda a sociedade evoluir e não se manter estática. Entendemos que os Serviços Municipalizados não se podem manter estáticos, têm que acompanhar também as evoluções tecnológicas e empresariais que hoje existem, e nesse sentido estamos (temos um concurso aberto) para proceder a um estudo sobre vantagens e inconvenientes dos vários de modelos de gestão aplicáveis aos Serviços Municipalizados, nas vertentes de saneamento básico e do transporte urbano. Simultaneamente e dado que não é possível manter-se (como disse), estático - temos que ser dinâmicos e acompanhar todas as evoluções; não podemos esquecer que temos o III Quadro Comunitário de Apoio, temos o Programa Aveiro Cidade Digital, temos que preparar os Serviços para os novos mecanismos de higiene e segurança social; temos que pensar também em todas as inovações tecnológicas, neste

momento estamos já a trabalhar numa reestruturação dos próprios Serviços. Isto em termos de objectivos integrados.

Em termos de objectivos sectoriais e partindo propriamente para a Direcção de Serviços de Águas e Saneamento, vamos apostar na qualidade, garantindo a qualidade físico-química e bacteriológica, assim como a disponibilidade dos sistemas em termos de fornecimento e em termos de pressão. Vamos apostar também fortemente na renovação das infra-estruturas mais degradadas e mais antigas - ainda temos infra-estruturas com mais de quarenta anos, na área da Cidade. Em termos de águas residuais, vamos apostar ao fim destes quatro anos na taxa de atendimento a noventa e oito por cento.

No âmbito da Direcção de Serviços de Transportes Urbanos, vamos apostar no rejuvenescimento da frota, não só através do processo de rejuvenescimento já encetado no ano passado, com desenvolvimento efectivo este ano; assim como a aquisição de novas viaturas de média capacidade de piso rebaixado em que também se garantam as novas tecnologias e energias alternativas; também vamos proceder à aquisição de mini autocarros para consolidar não só as linhas de circulação interna, mas também para projectar o sistema Park-and-Ride. Vamos também melhorar a acessibilidade dos passageiros ao centro urbano, não só com o avanço do projecto Park-and-Ride, mas também com a introdução de um sistema de bilhética cujo concurso já foi adjudicado e que pensamos estar ainda no final do próximo quadrimestre em desenvolvimento, em que este sistema de bilhética vai apresentar novos validadores e novos tipos de transporte com cartões magnéticos e com passes sem contacto - quer dizer que as pessoas ao entrar nos autocarros já não precisarão de mostrar os seus passes ao validador e imediatamente passando em frente (esses passes sem contacto) as pessoas podem entrar normalmente sem qualquer atraso. Além disso este sistema permite que todo o controle de entradas e saídas, que corresponde às cargas existentes no autocarro, é simultânea e temos conhecimento permanente do que está a acontecer.

Para além destes aspectos, vamos avançar - ainda hoje houve uma reunião definitiva sobre este aspecto, com o sistema de apoio à exploração e sistema de apoio à informação da nossa frota. Este sistema que tem a designação - Projecto SIGESTA - que vai possibilitar que haja o acompanhamento on-line sobre a posição da nossa frota, em que essa informação é transmitida a uma central, que posteriormente é reenviada para painéis electrónicos que estão instalados nas paragens e em quiosques multimédia e também na Internet em casa ou noutros postos de trabalho. Isso possibilitará que as pessoas quando estão nessas paragens ou em casa poderão saber quais são os autocarros que estão a chegar, assim como o tempo que demora a chegar a essa paragem. O protótipo está em desenvolvimento, está praticamente terminado, pensamos testá-lo até ao final de Fevereiro, durante um prazo de dois meses. Ficou tudo definido hoje, espero que se não houver nada em contrário, em finais de Fevereiro será feita a experiência. De qualquer maneira já no final de Janeiro, já se poderão começar a aperceber de algumas alterações em quatro paragens - o protótipo será trabalhado com seis viaturas e em quatro paragens. Até poderei já avançar que será uma paragem junto ao hospital, duas junto à Ponte Praça - nos dois sentidos e outra em Esgueira; estrategicamente foram aquelas que dariam melhor informação para testar este protótipo. Para além deste projecto, há um outro projecto que é muito sentido por nós, e que tem a ver com o apoio a deficientes - é um projecto que estamos a desenvolver com outras entidades: a Universidade, com a CERCIAV, com Câmara Municipal de Aveiro; e que tem a designação - Projecto MEU (Mobilidade no Espaço Urbano), a pensar naqueles que têm mais dificuldades do que nós.

Temos que procurar a melhoria da imagem dos transportes urbanos, não só através do novo designe, do novo logotipo, mas também no reforço da formação a motoristas e outros agentes de tráfego, assim como também, já a perspectivar o novo passe que tinha dito, o passe sem contacto para entrar nos autocarros, evolua para um cartão multi-uso, de acordo com negociações e protocolos com outras entidades.

Obviamente que toda esta estratégia tem a ver também com a preocupação de avançarmos sobre o marketing e a publicidade no sentido de modernizar e facilitar a comunicação aos nossos utentes.

No âmbito da Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros, vamos avançar e reforçar os sistemas de controlo e gestão, vamos dotar os serviços de melhores e mais funcionais meios técnicos e informáticos e vamos fundamentalmente também, desenvolver acções de formação de modo a que preparar os nossos funcionários para os desafios que se avizinham.

Depois o documento apresenta um programa de investimento, referindo que as actividades correntes de investimento serão suportadas pelas receitas cobradas, assim como, pelos subsídios ao investimento e à exploração provindos da Câmara Municipal, assim como de outros financiamentos externos, tais como a Cidade Digital.

Depois é apresentado o Plano de Investimentos, assim como o Plano de Financiamento, em que apresenta exactamente todas as rubricas em que são contempladas e que possibilitarão o cumprimento deste Plano.

Depois aparece um conjunto de peças de mapas, que têm a ver com a demonstração previsional de fundos circulantes, com uma demonstração previsional de resultados, e depois tem uma explicação teórica sobre tudo o que está nesses mapas; depois aparece propriamente o mapa do Plano Plurianual de Investimento em que estão aí discriminados exactamente todas as acções que nós vamos desenvolver, bem como a sua quantificação. Está apresentado pelas áreas operativas, no sentido de mais facilitar a sua análise, mas assim como nós acompanhámos continuamente o cumprimento das acções e desenvolvimento do Plano. Conforme poderão verificar, este Plano de Investimento atinge um montante de dois milhões, cento e cinquenta e um mil e oitocentos contos.

Depois é apresentado um complemento que tem a ver com o Plano de Actividades, como referi, para dois mil, embora não seja obrigatório. Refere tudo aquilo que vamos fazer, e também discriminado pelas áreas operativas. Poderão ver concretamente que há um conjunto de investimentos relacionados com a parte do abastecimento de água, que é menor, porque efectivamente temos uma cobertura praticamente completa e vamos procurar atingir os cem por cento. Temos depois todas as obras que estão a desenvolver-se no âmbito do saneamento, e aqui dividimos para melhor explicar, temos um capítulo que é a Divisão de Obras em Curso e outro capítulo de obras novas, que estão aqui todas desenvolvidas. Em que relativamente às obras novas apresentamos tudo por freguesias, para ser mais fácil e todos os Presidentes de Junta, e também os outros elementos, compreenderem onde vai ser o esforço e qual é a sua calendarização.

Depois aparece a Divisão de Estudos e controle de qualidade e aí há um projecto que para nós é muito rico, e que tem a ver com o Plano Geral de Telegestão, cuja primeira fase foi iniciada e já inaugurada este ano, em que vamos passar para a segunda fase com a Telegestão dos depósitos da cidade - captações adicionais e nós principais da rede de distribuição. Vamos também avançar com o projecto do Plano Geral de Telegestão das Águas Residuais. Depois têm aqui também um conjunto de elementos relacionados com o equipamento de transporte e manutenção e de apoio a toda esta área operativa. Apresenta-se seguidamente a Direcção do Serviço de Transportes Urbanos, em que desenvolve mais pormenorizadamente aquilo que eu referi para quatro anos, com a aplicabilidade imediata no ano dois mil. Tem a ver exactamente com a aquisição de mais quatro viaturas, quatro mini-autocarros e a preparação de um concurso para mais quatro mini-autocarros, que têm a ver, que quando avançar o sistema Park-and-Ride, precisamos de ter mini-autocarros também, para continuar a garantir as linhas de circulação internas. O sistema de bilhética, conforme referi, em Abril estará a funcionar. Relativamente ao sistema de apoio à exploração e informação ao público - Projecto CIGESTA; para além do protótipo, imediatamente a seguir a Abril estará tudo preparado para durante estes meses se proceder ao desenvolvimento do projecto, no sentido de, logo que haja a

capacidade financeira que nós apostamos, através do Aveiro Cidade Digital. Mas não esquecemos outras possibilidades - estamos neste momento em contacto directo com um departamento da comissão europeia no sentido de ver se é possível apresentar e se é aprovado este projecto, directamente pela união europeia - através de uma associação da qual somos sócios, que é a POLIS.

Para além disso, vamos também desenvolver todo o equipamento do sector oficinal, pensando também forçosamente, nos factores de higiene e segurança. Vamos adquirir outro tipo de equipamentos que têm a ver com o controle e fiscalização dos novos tipos de transporte. Vamos também no novo sistema de bilhética, ter máquinas instaladas na rua, para emissão de títulos de transporte, em que as pessoas, mesmo quando saem da estação dos caminhos de ferro, haverá uma máquina automática, no centro da cidade junto da Ponte Praça haverá outra máquina, e além disso temos depois outros postos, localizados em termos de quiosques privados que também já perspectivaram a sua adesão a este sistema. Queremos dar o máximo de possibilidade, poderei dizer que em Coimbra avançaram com o sistema - e com muito mais população - com duas máquinas, nós estamos a pensar em avançar com duas máquinas e no mínimo com mais dez postos distribuídos pelo concelho. É a primeira aposta que fazemos nesse sentido. Vamos também, conforme referi, substituir as viaturas mais antigas, temos viaturas com vinte sete vinte e oito anos, vamos substitui-las com viaturas que terão a preocupação de ser cómodas, funcionais e com energias alternativas.

A Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros, terá como fundamental desafio a elaboração da carta de qualidade dos Serviços Municipalizados, assim como a preparação da candidatura para a atribuição de um certificado da qualidade em serviços públicos. De resto depois vamos tentar modernizar outras áreas dos serviços administrativos.

E concretamente é esta a preocupação que nos norteia e que vamos procurar implementar durante o ano dois mil.”

Entretanto reentrou na sala o vogal António Sousa Dinis Correia.

Vogal Armando Vieira:

“Senhor Presidente, da explanação que o senhor Eng.º Canas nos fez, começo pela questão dos autocarros: obviamente que os autocarros e a qualidade dos autocarros tem melhorado significativamente o que é visível e todos registamos com satisfação, mas há um coisa que não acompanhou que são as infra-estruturas de apoio aos utentes que aguardam os autocarros. E então acontece uma situação escandalosa na minha freguesia - eu estou a aqui a defender a minha freguesia, tenho que falar dela - que é esta: junto à escola EB 2,3, foram retirados os abrigos, há um ano, para fazer lá a rotunda e até ver, apesar de haver uma empresa que se propõe instalá-los lá gratuitamente, não têm os autocarros com os inconvenientes que isso tem, com as criticas que estão a ser assacadas à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, porque todos os dias temos setecentos jovens, setecentos miúdos, setecentas crianças, à chuva. E senhor engenheiro, por melhor que sejam os autocarros, podem ser muito confortáveis muito quentinhos, etc., mas os miúdos molhados, sentados dentro do autocarro, não deve ser nada agradável. Portanto, agradecia-lhes que vissem rapidamente esta questão, porque eu próprio estou a ser vítima de criticas fortíssimas por esta situação e pela qual não tenho culpa nenhuma. A verdade é esta.

Senhor engenheiro, preocupa-me no que respeita ao saneamento, o valor pouco significativo para o ano dois mil - neste Plano Plurianual. Depois eu não tenho aqui o Plano anterior, mas isto do Plano Plurianual está a ser um bocado repetitivo, a meu ver. E pelo valor pouco significativo para o ano em análise, e que como reflexo significa, entre outras situações preocupantes, a não realização no próximo ano da ansiada e mais que justificada reabilitação da estrada nacional duzentos e trinta um - via estruturante da freguesia de Oliveirinha, e cujo

estado actual, nomeadamente no seu troço inicial, muito nos preocupa e a questão que eu quero colocar é esta: entendem os Serviços Municipalizados que com a verba inscrita de sessenta e cinco mil contos, pode ser instalada a rede nesta estrada, na duzentos e trinta um, de molde a que a sua reabilitação seja também executada no próximo ano dois mil? É só esta a questão.”

Vogal Clara Ribeiro:

“A pergunta que eu queria fazer é: se finalmente Verdemilho é contemplado com saneamento, ou seja, as dezoito habitações novas que não têm, se vão ter o prometido saneamento e se será para o ano dois mil?

Em relação aos transportes, se também vai haver abrigos no transporte para a Quinta do Picado? E se os autocarros, quando fala na parte urbana, se inclui também os autocarros à parte rural? Porque realmente Verdemilho é rural, e os autocarros continuam a ser de hora a hora e com as mesmas dificuldades. Eu ouço falar sempre na cidade ..., e na cidade ..., e eu vivo a um quilometro da cidade, mas vivo na aldeia! Era só isso.”

Vogal António Salavessa:

“Senhor Presidente. Senhores Deputados. Eu aconselhava a que houvesse alguma troca de melhor informação entre o senhor Director Delegado e o senhor Presidente do Conselho de Administração - que é o senhor Presidente da Câmara, em relação a alguns dados e alguns números, visto que ainda há pouco o senhor Presidente nos apontou para valores na ordem dos noventa por cento, no saneamento e o senhor Director Delegado diz-nos aqui, como objectivo mais que ambicioso, noventa e oito por cento já dentro de dois ou três anos. É melhor coordenarem as informações, para saber depois quem é que está a dizer o quê e como é que isso acontece.

Uma questão que queria ver esclarecida, é a questão: onde é que nós vamos, onde é que o município neste momento vai buscar a água que estamos a beber? E até que ponto é que os furos, as captações dos lençóis subterrâneos, estão ou não a ser utilizados? Ou se são de facto uma reserva estratégica que só pontualmente é mexida? Embora eu saiba que a reposição dos lençóis é extremamente lenta, gostava de ter uma ideia, de como é que está essa correlação, entre a cota que vem do Carvoeiro e o que é que vem das captações subterrâneas? E até que ponto do ponto de vista político e da exigência que se possa colocar ao município e não só ao município em termos da pressão política, é que a necessidade de outras captações estratégicas que não as subterrâneas, seja um necessidade urgente. Como é o caso da barragem de Ribeira Dio ou outra qualquer.

Por outro lado, já vi que a factura do abastecimento do Carvoeiro ou das Águas do Vouga se assim quiser dizer, é de cento e setenta e cinco mil contos, no ano que vem - e eu não posso deixar de lembrar estas contas em cada ano, em função do mau negócio que foi a concessão a privados. Portanto, mais uma aninho em que se juntam cento e setenta e cinco mil contos; algo que poderia estar a ser explorado directamente pela Associação de Municípios, com muito melhores resultados para o conjunto dos municípios que se servem da água do Carvoeiro.

Sublinho como muito importante e muito interessante que num Plano do Serviços Municipalizados, se ponha e coloque em destaque a situação dos trabalhadores, a formação dos trabalhadores, a progressão nas carreiras, etc., etc. Acho que seria igualmente interessante se o Plano de Actividades da Câmara, para além a modernização administrativa que inclui, tivesse esta preocupação - não com a eficiência dos serviços, mas com as pessoas, que efectivamente os desenvolvem.

Gostava de ser informado, porque está previsto um financiamento municipal, ou seja, uma transferência do orçamento da Câmara, para o orçamento dos Serviços Municipalizados do próximo ano de um milhão, duzentos e cinquenta mil contos. Queria saber até este momento, portanto estamos praticamente no final do ano, qual foi o cumprimento do município, em

relação ao objectivo relativo a mil novecentos e noventa e nove? Isto é, dos seiscentos e cinquenta mil contos previstos, de transferência, durante o ano de mil novecentos e noventa e nove da Câmara para os Serviços Municipalizados, quanto é que efectivamente está feito? Ou quanto ficou por fazer?

Mas, senhor Presidente, senhores Deputados, aquilo que merecia melhor atenção na intervenção inicial do senhor Eng.º Canas, a não ser que entenda que essa é uma questão política, que não lhe dirá muito respeito e que dirá mais respeito ao Conselho de Administração, é aquilo que escreve no que diz respeito à necessidade de se encontrar, ou de se definir, um modelo de gestão para os Serviços Municipalizados. Penso que essa é a questão mais grossa que temos aqui neste Plano de Actividades e que pela minha parte não posso deixar passar em claro e é a razão fundamental porque entendi que nós devíamos ter tempo para discutir e não fazermos isto pressionados e de alguma forma cansados.

Será que os instrumentos legais que hoje existem e estão à disposição dos municípios não são bastantes, não são suficientes para que haja uma gestão eficiente, uma gestão dinâmica, uma gestão que consiga apontar determinados objectivos e que consiga aproveitar os recursos de uma forma capaz, e de prestar um serviço público que satisfaça as populações. Os próprios Serviços Municipalizados, mesmo antes, já tinham bastantes facilidades em comparação com a Câmara Municipal. Mesmo assim entende-se que há problemas no modelo de gestão. Ora, modelos de gestão há muitos e era necessário que a Câmara explicitasse o que é que pretende fazer. Para já, se é convidar o Alvin Toffler para vir aí fazer um seminário para reflectir sobre modelos de gestão, se é comparar ou fazer uma mesa redonda com gente envolvida em diversos modelos ou que estejam a praticar diversos modelos de gestão e quer trocar impressões em conjunto sobre isso? Mas eu acho que ao citar-se os constrangimentos legais, ignorando a existência da nova lei das empresas municipais e intermunicipais e regionais, que é um pouco fugir às questões. Portanto, essa é hoje, em meu entender, quando se verificam constrangimentos, uma solução nova, que pela forma como está redigida esta comunicação, parece estar excluída. Portanto, face aos estrangulamentos provocados por uma legislação que não se compadece com a seriedade, blá, blá, blá ..., então a lei das empresas municipais é assim?! E por aqui me fico.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Senhor Presidente, eu quero antes de mais notar que muito bem me parece que os Serviços Municipalizados de Aveiro, tenham algumas preocupações para uma adaptação ao novo milénio. De facto procuram, mais do que fazer conferências, adaptar-se melhor às necessidades de um novo milénio - preocupam-se com protótipos de novos veículos, novos modos de gerir a forma como esses veículos se apresentam e como são controlados os munícipes que neles circulam, verificamos a preocupação de intervenção no Programa Aveiro Cidade Digital; a Telegestão do Sistema de Distribuição de Água, da Drenagem e tratamento de Águas; a preocupação pelos trabalhadores: eu diria que há um acerta preocupação com uma gestão cultural, parece-me a mim, e isso parece-me importante também, essa adaptação às novas circunstâncias. Devo dizer que contudo há um ponto que me parece muito importante e que me parece e muitas vezes o afirmam, e que será o grande problema do próximo século - que é o problema da água potável. A água potável é um bem escasso. Claramente numa perspectiva mundial, isso vai exigir inclusivamente nos locais em que esse bem seja em maiores quantidades, a necessidade de solidariedade com outros onde ele existe em menor quantidade e portanto, canalização para esses locais. E efectivamente, eu não vejo nestas análises que aqui estão, qualquer prospecção de águas subterrâneas. Parece que para o que neste momento temos chega, mas na tal perspectiva que elogiei, de pensarmos num próximo milénio, não está aqui expressa e este problema parece-me importante. E também não vejo preocupações aqui expressas, embora possam existir, quanto à gestão racional das águas subterrâneas. Não há

dúvida nenhuma que explorações que sejam ambiciosas, podem não permitir uma recarga dos aquíferos e portanto, isso traduzir-se mais tarde ou mais cedo numa penúria que tem de ser estudada com cuidado para que isso não suceda. Por outro lado, a qualidade das águas subterrâneas tem de ser altamente cuidada, nomeadamente e como se sabe, em zonas em que temos próximo a água salgada - que é o caso das interfaces Ria/Terra ou Mar/Terra, e aí incluímos naturalmente S. Jacinto, por exemplo, em que a toalha salina, se houver uma exploração demasiadamente ambiciosa, invade as jazidas de águas subterrâneas. Tudo isto me leva a dizer que se de facto em termos gerais eu verifico alguma preocupação para adaptação ao nosso próximo século, vejo aqui neste problema, neste bem escasso que é a água, que não sei se existe esse cuidado, pelo menos não estará aqui bem expresso neste relatório, penso eu e que eu gostaria de chamar à atenção para esta preocupação.

Finalmente uma pergunta muito curta que eu queria fazer a respeito dos abrigos de autocarros: no Plano de Actividades da própria Câmara, também lá se fala de abrigos de autocarros e a minha pergunta é o seguinte - quando falamos de abrigos de autocarros, estamos só a pensar nos autocarros dos SMA ou estamos a preocupar-nos também com autocarros de privados?; porque a minha preocupação é pelos munícipes. Estou, por exemplo, a olhar ali para a rua dos Galitos, que é um embarque para a Costa Nova, onde está lá algo que não tem partes laterais e noutra dia havia água da Ria, água da chuva e havia gente mais ou menos desesperada por lá. Quer dizer, pensa-se que de facto para privados, sem ser os Serviços Municipalizados - outras empresas que actuam por aqui também vão ter estes abrigos? É mais uma pergunta que eu queria deixar. Mas a minha grande preocupação, devo dizer outra vez, é com a água e na perspectiva do milénio. Muito obrigado.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“É assim, não percebi nada desta gestão cultural - a expressão é do Prof. Britaldo Rodrigues. Para não usar a do Deputado Salavessa, que lhe escorreu a leitura, para aquilo que me pareceu blá, blá, blá e blá, blá, blá. Foi o que disse.

Na realidade a impressão com que fiquei, é que se fala de linhas programáticas propriamente ditas, em termos exactamente desse modo - portanto, muito vagos. Não percebemos o que seja, efectivamente, a política que os Serviços Municipalizados pretendem implantar para os próximos tempos; ficámos a saber algumas medidas pontuais e concretas, algumas delas interessantes, todas elas parecem-me (e desmentir-me-ão), da Câmara e do seu Executivo, (Cidade Digital e por aí) de maneira que fico com a impressão de vazio da política estratégica em matéria de transportes e saneamento, e estamos a falar daquilo que foi só, por exemplo, na primeira parte da Assembleia, o que havia de mais polémico. E nessas circunstâncias, gostaria de ouvir o que é que os Serviços Municipalizados pensam em matéria de transportes e de integração entre os diferentes tipos de transportes? Agradecia que as expressões fossem em português e não em Inglês - não sei o que é o Park-and-Ride - e portanto, agradecia que fosse esclarecido também em português. E já agora, dentro das várias perspectivas se equacionassem as diferentes freguesias como sejam, Nariz, S. Jacinto, em matéria de transportes, se já inclui por exemplo, nestes quatro anos, se também já previram a hipótese da ponte e outras questões similares. É que a impressão que me dá é que é tão pobre a ideia que sobeja a isto tudo, que nada disto está previsto. Há as pistas cicláveis. Elas estão articuladas? Está todo este conjunto de pequenas medidas celulares, estão integradas num projecto, numa ideia para toda esta distância, no projecto que nos é trazido aqui hoje? A impressão com que fiquei é que não. Eu sei e todos nós sabemos que existem problemas gravíssimos de transportes e alguns deles também extremamente pontuais. Por exemplo, a questão que põe de existirem quatro paragens de autocarros com uma ligação à Internet, que é belíssima, não tira questões mais pontuais ainda, como seja a de em plena estação, ainda hoje, não se conseguir saber exactamente todos os

transportes que existem, nem que seja através da distribuição de meia folha de papel A4 em papel timbrado ou similar a isso.

Genericamente, tudo reconduz a que tudo vai continuar um pouco na mesma. E assim, de toda a intervenção que eu vi, a parte que considere mais substancial foi a do seminário para aprenderem a gestão - que eu espero que seja de facto importante.”

Vogal Henrique Diz:

“Muito obrigado senhor Presidente. Eu se me permitem vou dirigir as minhas questões ao senhor Presidente da Câmara, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração dos Serviços. E portanto, é naturalmente o responsável último pela política que os Serviços têm.

A primeira questão que lhe colocava, já foi abordada um pouco pelo senhor António Salavessa, tem a ver com as transferências da Câmara para os Serviços Municipalizados, e eu gostava de saber qual é a justificação e a base de cálculo para estas transferências; nomeadamente nós temos um aumento previsível bastante grande de noventa e nove para dois mil e qual é o ponto da situação, pergunta aliás, que só reforça a questão colocada pelo senhor António Salavessa.

Relativamente à questão levantada pelo meu colega de bancada, o Prof. Britaldo Rodrigues, sobre a água potável, eu devo dizer-lhes que sendo a água um bem escasso, existindo algumas guerras por causa da água e sendo eu de uma região do país onde o homicídio por causa da água era um dos crimes mais frequentes, sou muito sensível à política de gestão de recursos de água potável. Aliás, eu acho absolutamente lamentável que com base num bem público que é a água potável, haja imensas empresas que fazem fortunas, dado que a água vai ser um bem muito escasso e que nós todos temos que preservar e usar bem. Nesse sentido eu gostava de saber que esforços é que os Serviços Municipalizados de Aveiro fazem, em conjunto com os municípios em seu redor, no sentido de garantir que nós vamos ter água não em dois mil e três, mas que vamos ter água em dois mil e dez - não é em dois mil e três que está o problema possivelmente.

Relativamente aos sistemas de transportes, também gostava de saber se está previsto alguns estudo sobre política de transportes, horários diferenciados e faixas “bus” - desculpe-me a expressão inglesa; isso envolve a questão da movimentação de pessoas intermunicipios, dado que nós estamos numa zona em que há muitas pessoas que mudam de município para trabalhar - basta ir a Nariz. E as questões da intermodalidade dos modelos de gestão, que o senhor Deputado António Salavessa levantou a questão, eu devo dizer-lhes que as questões dos modelos de gestão tem sido utilizada bastas vezes pelos organismos da Administração Pública, com a lei existente e os constrangimentos existentes, como desculpa para nada se fazer. E a verdade é que existem mecanismos na lei actual, na lei que rege a prestação de serviços dos agentes da Administração Pública, que permitem fazer uma gestão cuidada e rigorosa. Tive a sensação do relatório que li e de outros relatórios anteriores, que havia nos Serviços Municipalizados, alguma mudança cultural face à cultura vigente ou reinante na maior parte dos locais de administração pública, mas não posso deixar de ficar preocupado pelo facto de nós andarmos à procura de mais uma forma de mudarmos para obtermos mais rendimento.

Eu gostaria de saber se as formas actuais ou permitidas actualmente pela lei, foram já todas levadas ao seu limite antes de fazermos mudanças, porque senão caímos naquela questão dos senhores da reengenharia - a gente muda só para mudar. Tem que mudar os processos, mudemos os processos; criemos a instabilidade reinante por causa da mudança constante de processos. Portanto, eu acredito no bom senso, nesta matéria, das pessoas que fazem parte do Conselho de Administração e portanto, gostaria de ser esclarecido sobre: o que é que se entende por estudos de novos modelos de gestão?”

Vogal Fernando Leitão:

“Era só um pedido de informação ao senhor engenheiro. Prevendo-se que no ano dois mil arranque a escola EBI nas Agrads do Norte, se está prevista a extensão de uma rede de

transportes públicos para a população escolar? E prevendo-se essa expansão, se poderá vir a servir a gentes do lugar das Agradas?”

Vogal João Maia:

“Muito obrigado senhor Presidente. Senhores Deputados. Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores. Eu queria apenas abordar dois pontos, quase que marginais ao Plano de Actividades, mas que na verdade criam algumas preocupações. Um diz respeito precisamente aos emissários dos efluentes da Urbanização Força Vouga e de Sá-Barrocas para Esgueira. Obras que já estão pensadas e se calhar projectadas há vários anos, a verdade é que não passam do apoio que os Serviços Municipalizados têm vindo a dar à SIMRIA. Ora, considerando que estas urbanizações cada vez têm mais gente, a densidade populacional aumentou ultimamente bastante. Eu considero que realmente é extremamente preocupante que neste momento não se pense exactamente onde é que a obra vai terminar; se ela ainda nem começou se calhar algum esgoto já vai parar à Ria.

Outro assunto, sobre o qual eu gostava de manifestar a minha preocupação, é sobre os tarifários das águas. Já de longa data, eu considero que os tarifários das águas dos Serviços Municipalizados são gravosos para os nossos municípios. E são gravosos, principalmente para as famílias mais numerosas. Os lucros que a água tem dado ao município, não sei se é para cobrir os transportes, não sei se é para cobrir falta de transferências que a Câmara eventualmente tenha dado; a verdade é que o tarifário sempre me foi dito que aponta no sentido da diminuição do consumo de água.

Embora outros senhores deputados tenham afirmado já que a água é um bem de consumo escasso, e isso é um facto, mas a verdade é que nós invertimos nos últimos anos a captação de águas. Até aqui, nós fazíamos a captação por furos a duzentos metros de aquíferos que iam baixando o seu nível assustadoramente de ano para ano, e hoje ao contrário nós recolhemos a maior parte de água da Associação de Municípios do Carvoeiro.

Eu não vou dizer que a política boa dos Serviços Municipalizados era vender mais água, porque a água é fácil de vir até aos Serviços. Felizmente que o ciclo da água ainda é evaporar e condensar e, portanto, os rios - fonte inesgotável de água sempre o será se o homem não der cabo da qualidade dessa água. A gestão da água passará com certeza, como disse e muito bem o senhor Deputado Henrique Diz, pela gestão das águas. Pelo contacto com os municípios que estão ao comprido com o Rio Vouga e para além do reordenamento do nosso Rio Vouga passar pelo açude da Ribeiradio. Enfim, por muitas outras atitudes, e estou-me agora a lembrar que inclusivamente numa sessão anterior, algum dos senhores deputados falou aqui na estranheza das análises de hidrocarbonetos às águas do Município de Aveiro, pois é! E porque é que se fazem essas análises? Porque há medo que continuem a haver exploração de areias no Vale das Maias - e enquanto houver esse medo, há que fazer as análises aos hidrocarbonetos, porque infelizmente eles não existe por haver aqui algum poço de petróleo aqui perto, mas será pela presença de máquinas que com certeza irão poluir essa água.

Portanto, eu deixava aqui apenas duas perguntas ao senhor Presidente: está para breve a revisão do tarifário dos Serviços Municipalizados, está discutido, está a pensar discutir esse tarifário? Para quanto o início das obras da Barragem de Ribeiradio?

Entretanto saiu da sala o vogal Manuel Júlio Braga Alves.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado senhor Presidente. Eu vou tentar esclarecer algumas questões e depois o senhor Eng.º Canas esclarecerá outras.

Senhor Armando Vieira, quanto aos abrigos não viu com atenção a ordem de trabalhos, porque no ponto numero quatro está lá claramente expresso esse assunto. Mas se viu, sabia que íamos abrir concurso e que estamos a pedir autorização para abrir concurso para mais cinquenta abrigos para autocarros, todas as necessidades estão inventariadas, esperemos que as tais situações que referiu sejam abrangidas.

Depois o senhor Salavessa, colocou uma questão interessante: o senhor Prof. Britaldo não acreditou que chegássemos aos noventa, o senhor Eng.º Canas já aponta para os noventa e oito por cento, se tudo correr bem - de facto eu sou mais prudente se quiser, não é chamar-lhe ousado, mas tenho alguma prudência, porque nós temos tido de facto algumas dificuldades em conseguir por exemplo transferir as verbas todas para os Serviços Municipalizados destinadas ao investimento. E portanto, ele puxa para a frente e eu tenho que reconhecer que não vou conseguir acompanhar o ritmo necessário e portanto, por exemplo, este ano transferimos pouco para os Serviços da verba de seiscentos e cinquenta mil que estava prevista, fizemos um contrato programa com o Governo para tentar que essa transferência fosse mais elevada, de duzentos mil contos e isso convém lembrar-se para avançarmos no saneamento e esperamos que essa verba venha rapidamente. Este ano quando apontamos a transferência de um milhão e duzentos e cinquenta mil, é também a pensar num contrato programa que terá que ser feito com o Governo, no âmbito da prossecução destes objectivos, que são de facto ambiciosos.

Águas do Carvoeiro. É uma factura cara que temos vindo a pagar, já conversámos varias vezes sobre isso, penso que na altura esta situação que foi encontrada, tem as características que tem e agora temos que conviver com ela durante mais uns tempos.

Em todo o caso o Vale das Maias está a funcionar como reserva estratégica e temos consumido a água do Carvoeiro, e isso não põe em causa, pelo contrário, o esforço que todos os municípios têm feito - até do ponto de vista político, para que a barragem de Ribeira Dio seja uma realidade, porque pode ser necessária não só como reserva autónoma e estratégica de água para futuras dificuldades, mas para o próprio sistema do Carvoeiro. Portanto, essa barragem devemos lutar por ela.

Agora, sobre o modelo de gestão e que foi também aqui abordada por várias pessoas e é de facto uma questão importante. Não há aqui nada escondido, não há aqui nenhuma mudança de filosofia, nenhuma privatização, não há nenhuma mudança por mudar. O que aconteceu foi isto: nós fomos, por um lado, confrontados com uma postura política de considerarmos que os transportes para S. Jacinto deviam ser transportes públicos também porque as pessoas de S. Jacinto não são menos aveirenses que as outras e têm direito a transportes públicos - transportes públicos de natureza marítima neste caso; por outro lado tínhamos a questão TRANSRIA que tinha que ser regularizada. A questão que se colocou foi naturalmente a de saber se íamos integrar os transportes marítimos para S. Jacinto, nos transportes do município - portanto, nos SMA, e a propósito disso tivemos que fazer várias reflexões. São transportes de uma natureza específica, que não tem nada a ver com transportes rodoviários e como sabem os nossos Serviços Municipalizados são dos únicos no país que têm estas estruturas tripartidas: água/saneamento/transportes e agora ficariam com transportes de várias matizes. Isto por um lado conjugado por outro com o aparecimento da legislação sobre as empresas municipais e com uma apetência do sector privado sobre a privatização de alguns sectores e tudo isto aconteceu ao longo dos meses, levou-nos a certa altura no Conselho de Administração a encomendar um estudo que profundamente analisasse todos os cenários, sem ideologias políticas, com total abertura para nos darem os dados e as consequências previsíveis dos diferentes cenários, designadamente a integração dos transportes marítimos, designadamente a possibilidade de se constituir uma empresa só para os transportes, outro cenário - só para os transportes marítimos, outro cenário - autonomizar a água e o saneamento dos transportes, outro cenário - privatizarmos a água, que é o que algumas empresas já nos manifestaram e já agora posso dizer-lhes que já conversámos com algumas delas e transmiti-lhes a minha opinião

peçoal de que certamente poderíamos conversar, mas não era simpatia nem pensamento desta Câmara fazer isso, porque tínhamos neste momento, estávamos satisfeitos com o resultado do serviço público que estamos a prestar - não víamos necessidade nenhuma em abrir mão, se quiser, da jóia da coroa. Mas é verdade que é um nicho de mercado que está a ser explorado pelo país fora e portanto o movimento anda aí.

Agora que não hajam fantasmas, tivemos necessidade desta reflexão, por estas razões, recebemos o relatório há quinze dias, ainda não tive oportunidade de o ver, devo dizer, não foi analisado no Conselho de Administração, e portanto, vamos vê-lo, vamos estudá-lo e vamos tirar daí as conclusões.

Agora, é verdade, senhor Salavessa e restantes membros, que à luz da legislação actual das empresas municipais, há provavelmente, seguramente instrumentos criados que vão permitir a autonomia que for necessária ou não, vamos ver.

Outro assunto, sobre o qual já aqui nos pronunciámos várias vezes sobre isso, nós temos tido a preocupação de modificar radicalmente o sistema de mobilidade na cidade, apostar nos parques periféricos, articulados com um sistema de transportes colectivos para os centros - que é o que quer dizer o Park-and-Ride; pensamos que é um solução que se for desenvolvida nos locais certos e com uma boa campanha, pode funcionar bem. Apostar na integração por exemplo, da bicicleta com os autocarros, estudámos a possibilidade das bicicletas - das Bugas - serem transportadas nos autocarros; estudámos a possibilidade das Bugas irem nas lanchas até S. Jacinto, o que já se verifica neste momento; está por criar como sabem um grande centro intermodal de transportes, o que lá está não nos satisfaz e não funciona ainda, mas o que sabemos da REFER, é que a nova estação vai criar condições para isso e passa também por alterações estruturais ao nível das vias, designadamente o desnivelamento da Avenida Lourenço Peixinho, também para automóveis e portanto, a preocupação existe realmente. Outro exemplo de integração, os horários das novas lanchas de S. Jacinto, estão devidamente articulados com os autocarros dos Serviços, que recolhem as pessoas e já pude constatar que o cumprimento dos horários é excelente, mesmo a altas horas da noite. E portanto, tem sido feito um esforço de integração dos diferentes tipos de transporte que temos à nossa disposição, que vai nesse sentido e tem sido feito um esforço notável de modernização e de cobertura de áreas que estavam por cobrir. Os novos mini-autocarros têm exercido essa função, há alguns ajustamentos a fazer, estamos cientes disso, mas estão a ser um êxito, penso que as estatísticas daqui a mais quinze dias vão mostrá-lo. Estamos a fazer todo o esforço de modernização que foi aqui sublinhado, os novos sistemas de bilhética, a informação no terminal em casa, sobre os atrasos dos autocarros - esperemos que não seja para ver os atrasos mas para ver a pontualidade - portanto, num certo sentido vamos muito à frente nestas matérias.

Depois respondendo em geral à Dr.ª Virgínia: quais são de facto as grandes linhas estratégicas dos Serviços Municipalizados? Eu diria - água/abastecimento a cem por cento e de qualidade. É um objectivo fácil de enunciar. Saneamento a noventa e "X" por cento, e portanto, até ao fim do mandato fica outra necessidade básica coberta.

Ao nível dos transportes, aí de facto há mais cambiantes, mas gostaríamos de desencorajar o facto de se trazer o automóvel até ao centro da cidade, incrementar os transportes públicos de boas qualidade, por isso estamos a renovar a frota e obviamente que a renovação da frota não é só para o centro da cidade, autocarros mais amigáveis dos utentes ..."

Vereador Eduardo Feio:

"Só duas questões muito rápidas. Uma tem a ver obviamente com esta questão da renovação da frota e obviamente também houve um conjunto de preocupações na área ambiental, temos uma experiência com o gás natural, tivemos uma com o óleo de girassol, e há um conjunto de preocupações que também têm a ver com o ser amigável em relação ao ambiente.

Depois outras duas questões também têm a ver com uma estratégia de mobilidade integrada, que não tem a ver só com a questão dos transportes colectivos, tem a ver com a forma como se está a pensar a cidade, nomeadamente, no Plano de Urbanização e integração do desenvolvimento urbano, com o circuito de transportes - essa situação também está a ser pensada. Ao mesmo tempo estamos também a fazer um Plano Municipal de Ambiente e de desenvolvimento sustentado, que está a acabar uma fase de diagnóstico e que recentemente todos vamos ter oportunidade de discutir aqui também na Assembleia Municipal.”

Presidente da Câmara:

“Depois há aqui outras questões deixadas na sombra. O senhor Prof. Leitão, colocou a questão de saber se haverá depois uma linha que vá servir a escola das Agradas, eu diria que sem conhecer a resposta do Eng.º Canas; todas as escolas, obviamente, são uma prioridade e portanto haverá o cuidado de servir a escola e se possível a zona envolvente.

O senhor Eng.º Maia, colocou duas questões também pertinentes. A primeira é de resposta boa, isto é, pensamos que essa obra será feita no ano dois mil, é uma obra que temos agendada para começar e concluir no ano dois mil, será feita pela SIMRIA, e portanto, teremos o problema resolvido.

Quanto às tarifas da água, eu gostava de chamar à atenção para o facto de há muitos anos que não aumentamos a tarifa da água e portanto, não vos escondo que o temos pendente para análise na Câmara. Peço desculpa, temos aumentado apenas a inflação, os transportes é que não temos aumentado, e portanto, este ano temos pendente para apreciação na Câmara, uma proposta que mais uma vez corresponde ao aumento da inflação e é isso que neste momento está pensado em termos de tarifas.”

Director Delegado dos SMA (Eng.º Canas):

“Praticamente as respostas estão dadas, de qualquer maneira eu tenho aqui algumas que ficaram pendentes. Começo pelo senhor Deputado Armando Vieira; relativamente ao saneamento de Oliveirinha em particular, que vai ser instalado na estrada duzentos e trinta um, conforme já tinha referido, em finais de Janeiro está terminado o projecto e logo após o projecto ser apresentado vai ser lançado concurso público. A razão e como sabe, efectivamente há estrangulamentos relativamente aos prazos que se têm que cumprir e não vale a pena estarmos a colocar verbas substanciais aqui no PPI, porque as obras não começarão nunca antes de Setembro.

O senhor Presidente e eu, estamos a falar praticamente da mesma maneira, é que o senhor Presidente está a pensar fundamentalmente no ano dois mil e um e eu estou a pensar no ano dois mil e três. É que de facto os noventa por cento, são contemplados no Plano, conforme está. Em dois mil e um pensamos que atingimos os noventa por cento. Mas como a directiva comunitária também obriga a que no fim do quadro comunitário de apoio, tenha que haver pelo menos noventa e cinco por cento da população atendida com a rede de águas e de esgotos, nós estamos a antecipar e pensamos que conseguimos, no sentido de que no ano dois mil e três termos noventa e oito por cento. Porquê? Porque entretanto há uma candidatura no âmbito da Associação de Município das Ria ao III Quadro Comunitário de Apoio, ao programa do nacional do ambiente, em que à partida os fundos estão garantidos.

De qualquer maneira, a nossa preocupação é que no final do ano tenhamos todos os projectos elaborados para desenvolver as obras no sentido de atingir os noventa e oito por cento. Se houver disponibilidade financeira atingimos, se não houver certamente que não atingimos. Temos é projectos preparados, para no final deste ano atingir os noventa e oito por cento.

Relativamente também à senhora Deputada Clara Ribeiro, de facto Verdemilho tem transportes nas horas mais mortas, hora a hora, e nas horas de ponta de meia em meia hora. Efectivamente é um esforço, quer dizer, todo o plano de transportes é um plano evolutivo de acordo com a

solicitação das pessoas e tem que haver também pessoas para os autocarros. Logo sempre que nós vemos e que nos transmitem a necessidade, nós tentamos acompanhar e essa preocupação, também respondendo ao senhor professor, que efectivamente atrás da escola certamente que apareceram os transportes, como em todas as escolas do concelho - o que às vezes nos levanta alguns problemas, mas temos sempre cumprido esse objectivo de termos que dar transporte. Não só às pessoas que estão em Agradas, com fundamentalmente aos estudantes.

Relativamente ao senhor Salavessa, posso dizer que de facto neste momento estamos a receber setenta por cento da água do Carvoeiro, logo as nossas captações correspondem a trinta por cento e estamos a fazer uma rotação continua das nossa captações de modo a manter operacional todo o sistema, constituindo uma reserva estratégica. Logo estamos a poupar os nossos aquíferos. Junto aqui as preocupações do Prof. Britaldo Rodrigues e do Prof. Henrique Diz, no sentido que de que estamos, juntamente com a Universidade de Aveiro, a acompanhar a evolução do nosso aquífero e foi com base nesse aspecto que nós tomámos a decisão de poupar o nosso aquífero. E mais, quando começamos a sentir que o aquífero de S. Jacinto, começava a ter problemas, foi feito um esforço e uma pressão com a Associação de Municípios do Carvoeiro no sentido da água do Carvoeiro chegar a S. Jacinto - e é isso que se verifica de há um mês e meio para cá.

Relativamente à Barragem de Ribeiradio, está inscrita no PIDDAC para o ano dois mil e é tida como fonte de água fornecedora e complementar desta região.

Sobre o saneamento, efectivamente, está incluído para o ano dois mil o saneamento de toda a faixa sul que fica entre a zona que já tem saneamento e o limite da zona de Ílhavo. O que quer dizer que Verdemilho e Bonsucesso ficará completa toda a área de saneamento.

O aspecto focado pelo senhor Salavessa, relativamente à situação da formação dos funcionários, é uma aposta que pensamos estar a ganhar, sensibilizando os trabalhadores para a necessidade continua de formação - tem havido um sucesso absoluto. Para mais, a Central de Telegestão demonstra isso, em que todos os operadores fizeram formação e todos eles trabalham na Central de Telegestão, com o máximo de aproveitamento. Logo, quando toda a gente dizia que seria difícil, foi extremamente fácil. Uma das preocupações também que temos sobre os modelos de gestão e o senhor Presidente da Câmara já falou, de facto temos de preparar a casa para o futuro e referindo conforme também foi dito, que mesmo nas empresas municipais temos três modelos de empresas municipais e todas muito diferentes; e temos de saber concretamente, das três, quais são os aspectos negativos e positivos. E os Serviços Municipalizados de Aveiro, pode ser totalmente diferente dos de Ílhavo, e é essa averiguação esse estudo exaustivo que está ser feito.

O senhor Prof. Britaldo Rodrigues falou ainda na questão da gestão racional das águas subterrâneas; e efectivamente não é uma pequena parte que são os Serviços Municipalizados de Aveiro que devem preocupar-se (sozinhos, isolados), tem havido uma preocupação de haver reuniões continuas, não só com a Direcção Regional do Ambiente, mas no âmbito da Bacia Hidrográfica do Vouga, tem sido exactamente prioridade de gestão, esse assunto tem sido debatido e efectivamente o plano vai apresentar a gestão racional da água - é uma das preocupações.

Concretamente relativamente àquilo que estamos a fazer em relação à protecção das águas subterrâneas; só um à parte, que julgo que só cá em Aveiro está feito - há de facto um acordo com a Direcção Regional do Ambiente, em que todo o furo que seja pedido na área do concelho, a Direcção Regional do Ambiente também fala connosco, de modo a que possamos dar um parecer e ao mesmo tempo defender as águas subterrâneas.”

Vogal Armando Vieira:

“Senhor Eng.º Canas, perguntava-lhe apenas: quanto vale o Silval em termos de captação de águas?”

Director Delegado dos SMA (Eng.º Canas):

“Em termos de captações, conforme eu referi, todas as nossas dezassete captações estão a ser rotativamente utilizadas, o que quer dizer que a captação que hoje ou amanhã esteja funcionar no Silval, já não estará para a próxima semana; haverá outras captações. Posso-lhe dizer que há uma certa uniformidade em todos os caudais captados em todas as captações. Em termos de percentagem, corresponde a trinta por cento, incluindo também o Vale das Maias.”

Vogal António Salavessa:

“Porventura os Serviços Jurídicos ou os membros do Serviços, já identificaram um problema que existe com esta nova lei a cento e sessenta e nove de noventa e nove, que é: aqueles quarenta mil contos que estão previstos para serem atribuídos à ACASA, no entendimento que eu tenho da nova lei, têm que ser precedidos por uma deliberação da Assembleia Municipal que autorize o Concelho de Administração a fazer esse subsídio, se está tudo OK, tudo muito bem, mas não se esqueçam antes de avançar para a execução, de agendar essa proposta aqui na Assembleia.”

Director Delegado dos SMA (Eng.º Canas):

“Posso dizer que na penúltima reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados foi apresentada uma proposta no sentido de ser submetida à Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal, no sentido de autorizar estes subsídios tanto à ACASA, como relativamente aos Serviços Municipalizados, aos Serviços Sociais.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Gostaria só de saber, se uma coisa tão simples e que é antecedente mesmo ao problema da gestão dos furos: se está elaborado o balanço hídrico da Bacia do rio Vouga?”

Director Delegado dos SMA (Eng.º Canas):

“Poderei dizer que está muito adiantado e segundo as informações - porque nós não temos assento directo, julgo que há um representante na Câmara que está na Bacia Hidrográfica, na unidade de gestão - mas as informações que me chegaram é que têm um ano para apresentar todos esses estudos, e a decisão tem de ser tomada em termos estratégicos para o futuro da Bacia.”

Vogal Henrique Diz:

“O senhor Presidente da Câmara, a quem eu pedi uma justificação e base de cálculo para as transferências da Câmara para os Serviços Municipalizados, não a deu - certamente por esquecimento, mas se o senhor Presidente da Câmara estiver de acordo, na próxima oportunidade em que nós discutirmos os Serviços falaremos disso.”

De seguida o senhor Presidente da Mesa colocou à votação do Plenário o ponto n.º 3 - Serviços Municipalizados - Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2000, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de vinte e dois votos a favor (PS8+PSD9+PP4+PCP1), zero votos contra e uma abstenção (PS1).

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos regimentais a próxima reunião da presente Sessão para o dia 27 de Dezembro de 1999 (segunda-feira), pelas 21:00 horas.

Eram 02:15 horas do dia 23 de Dezembro de 1999.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.